

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da
Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes
Volume 8 - número 1 - jan./jul. 2020

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes

V.8, n.1, jan./jul. 2020



Montes Claros/MG - 2020

Corpo Editorial

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Fernando Guilherme Veloso Queiroz
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo
Betânia Maria Araújo Passos
Maria Aparecida Pereira Queiroz

EDITORES CIENTÍFICOS

Rosana Cassia Rodrigues Andrade
Zilmar Santos Cardoso

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Andrea Nogueira do Amaral Ferreira
Betânia Maria Araújo Passos
Gustavo Souza Santos
Josiane Santos Brant Rocha
Maria Aparecida Pereira Queiroz
Patrícia Takaki Neves
Ronilson Ferreira Freitas
Rosângela Ramos Veloso
Vinícius Dias Rodrigues
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis
Wellington Danilo Soares

ASSISTENTES EDITORIAIS

Revisão Textual:
Pesquisa CEAD/Unimontes

REVISÃO DE REFERÊNCIAS:

Pesquisa CEAD/Unimontes

ASSESSORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA:

Pesquisa CEAD/Unimontes

PROJETO GRÁFICO:

Jésus Ricardo de Faria Almeida

DIAGRAMAÇÃO:

Jésus Ricardo de Faria Almeida

Contato

ENDEREÇO POSTAL

Campus Darcy Ribeiro – Unimontes
Av. Rui Braga s/n, Vila Mauricéia,
Prédio 7, 2º piso, sala 10
CEP: 39.401-089 - Montes Claros/MG

CONTATO PRINCIPAL

Ronilson Ferreira Freitas
Telefone: (38) 3229-8303
E-mail: revistamultitexto@ead.unimontes.br
www.ead.unimontes.br/multitexto

CONTATO DE SUPORTE

TI EAD/Unimontes
E-mail: gerenciati@ead.unimontes.br



ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br

Volume 8 - Número 1 - Ano VIII – jan./jul. 2020

Proibida a reprodução total ou parcial.

Os infratores serão processados na forma da lei.

ISSN 2316-4484

[sumário]

7	Apresentação
8	Carta aos leitores
9	ARTIGOS ORIGINAIS
10	A GESTÃO DE OPME'S E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO DO SUS MARTINS, Ávila Lopes
18	A SUSTENTABILIDADE E A GESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM DESAFIO ÀS ORGANIZAÇÕES SANTOS, Warlleis Souza
30	LETRAMENTO DIGITAL: DESAFIOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD GUBERT, Antonio Luiz MUELLER, Fernanda
38	GOVERNANÇA, ENGAJAMENTO E CONTROVÉRSIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DO PERFIL @JAIR BOLSONARO NO TWITTER NO PRIMEIRO SEMESTRE DE GOVERNO SANTOS, Jackson Onilson Leite SANTOS, Gustavo Souza
50	SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GESTAÇÃO EM GESTANTES EM MATERNIDADE PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS VIEIRA, Hilária Augusto Lopes VERSIANI, Clara De Cássia
60	UM OLHAR SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues SILVA, Huagner Cardoso
71	ARTIGOS DE REVISÃO
72	CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE IDENTIDADES DESCENTRADAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOARES, Marilene Caitano Reis Almeida CARDOSO, Zilmar Santos
82	SEGURANÇA DO PACIENTE: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO - UM OLHAR DA ATENÇÃO BÁSICA OLIVEIRA, Fabiano Fernandes ALVARENGA, João Victor Carvalho GOMES, Priscila Vieira MOREIRA, João Vitor Miranda MOREIRA, Renan de Souza SANTANA, Déborah Pereira.
93	RELATO DE EXPERIÊNCIA
94	O Processo de Ensino-Aprendizagem do Espanhol na Perspectiva Vygotskyana OLIVA, Ana Caroline Souza de CARDOSO, Zilmar Santos
101	DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES

_____ ■

sempre conectados

[APRESENTAÇÃO]

O Centro de Educação a Distância – CEAD/Unimontes foi inaugurado em 2011 em histórico de ricas experiências vivenciadas pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes ao longo de 15 anos. Uma jornada de esforços conjuntos e uma estima apaixonada pela educação e pelo conhecimento científico carecia, em seu núcleo, de uma plataforma que reunisse todas as perspectivas constitutivas de sua história e finalidade. Um anseio crescente da instituição que se desdobra e desdobrará em produtos e iniciativas de fomento em pesquisa. Em 2012, como fruto gerado diretamente do âmago dessas necessidades unidas ao cenário nacional de valorização crescente da pesquisa científica, surge a Revista Multitexto.

A Revista Multitexto nasce como um periódico em movimento. São contribuições de abordagens múltiplas num ensejo genuíno e único de progressão científica em pesquisa. Um marco para os estudos na área de ensino a distância numa oferta interdisciplinar. Unidade na diversidade: a grande proposta da revista. Espaço aberto para pesquisadores e entusiastas. Multipliquem-se os multitextos em contribuições múltiplas.

Sobre a Revista Multitexto

Publicação semestral do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros – CEAD/Unimontes, que contribui na área de conhecimento produzida pelas fenomenologias e áreas correlatas em Educação a Distância, com foco interdisciplinar.

Aberta em 2012, a Revista Multitexto recebe colaborações de pesquisadores em ensino a distância e demais áreas. É meta referencial da revista abordar questões conceituais e metodológicas, bem como, os desenvolvimentos da pesquisa, aplicada ou teórica, na área de educação à distância (EAD); difundir a produção científica de pesquisadores da área de educação à distância (EAD), inseridos em Institutos de pesquisa e de educação superior no Brasil; propiciar um espaço para o debate teórico acerca de áreas de enfoques específicos, e, possibilitar um esforço interdisciplinar em pesquisa.

[CARTA AOS LEITORES]

Caros leitores,

O mundo não está e nem será mais o mesmo, nesse cenário de pandemia de coronavírus - covid 19 (SARS-CoV-2) a ciência se torna cada vez mais essencial à existência humana. Diversos profissionais da saúde, cientistas, pesquisadores e acadêmicos lutam diária e incansavelmente por uma cura, uma saída, um antídoto para essa crise epidêmica mundial. Em tempos de pandemia, novas formas de se relacionar foram impostas, o distanciamento social transformou as relações nas dimensões sociais e afetivas e até na própria relação do indivíduo consigo mesmo. A imposição do distanciamento social para evitar o contágio do vírus, acarretou o isolamento das pessoas, alterando drasticamente as formas de comunicação. Evidenciou-se mais ainda a importância dos meios de comunicação, assim as revistas científicas adquirem mais importância ainda, uma vez que asseguram a divulgação de novas pesquisas e estudos, contribuindo com a continuidade da construção do conhecimento com debates críticos e reflexivos. Assim, uma nova edição da revista Multitexto é lançada entre múltiplos textos e múltiplos diálogos. São 9 trabalhos, entre artigos originais, artigos de revisão e relatos de experiência. Nesta edição, abrimos espaço a diversas contribuições que apresentam o ensejo de produzir ciência e aprimorar o conhecimento.

Aprecie as colaborações desta edição.

Com estima e gratidão,

Equipe Editorial

[ARTIGOS ORIGINAIS]

A GESTÃO DE OPME'S E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO DO SUS

THE MANAGEMENT OF OPME'S AND ITS CHALLENGES UNDER THE SUS

MARTINS, Ávila Lopes¹

¹Especialista em Farmacologia voltada a Prática Clínica; Gestão em Saúde e Educação a Distância. Farmacêutica na Santa Casa de Montes Claros/ MG.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar os principais desafios inerentes a gestão do uso de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME's) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, foi realizado estudo bibliográfico para apontar as principais dificuldades encontradas pelos gestores neste processo, bem como, os pontos de atuação para melhoria da gestão do uso destes materiais de forma a promover aplicação eficiente e eficaz dos recursos financeiros disponíveis no sistema público de saúde. A boa formação de gestores para atuação na área de OPME se faz necessária, haja vista, a expansão da aplicabilidade destes produtos com os avanços da Medicina. Por serem itens de alto valor financeiro, os gastos com OPME's são significativos e, por isso, trata-se de um ponto importante para alcançar a racionalização dos custos assistenciais. Além disso, existem poucos estudos voltados a prática de gestão destes materiais, e as Tabelas de faturamento do Sistema Único de Saúde são pouco atualizadas em relação aos materiais compatíveis com cada procedimento e o valor pago pelos mesmos, o que pode gerar grandes prejuízos com a sua utilização indiscriminada. Conclui-se através deste trabalho que a melhor forma para se chegar a uma boa gestão é através do conhecimento amplo por parte de toda equipe de profissionais envolvida em todo o processo, desde a padronização/ aquisição, indicação, e utilização do material. Para tanto, é necessário investir em pesquisas e formação de profissionais dispostos a atuarem na Gestão de OPME's, bem como, atuar na cobrança para que os processos sejam atualizados conforme as práticas atuais da Medicina, buscando sempre ofertar o melhor serviço assistencial aos pacientes sem onerar os cofres públicos.

Palavras-chave: Gestão. Sistema Único de Saúde. OPME.

ABSTRACT

The present study aims to identify the main challenges inherent to the management of the use of Orthoses, Prostheses and Special Materials (OPMEs) within the Unified Health System (SUS). For this, a bibliographic study was carried out to identify the main difficulties encountered by managers in this process, as well as the points of action to improve the management of the use of these materials in order to promote efficient and effective application of financial resources available in the public health system. The good training of managers to operate in the area of OPME is necessary, given the expansion of the applicability of these products with the advances of Medicine. Because they are items of high financial value, the expenses with OPMEs are significant and, therefore, it is an important point to reach the rationalization of care costs. In addition, there are few studies focused on the practice of managing these materials, and the Billing Schedules of the Unified Health System are little updated in relation to the materials compatible with each procedure and the value paid by them, which can generate great losses with their indiscriminate use. It is concluded through this work that the best way to achieve good management is through the wide knowledge of all the team of professionals involved in the whole process, from the standardization / acquisition, indication, and use of the material. Therefore, it is necessary to invest in research and training of professionals willing to act in the Management of OPMEs, as well as, act in the collection so that the processes are updated according to the current practices of Medicine, always seeking to offer the best assistance service to patients without burdening the public coffers.

Keywords: Management. Single Health System. OPME.

INTRODUÇÃO

As Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são insumos de extrema importância para a assistência à Saúde podendo ser aplicados com fins Terapêuticos, Diagnósticos ou para a Reabilitação. Tais produtos, em sua grande maioria, possuem valor financeiro elevado, sendo portanto, significativos para as Instituições de Saúde que os dispensa. Existem, relacionados aos OPME's, diversos conflitos de interesse podendo envolver Hospitais, dos Fabricantes/Fornecedores, médicos ou outros profissionais de saúde e os próprios pacientes que necessitarem de tais produtos.

Além disso, há uma dificuldade na Gestão destes materiais e de sua utilização, pois, requer dos gestores alto conhecimento quanto a aplicabilidade dos itens, bem como suas formas de utilização e em quais procedimentos podem ser empregados. Outra dificuldade refere-se a aquisição dos OPME's, haja vista, serem em grande parte, materiais importados ou pouco

difundidos no mercado. É preciso avaliar os Fornecedores, bem como o material em si, buscando seu Registro no órgão de controle nacional (ANVISA) para evitar dispensação de materiais com qualidade e procedência questionáveis.

O gestor ainda precisa ter conhecimento com relação as tabelas de procedimentos de cada convênio atendido e, no caso do SUS, a tabela SIGTAP, pois, é através destas tabelas que pode definir para quais situações está autorizado o uso dos OPME's, evitando-se desta forma perdas de faturamento do que for utilizado. Objetivando identificar as principais dificuldades relacionadas ao controle e gestão das órteses, próteses e materiais especiais no âmbito do Sistema Único de Saúde, o presente estudo, busca aprofundar neste tema de enorme relevância para a assistência à saúde, detectando possíveis pontos de ação para melhoria da Gestão de OPME's no âmbito do Sistema Único de Saúde; compreendendo as

fragilidades do Sistema Único de Saúde que podem influenciar na Gestão de OPME's de maneira negativa; e analisando como as ações dos profissionais de saúde podem influenciar na Gestão de OPME's no âmbito do Sistema Único de Saúde.

É de amplo conhecimento que a situação atual do SUS torna-se cada vez mais preocupante para os gestores. A indisponibilidade de recursos para atender as demandas, o desconhecimento dos processos por parte dos médicos, o despreparo das equipes de saúde, dentre outros fatores, podem dificultar ainda mais este cenário, uma vez que, pode desencadear o uso indiscriminado de materiais de altíssimo custo, ocasionando assim, gastos

que superam a capacidade do sistema.

Conhecer as dificuldades e principais problemas enfrentados na gestão de produtos tão significativos e com uso cada vez mais recorrente e difundido, pode ser um grande aliado para que o gestor seja capaz de definir estratégias para gerir a utilização desses itens de forma segura, eficaz, e que atenda a real necessidade dos pacientes sem que isso implique em prejuízos ao Estado. Desta forma, evitará o desperdício de recursos que, por conseguinte, poderão ser direcionados a atender maior número de demandas no setor da saúde. Desta forma, o objetivo deste estudo foi identificar os principais desafios relacionados a Gestão de OPME's no âmbito do Sistema Único de Saúde.

REVISÃO DE LITERATURA

Assistência à saúde

A Organização Mundial da Saúde definiu desde 1948 o conceito de Saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo e não apenas ausência de doença, sendo que a saúde é considerada um direito fundamental do ser humano devendo ser garantido pelo Estado (OMS 1995). O direito ao acesso a serviços de assistência à saúde no Brasil é garantido através do surgimento do Sistema Único de Saúde a partir da Constituição de 1988, e da Lei 8080/90 que define como princípios do Sistema Único de Saúde, universalidade, integralidade e igualdade da assistência (BRASIL, 1990).

Os cuidados em saúde podem ser de baixo custo e sem necessidade de intervenções significativas ou podem ser complexos gerando a aplicação importante de recursos técnicos e materiais (BRASIL, 2005). De acordo com a Norma Operacional Básica do SUS, 1996, a Atenção à Saúde abrange todo nível de ações, em todos os níveis governamentais, para atender as demandas pessoais e as exigências

ambientais, compreendendo os campos da assistência ambulatorial, hospitalar e domiciliar; as intervenções ambientais, inclusive as condições sanitárias nos ambientes de vida e trabalho; o controle de vetores e hospedeiros e a operação de sistemas de saneamento ambiental; e o das políticas externas ao setor da saúde, que podem interferir em determinantes sociais influenciadores do processo saúde-doença das coletividades. A Atenção à Saúde é ainda classificada em três níveis, sendo eles, primário, secundário e terciário. A Atenção Primária é caracterizada pelos serviços básicos de saúde realizados em postos de saúde, já a secundária ocorre a nível ambulatorial e centros especializados. Por fim, a Atenção Terciária é o nível de maior complexidade, característica do atendimento a nível hospitalar (BRASIL, 2005).

Serviços de saúde no âmbito hospitalar

Os estabelecimentos hospitalares são compostos de estrutura complexa, cujo objetivo primordial é a promoção da recuperação do estado de saúde dos pacientes que buscam

estes serviços. Para tal, os hospitais devem contar com recursos físicos, humanos, materiais e financeiros em qualidade e quantidade suficientes para garantir a prestação adequada de seus serviços. Estes recursos, por sua vez, necessitam ser alocados de forma adequada e sob gerenciamento eficiente com ações capazes de evidenciar os gastos com a produção e cuidado, que muitas vezes são ignorados, principalmente quando inerentes ao uso de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). O gerenciamento das ações voltadas ao uso de OPME, assim como de qualquer outro insumo, requer conhecimento administrativo para que se busque a melhoria da qualidade e eficiência no emprego dos recursos disponíveis e, em algumas situações este gerenciamento poderá ocasionar em conflitos de interesse entre os profissionais envolvidos (PINHEIRO, et al. 2017).

Os produtos para a saúde incluem um enorme leque de opções com níveis variados de complexidade incluindo desde uma simples lâmpada de infravermelho até um equipamento de ressonância magnética; de uma compressa de gaze a uma prótese de quadril; de um meio de cultura a um kit de reagentes para detecção de HIV. Referem-se portanto a insumos aplicados na realização de procedimentos médicos, odontológicos e fisioterápicos, bem como, no diagnóstico, tratamento, reabilitação ou monitorização de pacientes (SOUSA, 2012).

Desafios na Gestão de OPME's

A despeito do processo de globalização e da competitividade de mercado que o mesmo tem proporcionado, a gestão de estoques assume papel importante dentro das empresas. Na área da saúde, a adoção de sistemas de gestão de estoques é primordial para proporcionar a contenção de gastos, mantendo-se a qualidade e promovendo o envolvimento de todos os profissionais relacionados ao sistema. No âmbito hospitalar, os materiais perfazem cerca de 15 a 25% das despesas. Dentre estes materiais,

as órteses, próteses e materiais especiais assumem maior significado financeiro nas contas destas instituições (NARDINO, et al, 2011).

As Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são insumos empregados na Assistência à Saúde, podendo estar relacionados a intervenções médicas, odontológicas ou para fins de reabilitação, diagnóstico e terapia. Por envolver múltiplos atores, tais como, médicos, pacientes, fornecedores e fabricantes de insumos, e Instituições hospitalares, é considerada uma área de alta complexidade já que todos estes atores se tornam corresponsáveis na cadeia de utilização destes materiais. Os avanços da Medicina e de suas técnicas requer uma padronização dos métodos seguros para as questões relacionadas à aquisição, solicitação, recebimento, armazenagem, dispensação, utilização e controle de OPME's nas unidades de saúde. Um processo bem definido e uniforme da gestão destes insumos garantirá seu uso racional e contribuirá para seu controle e ainda para a segurança dos pacientes para os quais são empregados (BRASIL, 2016).

Estudo realizado por Moura, 2008 demonstra que dentre os fatores determinantes do custo hospitalar, os custos diretos que se sobressaem são os referentes aos OPME's, perfazendo 53%, bem acima dos custos com medicamentos, que chegaram a 10%. Sendo assim, a boa gestão destes recursos se torna primordial para manutenção da sustentabilidade de qualquer serviço hospitalar, principalmente, daqueles mantidos pelo Sistema Único de Saúde, onde tais recursos se tornam cada vez mais escassos.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, 2011 define Órtese como "todo dispositivo permanente ou transitório, utilizado para auxiliar as funções de um membro, órgão ou tecido, compensando insuficiências e/ou evitando deformidades ou sua progressão". São exemplos de órteses, as telas, hastes, parafusos e placas, e sua colocação ou retirada

requer procedimento cirúrgico. Já uma Prótese é definida como “dispositivo permanente ou transitório que substitui total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido” a exemplo dos stents, enxertos vasculares, próteses de joelho, quadril, fêmur, dentre outros. Tem-se ainda os Materiais Especiais que possuem alto custo, e podem ser empregados em procedimentos diagnósticos e terapêuticos implantáveis ou não implantáveis, que não se enquadram nas categorias de órteses e próteses.

O profissional Médico é responsável por definir o diagnóstico e a indicação dos OPME's conforme a necessidade e estado clínico de cada paciente. Porém, sua autonomia refere a descrição técnica do produto, não podendo definir Marcas de preferência. No entanto, a escolha de Marcas pelos profissionais tem sido um obstáculo vivenciado pelos serviços de saúde de forma geral, tanto em serviços privados quanto em hospitais públicos. Para evitar tais dificuldades os médicos poderiam justificar técnica ou clinicamente a escolha de determinada marca, mas, não é o que ocorre na prática. Apesar das normativas existentes estipularem que, ao médico assistente, é vedada a indicação de Marca comercial para solicitação de OPME's, a realidade é outra (MARTINS, 2016).

O processo de aquisição dos produtos caracterizados como OPME's deve respeitar as normativas vigentes para garantia da segurança e qualidade em sua utilização. Portanto, há de se considerar que todo material de OPME a ser adquirido deve possuir Registro formal junto ao órgão regulador ANVISA. A administração dos recursos materiais é motivo de preocupação das organizações de saúde, principalmente, daquelas que pertencem ao setor público ou que fazem parte da rede complementar do Sistema Único de Saúde, haja vista, os orçamentos serem restritos e por conseguinte gerar a necessidade de maior controle do consumo e dos custos de forma a não privar

os funcionários, bem como os pacientes, dos insumos necessários para a prestação da assistência à saúde (GARCIA, et al, 2012).

Assim, é nítida a existência de diversos desafios relacionados a Gestão de OPME. Muitos destes ocorrem devido a interferentes externos, tais como, influências do mercado, fornecedores e/ou fabricantes, médicos que possuem preferências por determinadas marcas comerciais e, por isso, procuram interferir no processo de disponibilização destes itens nas Instituições onde atuam e, até mesmo questões relacionadas aos próprios pacientes e suas necessidades. Com isso, para que se tenha uma gestão eficaz do processo de aquisição, armazenamento, dispensação, utilização e faturamento da aplicação de tais itens, o Gestor deve possuir uma visão holística, observando os fatores de mercado e as características do hospital; conhecendo os procedimentos, as tabelas vigentes, os produtos e seus registros junto aos órgãos reguladores, o perfil de pacientes atendidos e o nível de complexidade dos procedimentos. É preciso haver um alinhamento com relação aos processos e a equipe médica e de assistência deve ser educada quanto as normas deste processo. A escolha e aquisição deve considerar o custo, mas, principalmente a segurança e qualidade do material. As informações quanto a utilização dos itens devem estar disponíveis de forma clara nos prontuários dos pacientes, estando compatíveis com os tipos de procedimentos e com as necessidades clínicas do paciente para que se evite a Glosa dos prontuários. Nota-se que o processo de gestão de OPME's é complexo e de difícil controle. Porém, com o conhecimento adequado e com uma equipe bem preparada é possível garantir uma gestão eficiente, reduzindo custos desnecessários e contribuindo para a manutenção e sustentabilidade financeira das Instituições, principalmente daquelas sustentadas com recursos públicos, uma vez que tais recursos são, geralmente, escassos no âmbito

do SUS. Assim, a boa gestão traz resultados amplamente positivos, pois, os recursos não desperdiçados poderão sustentar outras ações de maior necessidade para a assistência à saúde, atendendo portanto, uma maior demanda de serviços, contribuindo diretamente com a população que precisa ser atendida nestes serviços. Salienta-se que as Instituições de serviço em Saúde que atendem pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde ainda precisam vencer outro desafio que está relacionado a Tabela SIGTAP, uma vez que a atualização desta tabela não acompanha os avanços da Medicina e, devido a isso, em muitos procedimentos com técnicas novas os cirurgiões acabam lançando mão de OPME's que não são contemplados por esta tabela e, portanto, não serão pagos pelo SUS, gerando prejuízo financeiro a Instituição

que prestou o serviço. Aliado a falta de atualização da tabela SIGTAP existe um outro ponto a ser trabalhado que é o desconhecimento dos médicos com relação a mesma. Este desconhecimento do que é contemplado para cada tipo de procedimento faz com que, em diversas situações, o médico relate um código de procedimento no prontuário do paciente que é incompatível com os OPME's utilizado em cirurgia e, assim, o item não será faturado e pago pelo SUS, gerando novamente, prejuízo financeiro aos prestadores deste serviço. Desta forma, é perceptível a necessidade de Auditar os prontuários e alinhar estas informações junto a equipe médica para que se tenha os dados necessários de forma a proporcionar o pagamento dos serviços de maneira compatível ao procedimento realizado no paciente.

CONCLUSÕES

Através deste estudo é possível identificar alguns dos fatores que podem ser responsáveis por dificultar o processo de Gestão do uso de Órtese, Próteses e Materiais Especiais, principalmente, no âmbito dos serviços assistenciais pertencentes ao sistema público de saúde. A investigação realizada nos artigos científicos e demais documentos que tratam da gestão destes materiais demonstra que as dificuldades incluem despreparo, desconhecimento dos gestores com relação as Tabelas vigentes para faturamento destes materiais conforme cada procedimento, ou mesmo ao fato de tais tabelas estarem desatualizadas quando comparadas aos avanços alcançados pela Medicina nos últimos anos. A influência do mercado também dificulta a gestão de OPME, haja vista, em algumas situações os fabricantes e fornecedores conseguem influenciar na escolha e indicação de suas marcas pela equipe assistencial, nestes casos, os médicos acabam exigindo a padronização de marcas de produtos que muitas vezes possuem alto custo financeiro, sendo que há no mercado outras opções de marcas

que atendem com a mesma eficácia e menor custo. Existe ainda o problema relacionado aos valores pagos pelos materiais conforme as tabelas do SUS, que passam grande período sem atualização e, com isso, oneram os serviços de saúde. Além disso, determinados procedimentos incluem materiais específicos, mas, durante a cirurgia os médicos optam por utilizar outro material discrepante da tabela por ser mais viável clinicamente. Nestas situações é preciso que o cirurgião descreva de maneira clara e técnica os fatores que geraram a necessidade de utilização de um material não contemplado na tabela para que o Médico auditor avalie e decida se este item será ou não faturado.

Dentre todas as dificuldades relatadas para a Gestão plena e eficiente do uso de OPME's no âmbito do SUS, outro desafio importante ao Gestor relaciona-se à aquisição dos produtos, pois, sabe-se que este é processo logístico que inclui várias etapas, tais como, Seleção, Controle, Aquisição e Estocagem/Distribuição. Em cada uma destas etapas o

Gestor deve seguir critérios de qualidade para evitar-se o desperdício, haja vista, o setor público ter poucos recursos a serem aplicados e, portanto, seu uso racional é imprescindível. Durante o processo de Seleção o Gestor deve considerar que o produto esteja dentro dos critérios de qualidade atendendo as necessidades técnicas para os procedimentos em que serão aplicados, bem como, se este produto possui Registro junto aos órgãos de controle, no caso do Brasil, ANVISA, e quais os itens devem ser padronizados conforme o perfil de pacientes atendidos por seu serviço, por exemplo, se um hospital não atende a procedimentos de Ortopedia, não justifica adquirir OPME's utilizados somente em procedimentos desta especialidade. Outro fator é a quantidade a ser adquirida de forma a atender as demandas em tempo hábil, sem ocasionar falta de material, ou excessos que podem gerar perdas, ou dificuldades para estocagem, caso a quantidade ultrapasse os limites da estrutura física do setor onde serão armazenados. Saliento ainda que, material na prateleira por muito tempo significa recurso financeiro impossibilitado de se aplicar em áreas de maior necessidade. A seguir, o Gestor deve considerar o controle e acompanhamento do uso destes materiais através da mensuração das saídas versus faturamento, número de itens na prateleira, validade dos produtos, queixas técnicas possivelmente relacionadas a qualidade do produto, necessidade de treinamento da equipe quanto a utilização correta do material de forma a garantir a segurança e eficácia de seu uso, e necessidade de reposição do estoque conforme demanda. Já fala-se então da terceira etapa que inclui a aquisição dos itens conforme padronização e movimentações do estoque. Nesta etapa o Gestor deve ter uma visão crítica para avaliar a necessidade de compra, os preços praticados no mercado de

forma a garantir a aquisição dos produtos de maior qualidade em fornecedores que possuem o menor valor de venda. Ele deve avaliar também sua capacidade financeira e de armazenamento para evitar gastos que não condizem com sua realidade. Finalmente, a última etapa que o Gestor deve considerar é o Armazenamento e a Distribuição dos produtos, evitando-se a perda e contaminação de materiais ocasionados pela estocagem incorreta, e promovendo o uso racional e documentado destes produtos, através de sistemas informatizados para o controle de estoque e dispensação/faturamento dos itens. Ou seja, tudo aquilo que for adquirido deve ser incluído no sistema através da Entrada de Nota Fiscal, e tudo o que for dispensado e utilizado deve ter a baixa realizada dando saída para a conta do paciente e evitando discrepâncias entre o estoque físico e o virtual.

Um Gestor comprometido e bem preparado terá atuação de suma importância para garantia de um processo adequado as realidades do serviço público de saúde, considerando-se as necessidades dos pacientes aliadas as práticas eficientes para gerir os recursos financeiros disponíveis de forma a atender amplamente as demandas da assistência à saúde. Enfatizo ainda que este Gestor poderá atuar diretamente na disseminação de seu conhecimento educando toda a equipe de profissionais envolvida no uso de OPME's para que atuem de maneira padrão obtendo-se resultados racionais e condizentes com as propostas do sistema de saúde. Sendo assim, a boa gestão do uso de OPME's beneficiará os usuários e os profissionais atuantes nos serviços, além é claro, de contribuir com Estado através da redução do dispêndio de recursos cada vez mais escassos no âmbito da saúde.

REFERÊNCIAS

- 1- Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **TISS 3.01.00. Padronização de Troca de Informações em Saúde Suplementar**. Disponível em <http://www.ans.gov.br/tiss/1759-padrao-tiss-versao-30000>. Acesso em 20 ago. 2018, 20:50:20.
- 2- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990.
- 3- BRASIL. Ministério Público Federal. **Manual de Atuação do Ministério Público Federal em defesa do Direito à Saúde**. Brasília, 2005.
- 4- BRASIL. **Manual de boas práticas de gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- 5- GARCIA, S.D. et al. **Gestão de Material Médico-Hospitalar e o Processo de Trabalho em um Hospital Público**. Revista Brasileira De Enfermagem, Brasília, p. 339-346, 2012.
- 6- MARTINS, P.R do N. et al. **O Problema Envolvendo as OPME's e os Planos de Saúde: Contornos e Análises da Problemática**. São Paulo, vol. 17, p. 145-166, 2016.
- 7- MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**, UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG PPROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2003.
- 8- MOURA, M.R.S. **Compensação de Perdas na Comercialização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) em Hospital Terciário de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre, 2008.
- 9- NARDINO, S. et al. **Controle de Estoque de OPME**. São Paulo, Science in Health, p. 113-119, 2011.
- 10- NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SUS. **Gestão plena com responsabilidade pela saúde do cidadão**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.
- 11- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. United Nations Children's Fund. **Cuidados Primários de Saúde Alma- Ata**. URSS: OMS, 1995.
- 12- PINHEIRO, F.F.A., et al. **Orçamento, Planejamento e Gestão em Saúde**. I Web Congresso Internacional de Direito Sanitário, Universidade Federal do Ceará, p. 615-621, 2017.
- 13- SOUSA, R.C de. **Compra de OPME nas Empresas de Saúde Suplementar**. Rio de Janeiro, 2012.

A SUSTENTABILIDADE E A GESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM DESAFIO ÀS ORGANIZAÇÕES

SUSTAINABILITY AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN MUNICIPAL PUBLIC ADMINISTRATION: A CHALLENGE TO ORGANIZATIONS

SANTOS, Warlleis Souza¹

¹Docente da FAVENORTE, mestrando do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente/UFVJM

RESUMO

Uma das questões relevantes no campo da administração pública é entender a gestão ambiental no âmbito local. Essa questão provoca discussão e oferece significativa contribuição para a reflexão sobre as práticas ambientais que podem fazer a diferença nos órgãos públicos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho centra-se em discutir a gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica para discutir ações de gestão ambiental que são possíveis de ser realizadas nos municípios. Sabe-se que todos os entes da administração pública (União, Estados e Municípios) são responsáveis por garantir o meio ambiente artificial, natural, cultural, do trabalho no meio urbano ou rural como bem comum do povo, no entanto compreende-se que é no município que as pessoas usufruem desses bens, portanto torna-se essencial que assumam compromisso com a gestão ambiental para conservar os recursos naturais e promover a qualidade de vida para a população. Os resultados encontrados evidenciam como principais desafios à participação social e o comprometimento dos servidores, pois são fatores decisivos no processo de mudança da cultura institucional. Desse modo, este artigo conta com a seguinte estrutura: introdução, principais conceitos sobre gestão pública, gestão pública municipal, gestão ambiental municipal e desafios enfrentados na gestão ambiental. Após a compreensão destes, faz-se a discussão com base no objetivo proposto e por fim as considerações finais. Dessa forma, espera-se que a presente pesquisa sirva de ferramenta para os gestores municipais refletirem sobre os ambientes naturais, urbanos e industriais de seu município e as possibilidades de garantir o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Gestão. Meio Ambiente. Município.

ABSTRACT

One of the relevant issues in the field of public administration is to understand environmental management at the local level. This issue provokes discussion and offers significant contribution to the reflection on environmental practices that can make a difference in public agencies. In this context, the objective of this work focuses on discussing the environmental management within the municipal public administration. The bibliographic research was used to discuss environmental management actions that are possible to be carried out in the municipalities. It is known that all the members of the Public Administration (Union, States and Municipalities) are responsible for guaranteeing the artificial environment, natural, cultural, of work in the urban or rural environment as a common good of the people, however it is understood that it is in the municipality that People enjoy these assets, so it becomes essential that they assume commitment to environmental management to conserve natural resources and promote quality of life for the population. The results found show the main challenges to social participation and the commitment of the servers, because they are decisive factors in the process of changing the institutional culture. Thus, this article has the following structure: Introduction, Main concepts on public management, municipal public management, municipal environmental management and challenges faced in environmental management. After understanding these, the discussion is based on the proposed objective and finally the final considerations. Thus, it is hoped that this research will serve as a tool for municipal managers to reflect on the natural, urban and industrial environments of their municipality and the possibilities of guaranteeing local development.

Keywords: Management. Environment. Municipality.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o homem começou a perceber que as questões ambientais se apresentam como um dos problemas urgentes a serem resolvidos no globo, a fim de que a vida seja preservada, saudável, digna e produtiva. De acordo a Constituição Federal de 1988, meio ambiente é um bem de uso comum do povo e direito de todos, ou seja, meio ambiente é elemento fundamental na interação entre os atores sociais, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dessa disposição constitucional nasce a necessidade dos entes da administração pública (União, Estados e Municípios) assumirem compromisso com a gestão ambiental, conservar os recursos naturais e promover a qualidade de vida para a população, portanto, o objetivo deste trabalho centra-se em discutir a gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal.

Para os doutrinadores, a Constituição Federal de 1988 ao tratar de bens ambientais como bens de uso comum do povo referiu-se ao meio ambiente artificial (espaços urbanos, edificações e equipamentos públicos), natural (recursos naturais, água, solo, fauna, flora), cultural (patrimônio histórico, artístico, paisagismo, turístico), do trabalho (locais de trabalho no meio urbano ou rural), ou seja, bens que podem ser utilizados por qualquer pessoa e que são essenciais à qualidade de vida da população, portanto compreende-se que é no município que as pessoas usufruem desses bens.

A discussão da gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal oferece significativa contribuição na reflexão sobre práticas ambientais que podem fazer a diferença nos órgãos públicos. Dessa forma, o presente artigo pretende contribuir na identificação dos principais desafios enfrentados pe-

los municípios na gestão ambiental.

Para tanto, além da introdução, este estudo conta com a seguinte estrutura: principais conceitos sobre gestão pública, gestão pública municipal,

gestão ambiental municipal e desafios enfrentados na gestão ambiental. Após a compreensão destes, faz-se a discussão com base no objetivo proposto e por fim as considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Goes e Morales (2013) a gestão é uma expressão macro que alcança uma série de estágios, passos e atividades internas e externas que o setor público ou privado deve realizar. Frequentemente é compreendida como administração.

Para Matias-Pereira (2012) a administração pública é um sistema complexo, composto por órgãos do Estado, normas, recursos humanos, infraestrutura, cultura entre outros. Já para Lima (2006), gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito. Nesse sentido, a administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde etc. Para cumprir adequadamente o seu papel, a administração pública, nos seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, necessita estar bem estruturada (MATIAS-PEREIRA, 2012).

O termo gestão pública pode ser considerado como atos administrativos sendo classificados por processos como: planejamento, programação orçamentária, execução, controle e avaliação das políticas que vise à concretização de políticas públicas, diretas ou indiretamente, por organizações públicas ou privadas (GOES; MORALES, 2013, p. 3).

Nota-se que na esfera pública, gestão está associada com a implementação das políticas públicas que visam facilitar o desenvolvimento do país, do estado ou município.

Gestão Pública Municipal

A administração pública na esfera municipal possui autonomia política, administra-

tiva e financeira e desempenha suas funções através de seus órgãos e secretarias, departamentos, serviços. Assim, compreende-se que a Gestão Pública Municipal visa atender ao interesse público e às necessidades sociais, utilizando para isso da estrutura administrativa, de forma direta e indireta, bem como dos meios que a legislação permite.

Para Rezende e Castor (2006), a gestão municipal se relaciona com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicada à administração local por meio de seus servidores municipais.

Como ente da federação, o município tem crescido enormemente em importância tanto na oferta direta de bens e serviços públicos, quanto na promoção da cidadania, aperfeiçoando e acentuando as diferentes práticas de participação da sociedade na administração pública. (KLERING *et al.*, 2011, p.32).

Para esses autores a administração pública de um município pode apresentar-se dividida em direta com suas unidades administrativas ou órgãos e administração indireta que são organizações com personalidade jurídica própria. Neste trabalho o termo Gestão Municipal se refere a órgãos da administração pública direta e envolverá ações que podem ser realizadas tanto pelo poder legislativo quanto pelo executivo.

As mudanças ocorridas com a Constituição Federal de 1988 deu aos municípios responsabilidades que antes eram de competência das esferas federal e estadual. Ao assumir novas responsabilidades, o município ganhou e obteve a oportunidade de conhecer

seus problemas e propor ações de acordo com suas realidades. No entanto, permanecem suas relações de subordinação aos governos estaduais e a ao governo federal.

Os municípios têm seus governos sediados nas prefeituras, portanto, considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se afirmar que no Brasil possui 5.570 gestores municipais, espalhados pelos 26 estados e o Distrito Federal. Apesar da diversidade de características ambientais, culturais e socioeconômicas existentes entre os municípios algumas ações realizadas por uns municípios podem ser adequadas à realidade de outro e atender a uma necessidade local. Portanto, é importante que os gestores locais estejam atentos aos modelos de propostas que podem nascer diante uma experiência de outro município.

Tendo apresentado breve conceituação de gestão e gestão municipal, propõe-se avançar para a compreensão do conceito de gestão ambiental municipal.

Gestão Ambiental Municipal

Dos entes da administração pública o município é o que está mais próximo dos problemas locais, portanto uma das questões de grande relevância para a gestão municipal tem sido o enfrentamento dos problemas ambientais. Dessa forma, compreende-se que uma das responsabilidades da gestão municipal é realizar a gestão ambiental.

Contudo, para elaboração de uma política realmente efetiva, é necessário que os agentes públicos envolvidos entendam o sentido do conceito. “O conceito de gestão ambiental tem diversos significados e pode ser contextualizado em diferentes esferas de racionalidade” (CABRAL; GOMES, 2013, p. 170). Para esses autores a gestão ambiental envolve um vasto conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, procedimentos técnicos, arran-

jos institucionais e conflitos de interesses.

Para Cabral e Gomes (2013) o conceito de gestão ambiental reporta à condução e controle do uso de recursos naturais. Para os autores isso inclui o uso de instrumentos como medidas econômicas, regulamentos e normatização, investimentos financeiros, entre outros.

Já Cogo, Oliveira e Tesser (2012) conceituaram gestão ambiental da seguinte forma

A gestão ambiental é o modo como uma organização administra as relações entre suas atividades e o meio ambiente no qual está inserida, atendendo as expectativas das partes interessadas. Nos últimos anos, o conceito de gestão vem sendo utilizado para incluir, além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação desenvolvidos por empresas e instituições privadas não governamentais, de modo a administrar a sua atividade dentro dos modernos princípios de proteção ao meio ambiente. Assim, o conceito de gestão ambiental tem evoluído na direção de uma perspectiva de gestão compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos e articulados em seus diferentes papéis (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012, p.3).

A gestão ambiental tem o objetivo de planejar, coordenar, controlar e formular ações que alcancem objetivos previamente estabelecidos para determinado local. Segundo Borges (2015) a gestão ambiental visa alcançar o equilíbrio dos mais diversos ecossistemas.

A preocupação da administração pública com a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente é expressa desde 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente. Criada pela Lei 6.938/81 estabeleceu definições legais sobre temas, como: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais.

Atualmente, essa política está fundamentada no Art. 225, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o seguinte:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Schneider (2001) afirmou que a Política Nacional de Meio Ambiente, fixou critérios que destacam a participação do município. Nesse mesmo sentido, para Cabral e Gomes (2013)

Aos gestores públicos municipais é atribuída a competência para regular o uso dos recursos naturais, por meio de instrumentos de política ambiental, definidos em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), para atender às necessidades econômicas, sociais e culturais das populações locais (CABRAL ; GOMES, 2013, p. 171).

Da mesma forma que a Constituição Federal de 1988 trouxe a descentralização administrativa, dando responsabilidades aos municípios na gestão do meio ambiente, trouxe para os políticos, para os servidores públicos de cargos técnicos e para a sociedade a necessidade de conhecer as questões ambientais locais e participar da formulação de propostas seja para prevenir ou para corrigir danos. Dessa necessidade foram criados os Conselhos Municipais de Meio Ambiente que são compostos tanto por representantes do poder público como por membros da sociedade civil como um espaço de debate, adequado para resolver conflitos de interesses, propor acordos e construir propostas de acordo com os interesses econômicos, sociais e ambientais locais.

Ao tratar do Conselho Municipal de Meio Ambiente Ávila e Malheiros (2012) definem que

Esse espaço destina-se a colocar em torno da mesma mesa representantes da administração municipal, do legislativo, da administração estadual, do ministério público, da sociedade civil organizada e entidades da indústria, do comércio, de serviços, da agricultura, universidade, ins-

tituições de pesquisa (moradores, trabalhadores, religiosas, movimentos sociais, ambientalistas, defesa do consumidor, classe entre outras) no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e para a recuperação dos danos ambientais (ÁVILA; MALHIROS, 2012, p.41).

Além do Conselho Municipal de Meio Ambiente um dos instrumentos da administração pública para regulamentação e normatização de regras das políticas ambientais são as leis. Para Varela (2008) as determinações legais são instrumentos de comando e controle para resolver as questões ambientais. Para este autor os decretos, leis e regulamentações devem englobar: controle do uso do solo, licenciamentos, estudos de impactos ambientais, penalidades como multas, entre outros. Nesse contexto, nota-se um avanço na legislação que trata das políticas ambientais, visto que somente nos últimos 10 anos foram publicados:

- O Decreto nº 5.940/06 que estabeleceu a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- A Lei nº 12.349/2010 que alterou a Lei das licitações com a inclusão da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações;
- A Lei 12.187/2009 que instituiu a Política Nacional de Mudanças Climáticas;
- A Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e dispõe que os municípios tenham planos de gestão integrada de resíduos sólidos. A referida lei estabeleceu o prazo de 4 anos para que fossem encerrados os lixões e para que os rejeitos fossem destinados de forma correta em aterros sanitários;
- A Instrução Normativa nº 1/2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na

Administração Pública Federal;

- A Lei 12.462/2011 que estabeleceu o regime diferenciado de contratações públicas;
- O Decreto nº 7.746/2012 que determinou a adoção de iniciativas, dentre Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)¹, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas;
- A Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que estabeleceu as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Nota-se que a legislação como instrumento de comando e controle teve avanço expressivo somente nos últimos 10 anos. No entanto, outro instrumento apontado por Varela (2008) são os incentivos de mercado como: incentivos fiscais, instalação de equipamentos antipoluição, subsídios à produção menos poluente, taxas e tarifas, rodízio de carros. Dessa forma, “boa parte da legislação federal e estadual é aplicável na administração municipal” (ÀVILA; MALHEIROS, 2012, p. 37). Além disso, acredita-se que os municípios podem buscar na legislação federal modelos para direcionar suas ações e assim, conseguir estabelecer diretrizes socioambientais que garantam o desenvolvimento da cidade e não destrua os recursos naturais.

A gestão ambiental na esfera pública depende da implementação pelo governo de sua política ambiental, mediante a definição de estratégias, ações, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012, p.3).

Para esses autores a implantação de um sistema de gestão ambiental em cada repartição pública é imprescindível. Eles afirmaram que é necessário gerenciar e diminuir os impactos ambientais e a geração de resíduos que são produzidos nas atividades diárias das repartições públicas. “As empresas e instituições do setor público, particularmente as que têm como missão direta promover o bem-estar da sociedade, deveriam ser as primeiras a tomar a iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental” (BARATA, KLIGERMAN, MINAYO-GOMEZ, 2007, p.169-170). Nesse sentido, acredita-se ser obrigação das administrações municipais ter iniciativas de gestão ambiental, no entanto, segundo esses autores, o engajamento do servidor público e de seus dirigentes é decisivo para que mudanças na cultura institucional aconteçam.

Dambrós, Senna e Alves (2014) ao tratarem das responsabilidades que podem ser assumidas pelas prefeituras apontaram atitudes de preservação ambiental como proteger o meio ambiente, combater a poluição, preservar as florestas, fauna e flora. Esses mesmos autores apontaram as demandas por estratégias de tratamento do lixo urbano, como a construção de aterros sanitários exigidos pela Lei 12.305/2010. A referida lei é um avanço no tratamento de resíduos sólidos, mas ao mesmo tempo estabeleceu um desafio aos gestores municipais. O prazo de 4 anos para acabar com os lixões não foi suficiente, sendo necessário o governo prorrogar o prazo até 2018. Em caso de descumprimentos os municípios e seus gestores estarão sujeitos a multas, perda de direitos políticos e outras penalidades.

Segundo Giaretta (2011) a gestão ambiental tem maior eficiência no município por três motivos

1 A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), oficializada pela Portaria nº 510/2002 do Ministério do Meio Ambiente, é um programa criado como resposta da administração pública à necessidade de enfrentamento das graves questões ambientais e instaura o processo de implantação de uma nova cultura institucional na administração pública, pois insere critérios socioambientais na administração pública.

(...) Primeiro, as pessoas conhecem seus problemas, e não há computador que saiba melhor que um morador que a rua se enche de lama quando chove. Segundo, porque a cada unidade de gasto público, a comunidade acrescenta o seu esforço, materiais locais, e a manutenção cuidadosa de uma obra ao qual contribuiu. Terceiro, porque em nível local as pessoas se conhecem entre si, e podem enfrentar os problemas de forma organizada. (GIARETTA 2011, p.16)

Assim, pode-se notar que a gestão ambiental trata das questões socioambientais, socioeconômicas, socioculturais, é uma gestão ampla que se confunde, ou se inclui na gestão municipal, pois em todos os momentos se envolve com questões de convivência humana, com seus efeitos seja negativos ou positivos. Contudo, os municípios enfrentam muitos desafios para realizar a gestão ambiental local.

Desafios enfrentados pela Gestão Ambiental

Giaretta (2011) aponta que as questões ambientais foram inseridas nas agendas governamentais ao longo das últimas quatro décadas. Segundo a autora essa inserção se deve aos grandes acontecimentos relacionados às questões socioambientais que funcionam como oportunidades para se propor políticas públicas preventivas e mobilizar a sociedade. Acontecimentos e temas como: mudanças climáticas, secas, tempestades, inundações e enchentes, queimadas, desastres naturais do tipo temperaturas extremas, epidemias, erupções, entre outros tornaram-se tema de muitas discussões e de preocupações para os gestores públicos. “Outros temas como saneamento, mobilidade urbana, energia, educação e doenças relacionadas ao stress humano aparecem nos debates políticos-sociais” (GIARETTA, 2011, p. 45).

Nesse contexto, percebe-se que os gestores municipais enfrentam vários desafios que vão desde efeitos não previsíveis da natu-

reza até a definição de planos que disponham sobre o futuro da cidade, como é o caso do Plano Diretor Municipal que é instrumento de planejamento urbano para dez anos.

A maioria das administrações municipais possuem lacunas que se tornam preocupantes aos seus gestores, visto que tornam a gestão ambiental ineficiente

i) baixa escolaridade e capacidade dos servidores públicos para realização de suas competências; ii) limitados recursos financeiros para investimentos em políticas públicas; iii) ausência de prioridades políticas frente a questão ambiental; iv) ausência de divulgação de informações e todos os envolvidos no processo de gestão ambiental e principalmente para aqueles inseridos nas tomadas de decisões; e v) pouca ou inexistente a participação da sociedade nos locais de decisão. (GIARETTA, 2011, p. 122).

Para essa autora de todas as lacunas citadas a participação social é a mais importante, uma vez que ela significa inserir a população que efetivamente sente os impactos ambientais nas tomadas de decisões locais.

Giaretta (2011) aponta que para o município promover a defesa do seu patrimônio natural ou cultural e o bem estar da população ele deve se preparar para enfrentar os desafios, seguindo os seguintes princípios:

- a. ter um número de servidores adequados;
- b. contar com o apoio de instituições como universidades que possam capacitar seus servidores;
- c. evitar procedimentos longos e burocratizados;
- d. divulgar para todos os níveis de parcerias. Para esses autores o primeiro desafio para a gestão ambiental municipal é o estabelecimento do sistema municipal de meio ambiente.

Propõe-se as administrações municipais a adesão a Agenda Ambiental de Administra-

ção Pública (A3P), com maior ênfase na diminuição do desperdício.

Para Cogo, Oliveira e Tesser (2012) as repartições públicas devem adotar práticas sustentáveis com vistas a reduzir os desperdícios. As práticas ambientais mais comuns são: a) redução do consumo de água, inclusive alguns órgãos públicos tem trocado seus vasos sanitários para outros que utilizam pouca água na descarga; b) economia de energia, ligar ar condicionado somente quando necessário, man-

ter luzes apagadas em ambientes ociosos; c) separação de lixo reciclável; d) otimização do uso do papel imprimindo frente e verso, aproveitamento de impressões para rascunho; e) diminuição do uso de copos descartáveis com adoção de caneca ou *squize*.

As práticas sustentáveis citadas são simples e não dependem de recursos financeiros para executá-las, ao contrário, irão gerar economias para a administração pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo Gil (2008, p. 34) “no processo de investigação social, a primeira tarefa é escolher o problema a ser pesquisado”. O autor esclareceu que o problema da pesquisa identifica algo que provoca desequilíbrio, mal estar, sofrimento, uma questão que provoca discussão. Assim, do problema escolhido para estudo, formulou-se a pergunta da pesquisa: Quais os principais desafios enfrentados pelos municípios para desenvolver ações de gestão ambiental? Estabeleceu-se o objetivo que é discutir a gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal.

Para atender o objetivo proposto foi utilizado a pesquisa bibliográfica realizada a partir de livros, artigos e referências publicadas em meio eletrônico que tratam da gestão pública e da gestão ambiental e pesquisa documental contemplando legislação ambiental aplicada a administração pública. Conforme afirmou Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica

coloca o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito ou dito sobre determinado assunto. Assim, a partir do conhecimento atual sobre os temas foi possível discutir a gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal com uma abordagem qualitativa. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

A pesquisa é do tipo descritiva visto que caracteriza algumas práticas de gestão ambiental que podem ser adotadas pela administração pública municipal, descrevendo assim alguns dos desafios enfrentados por ela. Fundamentado no quadro teórico, procedeu-se a identificação dos aspectos mais importantes que os gestores públicos municipais devem atentar em sua gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos aspectos gerais identificados na literatura acerca da gestão ambiental municipal destacaram-se:

A necessidade de mudança na cultura institucional – A Agenda Ambiental na Administração Pública é uma estratégia de construção de

uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na administração pública, pois tem como objetivos combater as formas de desperdícios de recursos naturais e bens públicos; fazer a gestão adequada dos resíduos gerados, incluir critérios socioambientais

nas compras e licitações, sensibilizar os servidores em relação aos aspectos ambientais e a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.

Envolvimento dos servidores públicos – No seu próprio ambiente de trabalho os servidores públicos podem adotar práticas de economia de água, energia, papel, entre outros. O trabalho realizado por Dambrós, Senna e Alves (2014) apontou que os servidores públicos municipais reconhecem que as questões ambientais afetam o seu dia a dia, portanto, conforme afirma Barata, Kligerman, Minayo-Gomez (2007), é necessário promover a sensibilização dos servidores públicos para otimização dos recursos e melhorar a qualidade do ambiente.

Implantação de ações estratégicas pelas prefeituras – Os municípios devem constar em seus planejamentos o desenvolvimento respeitando as características naturais, com estratégias para que o crescimento da cidade não seja desordenado, considerando os fatores ecológicos, sociais e econômicos. A partir dos instrumentos de comando, controle e de incentivos de mercado. Dambrós, Senna e Alves (2014) apontaram que as mudanças climáticas provocam efeitos diferentes em cada região e que tem afetado muitos municípios. Considerando esses aspectos, não é incomum encontrar exemplos de prefeituras que se veem obrigadas a implantar ações para amenizar os efeitos das secas, das enchentes, das queimadas, entre outros. Apesar de se tratar de desastres naturais, a administração municipal deve ter estratégias que amenizem os riscos.

Alguns exemplos de ações estratégicas são a implantação de estação de tratamento de esgoto (ETE) e aterro sanitário com vistas a receber o ICMS Ecológico²; incentivo a criação de associações de catadores de material reciclável, entre outros.

Os aspectos burocráticos – A legislação ambiental estabeleceu regras, por vezes, difíceis de serem implementadas no âmbito municipal, no entanto, é necessário que os gestores locais reconheçam que as práticas ambientais adotadas podem contribuir no desenvolvimento socioeconômico equilibrado. Compreende-se que na legislação é possível encontrar ações tanto para prevenir problemas ambientais como para solucioná-los.

Tem-se como exemplo a imposição legal que despertou em alguns municípios a criação de cooperativas de catadores de material reciclável, coleta seletiva em alguns órgãos, definição de uso de espaços urbanos. Por outro lado, nota-se que a burocracia ambiental, sobretudo referente ao licenciamento ambiental, se opõe ao crescimento econômico, visto que por vezes impede e/ou atrasa obras, instalações de empreendimentos, exploração de algum recurso natural, entre outros.

Nesse sentido, aparece o Conselho Municipal de Meio Ambiente que pode assessorar o poder executivo nas suas decisões, na resolução de problemas e conflitos de interesses, pois é um espaço que garante da efetiva participação dos cidadãos na gestão ambiental municipal, sendo uma oportunidade de diálogo entre poder público, empresários, políticos, sociedade civil. Tem como funções: a busca por soluções para uso dos recursos naturais e para reparar os danos já existentes, a fiscalização e o cumprimento das políticas ambientais, trata da concessão de licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras, propõe criação de normas, regulamentos, podem também receber e apurar denúncias da população sobre degradação ambiental, entre outros.

A participação da sociedade civil - “Boa parte da literatura de gestão ambiental, gestão

² ICMS Ecológico – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços é um imposto estadual que é transferido ao município, o ICMS ecológico pode ser entendido como fonte de recursos adicionais destinado aos municípios que possuem unidades de conservação ou tratamento de lixo.

municipal e território local defende que a participação da sociedade civil como uma das alternativas de gestão (...) para engajamento e consideração do saber local” (GIARETTA, 2011, p.18). Dessa forma, buscar o envolvimento da população local tanto nas decisões quanto na execução de ações ambientais ou mesmo na fiscalização é uma alternativa imprescindível

para a administração pública.

Considerando os aspectos identificados pode-se afirmar que a gestão ambiental municipal passa inicialmente pela mudança da cultura institucional, conscientização e participação dos servidores e participação da sociedade nas decisões públicas.

CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica foi possível identificar que é factível a gestão ambiental nos municípios. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a participação social e o comprometimento dos servidores é decisivo no processo de mudança da cultura institucional.

A análise dos resultados demonstrou que a responsabilidade da gestão ambiental não é só pela pressão que a legislação impõe, mas uma necessidade de oferecer serviços que atendam a necessidade da população e que não degrade os recursos naturais. Observou-se que além dos benefícios de qualidade de vida

para a população, a gestão ambiental pode trazer resultados econômicos para os municípios como é o caso do ICMS Ecológico.

Assim, a partir dos resultados dessa pesquisa faz-se necessário que os prefeitos municipais e suas equipes assumam responsabilidades tanto no planejamento quanto no gerenciamento de questões ambientais. Dessa forma, espera-se que a presente pesquisa sirva de ferramenta para os gestores municipais refletirem sobre os ambientes naturais, urbanos e industriais de seu município e as possibilidades de garantir o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 33-47, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000700004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BARATA, M. M. de L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMES, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde coletiva** [online]. v. 12, n. 1, p. 165-170. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100019>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 out. 2006.

_____. **Decreto nº 7.746/2012, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Intermunicipal de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Diário Oficial [da] República

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jun. 2012.

_____. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set.1981.

_____. **Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

_____. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

_____. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010.** Altera as Leis no 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 dez. 2010.

_____. **Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011.** Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 2011, retificada em 10 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SUAS: configurando os eixos de mudança. **Caderno CapacitaSuas**, Brasília, v.1, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providên-

cias. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctd-Cod=295>>. Acesso em: 11 jan.2016.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10-2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BORGES, A. C. F. Diagnóstico da Gestão Ambiental no Município de Nova Esperança do Piriá-PA. In: VI Colóquio Organizações Desenvolvimento e Sustentabilidade 2015. Belém: UNAMA, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/issue/view/18>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CABRAL, E. R.; GOMES, S. C. Gestão ambiental pública em municípios com forte correlação entre desmatamento e expansão da pecuária, da soja e da madeira. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 167-194, jul. 2013. Disponível em: <<https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2592/3154>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

COGO, G. A. da R.; OLIVEIRA, I. L. de.; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um instrumento a favor da sustentabilidade na administração pública. In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção 2012. Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_167_969_20065.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DAMBRÓS, M. M. G.; SENNA, A. J. T.; ALVES, R. R. A. Gestão ambiental no setor público: percepção dos servidores da prefeitura municipal de São Gabriel (RS). **Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM**. Santa Maria, v. 18 n. 2, p. 674-689, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/down>>

load/12960/pdf_1>. Acesso em: 08 jan. 2017.

GIARETTA, J. B. Z. Participação Social e Ambiental Municipal no Brasil: desafios e condicionantes. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24052011-161139/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, G. A.; MORALES, A. G. Gestão pública e sustentabilidade: Desafios ações e possibilidades. Fórum Ambiental da Alta Paulista, Tupã, v.9, n.4, 2013. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/623/646>. Acesso em: 11 jan. 2017.

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

KLERING, L. R. et al. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view-File/9778/6701>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, P. D. B. **Excelência em Gestão Pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, D. A., CASTOR, B. V. J. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SCHNEIDER, E. Gestão Ambiental Municipal: Preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. In: XX Encontro Nacional de Engenharia da Produção. 2000. São Paulo, ENEGEP, 2000. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0137.PDF>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VARELA, C. A. Instrumentos de políticas ambientais, casos de aplicação e seus impactos para as empresas e a sociedade. **Revista Ciências Administrativas**. Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 251-262, dez. 2008. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carmen_augusta_varela_instrumentos_de_politicas_ambientais_casos_de_aplicacao.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LETRAMENTO DIGITAL: DESAFIOS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

DIGITAL LITERACY: CHALLENGES IN DISTANCE EDUCATION COURSES

GUBERT, Antonio Luiz¹; MUELLER, Fernanda²;

¹Doutor, Professor do Instituto Federal de Santa Catarina

²Licenciada, aluna do curso de Especialização em Tecnologias para Educação Profissional do Instituto Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este estudo evidencia a evolução da educação a distância com a participação das novas tecnologias, assim como é uma amostra do déficit do letramento digital, caracterizado pela falta e/ou escassez de ensino das tecnologias da informação e comunicação - TICs na educação básica. A principal consequência disso são as dificuldades no uso das tecnologias para acadêmicos optantes do ensino na modalidade de educação a distância. O objetivo é compreender e analisar as dificuldades encontradas pelos ingressantes em curso de educação a distância perante o letramento digital, visando buscar alternativas para inclusão digital daqueles que, por sua vez, já foram suprimidos e alienados da evolução que vem sendo feita na educação através das tecnologias. Ressalta-se também que a responsabilidade do letramento digital é de todos os envolvidos; dessa forma, todos devem buscar alternativas para suprir as deficiências encontradas ao longo do processo educacional, criando novas possibilidades de ensino de tecnologias na educação. Conclui-se que existem acadêmicos que, ao se deparar com o processo de aprendizagem na metodologia de educação a distância, são prejudicados pela falta da alfabetização digital, sendo necessárias ações efetivas das universidades para suprir a falta de letramento digital ocorrida no ensino básico.

Palavras-chave: Educação básica. Educação a distância. Letramento digital.

ABSTRACT

This study shows the evolution of distance education with the use of new technologies, as well as a sample of the digital literacy deficit, characterized by the lack and / or scarcity of information and communication technologies (ICTs) in basic education. Its main consequence is the difficulties in the use of the technologies for students who chose the education in the modality of distance education. The objective is to understand and analyze the difficulties encountered by the incoming students of distance education before the digital literacy, seeking to find alternatives for digital inclusion of those who have already been suppressed and alienated from the evolution that has been made in education through technologies. It is also stressed that the responsibility of digital literacy is of all involved, so all must seek alternatives to fill the deficiencies found throughout the educational process, creating new possibilities for teaching technology in education. It is concluded that there are academics who, when arriving at the learning process in the methodology of distance education, are surprised by the lack of digital literacy, and it is necessary to take effective actions of the universities to overcome the lack of digital literacy that occurred in elementary education.

Keywords: Basic education; Distance education; Digital literacy.

SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SEUS ALUNOS

A educação a distância é uma metodologia de ensino que emerge no contexto histórico educacional brasileiro a partir de 1820, com a educação por correspondência.

Segundo Machado e Moraes (2015),

A experiência com a educação a distância nessa primeira geração, via correio, esteve presente em vários países, o que caracteriza o alcance da EAD, nesse formato, já como um processo educativo que sai da sala de aula convencional (MACHADO; MORAES, 2015, p. 11).

No decorrer dos tempos, vieram as mudanças mundiais ocasionadas pela globalização; e, com isso, as diversas modernizações tecnológicas que vêm impactando em todos os setores. Na educação não é diferente: a possibilidade de novas metodologias de ensino com avanços tecnológicos acaba trazendo novas práticas para a educação; conforme Machado e Moraes (2015), a evolução da educação a distância está ligada ao aluno e à tecnologia.

Sobre o aluno, é imprescindível conhecer seu contexto histórico e cultural, para assim entender as dificuldades no uso de algumas das ferramentas tecnológicas por aqueles que optam em percorrer os estudos na modalidade da educação a distância da geração atual.

De forma geral, a educação a distância ainda precisa quebrar barreiras no que se refere ao desempenho do aluno nas metodologias de uso das tecnologias da informação e comunicação – TICs. Na atual etapa da educação a distância, a quinta geração, a tecnologia é o principal instrumento de contato entre o edu-

cando e seu objeto de estudo. Portanto, se faz necessário o trabalho constante em verificar as demandas e por consequência promover aos alunos possibilidades de intervenção para melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo pesquisa realizada pela Cetic (2017), no ensino fundamental e médio, ainda há um grande déficit no uso da tecnologia para a educação, pelos alunos e professores, quando se fala de escola pública os números são ainda mais preocupantes.

O déficit do uso da tecnologia para o aprendizado na educação básica pode trazer dificuldades aos ingressantes nos cursos superiores em educação a distância. O motivo é a falta de letramento digital que acaba deixando-os despreparados para aderirem o estudo em ambientes digitais. Segundo Mercado (2007):

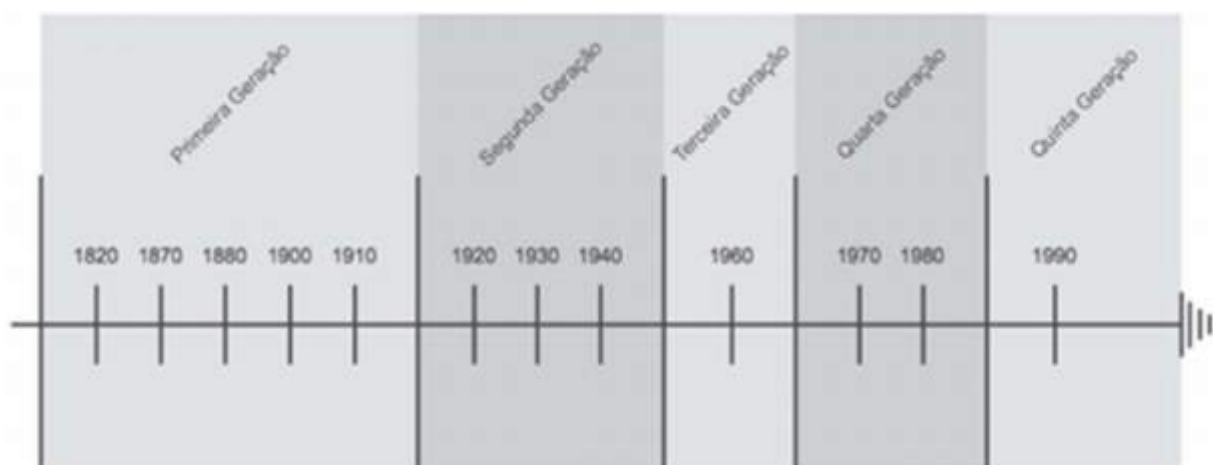
Os alunos apresentam, durante seu processo de estudo inicial, dificuldades de tempo, de organização e planejamento sobre quando e como estudar, além da confusão sobre as condições e demandas das tarefas de aprendizagem, já que reconhecem que se trata de uma experiência de aprendizagem nova diante da qual não sabem como atuar (MERCARDO, 2007, p. 3).

O presente trabalho, então, pretende avaliar o letramento digital dos alunos matriculados em cursos de graduação em bacharelado na modalidade de educação a distância, possibilitando criar instrumentos, métodos e técnicas que auxiliem na melhoria do processo de aprendizagem, realizando ações segmentadas, com o intuito de elevar o conhecimento tecnológico.

AS GERAÇÕES DA EAD

A educação a distância foi marcada na sua gênese pela educação por correspondência, porém com as evoluções tecnológicas ela foi se modificando e criando novas caracte-

rísticas. Machado e Moraes (2015) classificam essas mudanças como gerações ou etapas da evolução EAD, representada cronologicamente pela figura a seguir:

Figura 1: Geração/etapas evolução de EAD

Fonte: MACHADO; MORAES, 2015, p. 10.

Conforme Machado e Moraes (2015), a primeira geração se destaca pela nova tecnologia da época, os serviços postais; na segunda geração, a tecnologia evoluiu com a transmissão via rádio e televisão e a educação mais uma vez evoluiu com o uso desta tecnologia. Já na terceira geração, a preocupação era com o aspecto pedagógico da educação a distância e, conforme Lopes e Faria (2015), foi marcada pelas Universidades Abertas.

Segundo Machado e Moraes (2015):

Por conta dessa forma de pensar o processo educacional, a terceira geração não é marcada pelo impacto das tecnologias, mas por tratar das adaptações e necessidades dos alunos. Ou seja, emerge a preocupação com os aspectos pedagógicos relacionados às formas de aprender dos sujeitos (MACHADO; MORAES, 2015, p. 12).

Nesse sentido, Machado e Moraes (2015) ainda relatam que a quarta geração é novamente marcada pela evolução da tecnologia com a transmissão via satélite; já a quinta geração corresponde a atualidade. Conforme Machado e Moraes:

Nessa quinta geração da EAD, as novas tecnologias disponíveis condizem com formatos, métodos, recursos ou estratégias informáticas e telecomunicacionais, que viabilizam a formação técnica e humana. A dinâmica na rede mundial

de computadores diminui o isolamento dos alunos porque torna todos, tímidos ou extrovertidos, indivíduos interativos e capazes de realizar troca de experiências, saberes morais, conhecimentos gerais e específicos, contando para isso com chats, newgroups, lista de discussões, blogs, entre outros (MACHADO; MORAES, 2015, p. 15).

Ao analisar a evolução da educação a distância, pode-se entender que a tecnologia está envolvida de forma direta em todas as gerações. Nesse viés, há a necessidade de pensar a educação a distância e se seus fatores tecnológicos estão ocasionando qualidade no ensino-aprendizagem por ela ofertada. Destaca-se aqui a terceira geração; que além de tratar de uma evolução tecnológica, veio para pensar nas questões pedagógicas dessa modalidade de ensino.

A partir da terceira geração começamos a discutir que as tecnologias são apenas suporte para a aprendizagem, pois o foco deve e precisa ser o processo de ensinar e aprender. Afinal, podemos aprender em grupo, com uma pessoa direcionando, apenas lendo e interpretando um material, aprender sozinho em qualquer ambiente e lugar, e as instituições de ensino formal e informal começam nesse momento a perceber que os cursos somente teriam o sucesso almejado a partir do êxito dos seus alunos (MACHADO; MORAES, 2015, p. 12).

Desde a terceira geração, vem se pensando em metodologia de ensino de qualidade para a educação a distância. Hoje a atual geração segundo Maia e Mattar (2007), utiliza de diversas ferramentas de comunicação, sendo que o contato educando e educador é marcado pela tecnologia.

No Brasil atual, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Brasil, 1996), que vem contemplar os cursos de educação a distância a suas diretrizes. A lei federal incentiva esta modalidade de educação, conforme LDBEN (1996, art. 80): “O Poder Público

incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.”

Com as mudanças na educação e incentivo federal, a procura pela educação a distância vem crescendo. É necessário que a qualidade do ensino não se perca, para isto é preciso conhecer o público que busca por esta modalidade e verificar se os atuais alunos têm conseguido acompanhar das as mudanças tecnológicas que dão conta da educação EAD, principalmente o que refere-se ao letramento digital.

LETRAMENTO DIGITAL

Segundo Coscarelli e Ribeiro (2014, p.13), “No contexto atual o grande desafio das escolas, dos educadores e sociedade é a exclusão digital, ou analfabetismo digital”. Apesar de a atual geração da educação a distância estar totalmente ligada a novas tecnologias, ainda se fala em exclusão digital e/ou analfabetismo digital. Para os alunos ingressantes nos cursos EaD, que não tiveram contato com esta modalidade durante seu percurso estudantil, tem-se a necessidade de se adaptar a este novo método de ensino. Conforme Coscarelli e Ribeiro (2014):

Para alguns estudiosos, a inclusão é um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos usos e costumes de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e os deveres dos já participantes daquele grupo em que está se incluindo. (COSCARELLI; RIBEIRO, 2014, p.15)

No processo educacional não é diferente. Ao ser inserido independente da modalidade de ensino, o aluno passa a ter direitos e deveres, assim necessitando se adequar a modalidade escolhida. Segundo Coscarelli e Ribeiro (2014), no Brasil, principalmente no ensino público, a exclusão digital é algo visível; as dificuldades do uso dos instrumentos tecno-

lógicos presentes na educação a distância são comuns entre os estudantes que optaram em realizar a educação nesta modalidade.

Porém, existir a exclusão digital nos dias atuais é alienar essa parte da população com as constantes mudanças tecnológicas, visto que convergência digital está presente em todos os setores, e na educação não é diferente.

Se a exclusão digital vem atrapalhando o desenvolvimento estudantil, há a necessidade de se criar estratégias para a alfabetização e o letramento digital. Conforme Coscarelli e Ribeiro (2014, p.31); “Se continuarmos procurando um “culpado”, [...] não vai haver solução para a escola no Brasil”.

Nesse sentido, é necessário que todos os profissionais da educação pensem em estratégias para minimizar as consequências da exclusão e do analfabetismo digital. Coscarelli e Ribeiro (2014):

A escola precisa encarar seu papel, não mais apenas de transmissora de saber, mas de ambiente de construção de conhecimento. Os alunos precisam saber aprender, saber onde encontrar as informações de que precisam e ter autonomia para lidar com estas informações, avaliando, questionando e aplicando aquelas que julgarem úteis e pertinentes (COSCA-

RELLI; RIBEIRO, 2014, p. 31).

É preciso, portanto, que as escolas iniciem ações para alfabetização e letramento digital, a fim de oportunizar equiparidade e qualidade

OBTENDO DADOS

Para este estudo, foi necessária uma pesquisa investigativa, que aplicada diretamente com os estudantes, verificou as principais dificuldades no uso das tecnologias.

A metodologia adotada foi de uma pesquisa quantitativa, realizada com acadêmicos ingressantes da última entrada do ano de 2018 nos diversos cursos de graduação no formato de educação a distância do Centro Universitário Uninter – Polo Joinville. Como a modalidade de ingresso é por ciclo, os acadêmicos entrevistados, independente do curso, estavam no seu primeiro ciclo de aprendizagem. Dessa

forma será possível medir quais são as principais características e dificuldades presentes no ingresso acadêmico nos cursos da modalidade EAD.

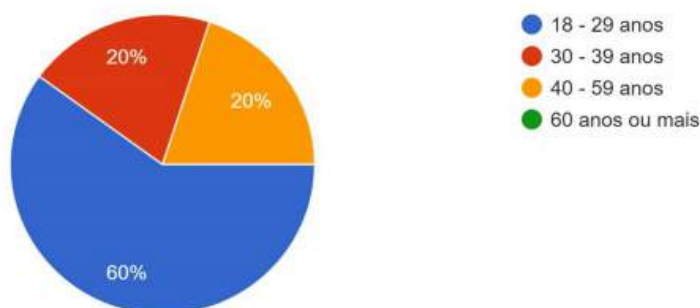
É importante ressaltar que o estudo foi realizado com vinte acadêmicos da primeira fase de ensino, através de um questionário, com o objetivo de realizar um levantamento de informações e tabular as demandas para assim, verificar as principais dificuldades encontradas e também, quais estão tendo êxito, sendo que os dados serão processados em tabelas e gráficos.

ALGUNS RESULTADOS

A pesquisa realizada buscou obter dados relevantes e significativos para verificar o perfil dos acadêmicos recém ingressantes na educação a distância. Pretendeu-se entender que assim como a educação a distância passa

por gerações, esta evolução tem que estar conectada com nossos atuais estudantes. Neste primeiro levantamento de dados identificamos a faixa etária dos ingressos da última entrada de 2018:

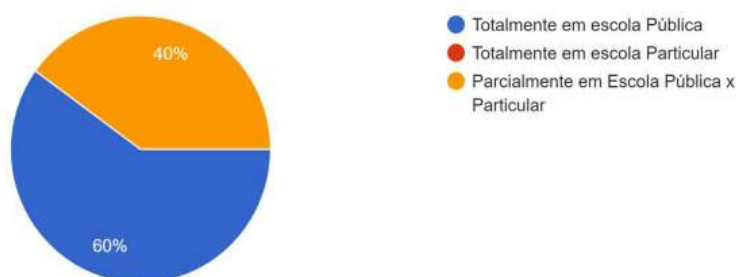
Gráfico 1: Faixa etária por porcentagem



Fonte: Autores, 2018.

Os dados apresentados acima demonstram que se tem cada vez mais público jovem optando pelo ingresso nos cursos superiores em modalidade

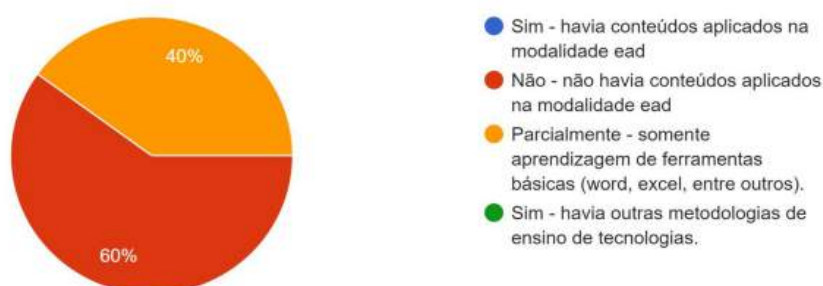
de EAD. Do público pesquisado, o maior número veio de escola pública e/ou estudou parcialmente em escola particular, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Ensino básico

Fonte: Autores, 2018.

O período de término de conclusão do Ensino Médio do público pesquisado foi entre ano 2000 até 2018. A pesquisa identificou que nestes últimos dezoito anos as escolas não avan-

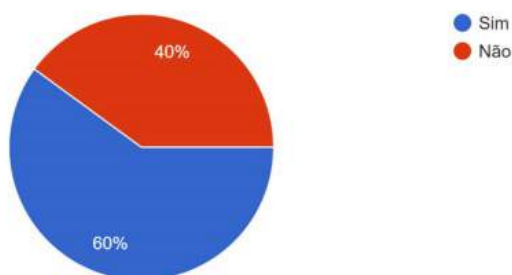
çaram no uso de tecnologias na educação não havendo conteúdos aplicados na modalidade EAD, nem incentivo de ensino de ferramentas básicas como Word, Excel entre outras:

Gráfico 3: Metodologia de aplicação na modalidade EAD no ensino básico

Fonte: Autores, 2018.

Com o resultado apresentado acima, fica claro que o letramento digital não tem evoluído com o passar dos anos, principalmente nas escolas públicas de onde vem o maior número de acadêmicos que respon-

deram esta pesquisa. Foi identificado que 60% do público pesquisado teve dificuldades no ambiente virtual de aprendizagem, visto estar frente a uma nova modalidade de metodologia de ensino:

Gráfico 4: Dificuldades no ambiente virtual de aprendizagem

Fonte: Autores, 2018.

Para os alunos entrevistados na pesquisa, a maior dificuldade encontrada é o processo de transição entre modalidade presencial

versus a modalidade EaD. Um estudante a partir da pesquisa fez o seguinte relato oral: “Realizei a conclusão do Ensino Médio e Técnico na

modalidade presencial, e ao chegar no Ensino a Distância enfrentei o desafio de descobrir o uso das tecnologias para educação, principalmente no que se trata do esquema diferenciado de estudo e acesso ao ambiente virtual”.

Já outro acadêmico conta que se sentiu desconfortável ao ingressar na Educação a Distância, visto sempre ter estudado na Educação Presencial, não ter domínio da tecnologia e não conhecer o sistema de Ensino a Distância.

Ainda na pesquisa, há alunos que respondem sobre o medo do uso da tecnologia e modalidade de ensino por eles não conhecida, o que gera insegurança de não conseguir se adaptar ao

método de estudo e até mesmo desejo de evadir.

Portanto, esta pesquisa se relaciona com os dados já pesquisados e fundamentados neste trabalho, identificando que a falta de letramento digital no ensino básico vem prejudicando o desempenho do acadêmico em seu ingresso na educação a distância. Este levantamento de informações é significativo para buscar novas possibilidades de auxiliar o estudante no seu ingresso, visto a necessidade de um acompanhamento pedagógico mais efetivo para a contribuição das dificuldades apresentada pelos acadêmicos referente ao letramento digital.

PARA FINALIZAR

Durante o processo de construção deste estudo, observou-se a construção da história da Educação a Distância. Nesse processo histórico, houve momentos importantes para entendimento de nosso período atual, com uma educação que vem se atualizando com as novas tecnologias.

Porém, na Educação Básica, principalmente no que se refere ao ensino público, não há a mesma transformação. As escolas ainda não estão se adaptando aos novos métodos de ensino; o ensino básico da informatização é precário, causando um déficit de aprendizado, o chamado analfabetismo ou exclusão digital.

Conforme a pesquisa realizada, os acadêmicos optantes pelo ensino EaD são oriundos de escolas públicas e/ou tiveram divisão entre a pública e a particular, e 60% do total relata que não tiveram nenhum acesso a aprendizagem de tecnologia durante o processo educacional. Os demais 40%, relatam que tiveram somente o ensino das ferramentas básicas, porém sem nenhuma disciplina realizada na modalidade EaD.

O analfabetismo ou exclusão digital fica evidente quando o acadêmico opta pelo ensi-

no na modalidade de educação a distância. É neste momento que as principais dificuldades começam a se manifestar, pela falta de conhecimento de instrumentais tecnológicos necessários para o aprendizado na modalidade EaD.

Ao longo desse processo de estudo, é visível a necessidade de transformação na educação básica, para que o letramento digital esteja incluído na grade curricular. Nesse momento, as escolas devem descobrir novas maneiras de ensinar, para que seus processos pedagógicos estejam coerentes com as mudanças tecnológicas advindas da globalização e compactuados com todos os setores da sociedade. Não incluir estas mudanças na educação básica é privar os educandos das novas possibilidades, não somente educacionais, mas de mudanças que são globais.

Outras pesquisas ainda são relevantes para continuidade de um processo eficaz do letramento digital. Na Educação Básica, há de se pensar em como estão sendo destinados os recursos humanos e materiais para o investimento no letramento digital. Para os problemas imediatos encontrados pelas universidades, pela falta de letramen-

to digital dos ingressantes, é necessário se pensar em estratégias para suprir a falta da alfabetização digital no ensino básico, criando instrumentos para que os acadêmicos tenham autonomia em seu processo de aprendizado e que não sejam prejudicados por um histórico de exclusão.

Com base nesse estudo, é possível buscar alternativas para que o acadêmico seja in-

cluído no processo tecnológico com responsabilidade, visto que ao realizar a matrícula de um acadêmico em cursos de educação a distância sem prepará-lo para utilizar os devidos recursos, significa deixá-lo inapto a cursar o ensino na modalidade de educação a distância com qualidade e aproveitamento das disciplinas dispostas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Não consta revogação expressa. Ministério da Educação e do Desporto - MEC. Brasília, DF, 23 dez. 1996. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.
- CETIC, TIC Educação. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras.** 2017. Disponível em: <<https://cetic.br/pesquisa/educacao/indicadores>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.
- COSCARELLI, Carla Viana; Ribeiro, Ana Elisa. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- FARIA, Adriano Antônio; LOPES, Luis Fernando. **Práticas Pedagógicas em EaD.** livro eletrônico. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: Fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem.** 1. ed. São Paulo: Érica, 2015.
- MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da Ead: A educação a distância hoje.** 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MERCADO, L.P.L. **Dificuldades na educação à distância online.** Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/55200761718PM.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

GOVERNANÇA, ENGAJAMENTO E CONTROVÉRSIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DO PERFIL @JAIR BOLSONARO NO TWITTER NO PRIMEIRO SEMESTRE DE GOVERNO

GOVERNANCE, ENGAGEMENT AND CONTROVERSY: A DISCURSIVE-CRITICAL ANALYSIS OF THE @JAIR BOLSONARO ON TWITTER IN THE FIRST HALF OF GOVERNMENT

SANTOS, Jackson Onilson Leite¹; SANTOS, Gustavo Souza²

¹Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Membro do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura do UNIFIPMoc.

²Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Coordenador do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura do UNIFIPMoc.

RESUMO

Este estudo dialoga com a democratização da palavra e da expressão ampliadas pela internet e a produção de discurso de ódio diante de cenários políticos e ideológicos em ambiências em rede. Objetivou-se analisar o engajamento discursivo promovido a partir dos discursos presentes nos *tweets* do presidente Jair Bolsonaro e usuários no *Twitter*, considerando seu primeiro semestre de governo (janeiro a junho de 2019). Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa documental tendo por corpus o conteúdo das publicações e interações do perfil do Presidente da República @jairbolsonaro no *Twitter*, considerando o primeiro semestre de governo e utilizando a ferramenta de busca avançada da rede social. Percebe-se que o alinhamento ideológico é fomentado por ambiências em rede marcadas por afetos maximizados pelo posicionamento dos pares, sem que o diálogo seja um marcador de sociabilidade.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Redes sociais. Cibercultura. *Twitter*. Eleições brasileiras.

ABSTRACT

This study dialogues with democratization of the word and expression broadened by the internet and production of hate speech in the face of political and ideological scenarios in network environments. Objective-To analyze the discursive engagement promoted from the speeches present in the tweets of President Jair Bolsonaro and users on Twitter, considering his first semester of government (January to June 2019). To this end, develop a documentary research that has the content of publications and interactions of the profile of the President of the Republic @jairbolsonaro on Twitter, considering the first semester of government and using an advanced social network search tool. Ideological alignment is fostered by ambiances in networks marked by affections maximized by peer positioning, without dialogue being a marker of sociability.

Keywords: Hate speech. Social networks. Cyberculture. *Twitter*. Brazilian Elections.

INTRODUÇÃO

A internet alterou todo o panorama comunicativo social, mudou a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam por habilitar a troca rápida de informações com os demais usuários, “navegadores”, do ciberespaço (LÉVY, 2000).

Com o advento das redes sociais, os sujeitos se viram em um novo ambiente onde é permitido expressar-se e ser ouvido, e é mediante tal contexto que surgem os novos pensadores, muitas vezes, disseminadores de discursos extremistas (CASTELLS, 1999; 2006; HAN, 2018).

Esse tipo de discurso se caracteriza pela discriminação contra pessoas que possuem característica identitária comum e tendo como intuito atingir todo o grupo social, na falsa crença do emissor de ser um ser superior ao discriminado (SILVA *et al.*, 2011).

As redes sociais alteraram todo o padrão comunicativo social, as pessoas deixaram de exercer apenas o papel de consumidor, mas passaram a produzir conteúdo de todos os tipos, visto que, esta nova forma de expressar a vida permite ao navegante do ciberespaço externar seus pensamentos e opiniões em uma escala global instantânea.

As mídias sociais mudaram as formas de relações permitindo que os indivíduos se associem espontaneamente a partir de interesses comuns transformando os meios em espaços para a produção de conhecimento (CASTELLS, 2003).

Nesse contexto, o cotidiano se afigura a uma arena ou ágora digital onde os eventos fluem em tempo real. Situações como campanhas eleitorais podem ser observatórios para as transformações de expressão, informação e sociabilidade da sociedade em rede.

As eleições presidenciais de 2018 no Brasil foram marcadas por polarizações e pela enxurrada de mensagens e discussões

nas redes sociais, e tudo isso se deve aos personagens que protagonizaram a história (SANTOS, 2020; SANTOS; PEREIRA, 2020). Jair Messias Bolsonaro, até então, Deputado Federal eleito pelo estado do Rio de Janeiro configura o perfil orgânico do espectro radical da direita brasileira: militar, pai, defensor do porte de armas, pregador dos valores cristãos e de família tipificada como “tradicional” aos moldes conservadores.

Durante todos os seus mais de 30 anos de vida política, Bolsonaro sempre se apegou a defesa das causas de direita e tornando-se assim influente aos que compartilhavam seus pensamentos e ideais. No entanto, é na corrida presidencial que Bolsonaro ganha voz em âmbito nacional e sua imagem se prospecta aos novos meios de comunicação, que adeptos do tráfego e feedback instantâneo, possibilita a interpretação e disseminação em massa aos seus seguidores.

Em meio a uma sociedade amplamente informada e conectada, faz-se necessário a discussão da linha tênue entre a liberdade de expressão e a incitação ao ódio. O crescimento dessa onda de discursos odiosos e afetos negativos geram ameaças à estabilidade institucional e acirramentos sociais, que podem acarretar danos e opressões a grupos alvo ou vulnerabilizados (GLUCKSMANN, 2007).

A democratização da palavra e a possibilidade amplificada de se expressar na internet torna premente a discussão, já que há uma interpolação entre diálogo democrático e discurso de ódio como disputadas da liberdade de falar e se expressar. O debate on-line pode, assim, ser palco para uma escalada de ódio, acarretando danos físicos, psíquicos e emocionais aos discriminados (GLUCKSMANN, 2007).

Sem liberdade de expressão, não há democracia já que a mesma se mostra crucial neste sistema político (GARGARELLA, 2011).

Desse modo, faz-se necessário refletir sobre essas dinâmicas, especialmente diante dos circuitos de informações e afetos ideológicos manifestos em momentos como eleições, onde o exercício do direito ao voto pode se flexionar em disputas acirradas entre os sujeitos.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se um estudo de abordagem qualitativa e descritiva, por meio de um estudo de caso com aporte de pesquisa documental. O caso em estudo foi o perfil do presidente da república Jair Bolsonaro, a partir de seu perfil @jairbolsonaro na rede social *Twitter*.

O corpus da pesquisa foi composto pela interação produzida no perfil como *tweets*, *retweets*, *replies*, com observação de *hashtags*, mídias (imagens e vídeos) e *links* (que sites e de que tipo) envolvidos. Como critérios de seleção, foram catalogadas publicações que remetiam a discurso de ódio ou sua incitação.

O recorte temporal adotado compreende

Tendo esse cenário sob perspectiva, o objetivo deste estudo foi analisar o engajamento discursivo promovido a partir dos discursos presentes nos *tweets* do presidente Jair Bolsonaro e usuários no *Twitter*, considerando seu primeiro semestre de governo (janeiro a junho de 2019).

o primeiro semestre de governo, considerando o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2019. A seleção foi feita por meio da ferramenta de Busca Avançada do *Twitter*, ajustando as preferências pelo perfil em questão e pelo período especificado. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2007).

Inicialmente, catalogou-se as publicações durante o período estabelecido para a obtenção do corpus analítico. A seguir, partiu-se da análise inicial sobre o teor e a enunciação das publicações, a fim de se identificar categorias temáticas representativas. Identificadas as categorias emergentes, partiu-se da análise discursiva acerca de seu teor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Primeiro faz e depois conserta, se puder”. Esta é a melhor definição do ambicioso, ultradireitista, nostálgico da ditadura, capitão reformado do exército e atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Natural de Glicério/SP, passou a infância em diversas cidades do interior do estado até seus caminhos se cruzarem com a sua primeira paixão, o exército, em Eldorado/SP¹.

A seguir, a carreira militar toma forma, Jair entrou aos 18 anos para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e no ano seguin-

te para Academia Militar das Agulhas Negras² (CARVALHO; TRENCH, 2019).

Enquanto tenente, sua personalidade já deixava traços que foram descritos por seus superiores em documentos publicados como portador de “excessiva ambição financeira e econômica”, além de possuir “falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”³.

Na década de 1980, o já capitão sofreu punição por indisciplina após escrever um artigo

1 Conforme: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em? 7 abr. 2021.

2 Para conhecer mais sobre a biografia em questão, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 7 abr. 2021.

3 Conforme: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2021.

em que se queixava dos baixos salários dos militares, texto que lhe rendeu popularidade entre as camadas mais baixas da hierarquia militar⁴ (CARVALHO; TRENCH, 2019). Deixou o Exército Brasileiro em 1988, após ser acusado de planejar a operação “Beco Sem Saída”, em que pretendia explodir pequenas bombas nos quartéis em protesto aos baixos salários⁵.

Agora na reserva das Forças Armadas, Bolsonaro aproveitou da fama adquirida na defesa das causas militares para construir um mandato como vereador pela cidade do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 1988 e, dois anos mais tarde, como deputado federal mesmo estado, dando assim início a sua vida política que lhe colocaram na posição de Chefe do Executivo nas eleições de 2018.

São três décadas enquanto parlamentar marcadas pelo individualismo que consegue sua cota de popularidade graças a seu caráter peculiar. Neste tempo, sua figura se projeta em âmbito nacional, na maioria das vezes por suas ideias conservadoras e hostis a grupos minoritários ou pautas progressistas, sobretudo em pautas sobre raça, direitos das mulheres, população LGBTQIA+⁶.

A propagação de pensamentos odiosos por parte de representantes do povo, legitimam as ações odiosas deste povo. Muitos dos discursos e entrevistas de Bolsonaro ganham fama, por exemplo, ao declarar no programa Pânico na TV da Rádio Jovem Pan, que o regime militar havia errado em não matar mais de 30 mil pessoas⁷, começando pelo então presidente Fernando

Henrique Cardoso, e que somente uma guerra civil, e não o voto, mudaria algo no país (CÂMARA ABERTA, 1999).

Além disso, já se declarou favorável a grupos policiais violentos, defensor da pena de morte, partidário da redução da maioria penal e da legalização do porte de arma. Não obstante, em Brasília, na Câmara dos Deputados, não se destacou na legislatura, conseguindo aprovar apenas duas propostas em todos estes anos, articulando-se em partidos diferentes para a manutenção de ideais⁸. Havia uma preocupação mais ostensiva em vetar certas medidas do que propor novas, como quando apoiou-se do argumento pejorativo do “kit gay” para com um material que considerava uma tentativa para estimular a homossexualidade⁹.

Propôs o fuzilamento de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e chegou a falar que uma deputada do PT nem merecia ser estuprada¹⁰. Aproveitou a indignação latente nas ruas e redes sociais para lançar-se candidato à presidência da república como o antipetismo, a defesa de valores conservadores, costumes, o afã patriótico e que seriam responsáveis por salvar a nação com seu lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (ALMEIDA, 2019).

As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas por polarizações, pela enxurrada de mensagens e pela incitação ao ódio direta e indiretamente. Em meio ao caos, Bolsonaro sabe agir, e em um país viciado em redes sociais ele se

4 Conforme: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

5 Conforme: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em? 7 abr. 2021.

6 Conferir Santos (2020).

7 Consultar: <https://veja.abril.com.br/mundo/erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar-disse-hitler-ou-bolsonaro/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

8 Conforme <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em 7 abr. 2021.

9 Consultar: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

10 Conforme <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504802/noticia.html>. Acesso em: 7 abr. 2021.

tornou um viral, denominado “mito”, que através do sensacionalismo mostrava com o seu estilo arrogante e insolente como propagar suas ideias (EL PAÍS, 2019).

Com a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal adversário nas pesquisas, barrada em razão da Lei da Ficha Limpa, o agora deputado do PSL (Partido Social Liberal) herdou a liderança da corrida eleitoral e a manteve durante todo o pleito¹¹.

Contudo, chegar ao posto de presidente da república não foi nada fácil. Três semanas após o início da campanha eleitoral, Adélio Bispo apunhala Bolsonaro durante comício na cidade mineira de Juiz de Fora (FRANÇA, 2019). O incidente é transformado em impulso político por parte do candidato que aproveitou para evitar debates e voltar-se para o seu canal comunicativo preferido, a internet. Destarte a contribuição ou não da narrativa, no dia 28 de outubro, a Justiça Eleitoral confirmou que, aos 63 anos de idade, Jair Bolsonaro se tornou o primeiro militar eleito pelo voto popular desde a redemocratização.

Após os seis primeiros meses de governo, poucas diferenças foram observadas após o final da campanha. Em levantamento, dos 87 indicadores nacionais, 44 pioraram, outros 15 permaneceram está-

veis e 28 deles apresentaram alguma melhora¹².

Em contrapartida, a violência, o desmatamento e a disseminação do ódio a todo aquele que se mostra contrário os seus pensamentos continuam sendo fortes tendências do novo presidente além, é claro, da utilização das redes sociais como comunicação política direta com a população, mais especialmente com sua base eleitoral que se formou nestes meios e tem um espectro social, regional e etário bem diversificado e abrangente.

A atual comunicação política do governo se tornou mais agressiva, volátil e imediatista, e tem obtido um alcance e uma dominância nas redes sociais, mobilizando cotidianamente seu eleitorado (GAZETA DO POVO, 2019). Fato é, que tal mobilização é feita majoritariamente em forma de discussões (*threads* no *Twitter*) com conteúdos odiosos legitimados pelo anonimato dos usuários e pelos constantes discursos discriminatórios por parte do representante maior do país.

A rede social traz o presidente para próximo do povo tanto quanto um aperto de mão, reforça a imagem de cidadão comum, como ao remeter-se a uma lembrança passada. A estética é irônica e categoriza claramente os posicionamentos e os adversários ideológicos (figura 1).

Figura 1 - Postagem do *Twitter* do presidente Jair Bolsonaro



Fonte: *Twitter*. Acesso em: 10 nov. 2019.

11 Para entender o processo em questão, consultar <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/entenda-a-decisao-do-tse-que-barrou-a-candidatura-de-lula.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2021.

12 Conforme: dos 87 indicadores nacionais, 44 pioraram, outros 15 permanecer.... Acesso em: 7 abr. 2021.

As publicações geram efeito imediato na plataforma, as respostas são instantâneas e assim se formam novas conversas, *retweets*, *replies* e demais sequências, em sua maioria dotadas de preconceito.

O quadro 1 classifica os tweets presidenciais considerando seu conteúdo, dividido em categorias sob o critério de teor de discurso de ódio ou seu estímulo.

Quadro 1 - Síntese do conteúdo do engajamento dos *tweets* de @jairbolsonaro

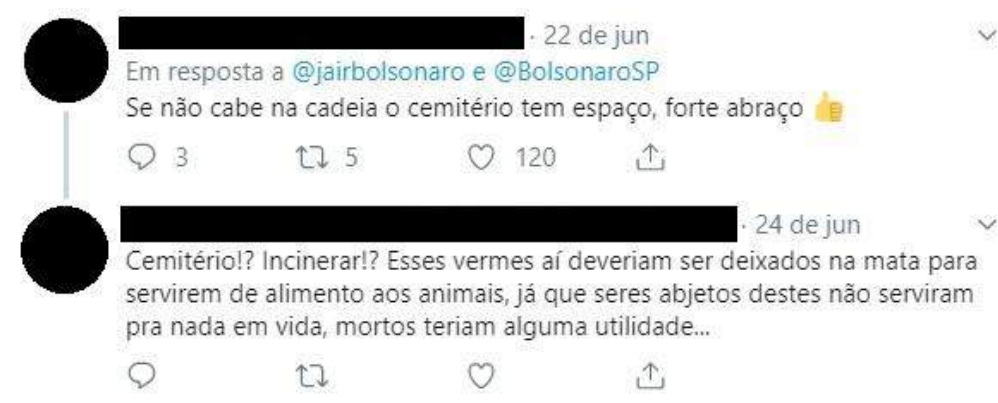
CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Desejo da morte alheia	manifestações de pessoas desejando a morte de outras
Armamento	tweets que incentivam e pedem pelo armamento como resposta a qualquer indignação
Homofobia	tweets em que são cometidos crimes homofóbicos a partir da ofensa e da intimidação
Machismo	tweets nos quais a mulher é intimidada, ofendida e discriminada
Intolerância religiosa e geral	tweets contendo crimes de intolerância religiosa e humana

Fonte: Twitter. Acesso em: 10 nov. 2019.

A categoria homicídio é marcada pelo desejo explícito de que outra pessoa morra, seja por incidência de um crime ou por simples opiniões divergentes. Nos *tweets* referentes a esta categoria encontram-se ideias

nocivas para a sociedade, posto que as mesmas ganham notoriedade nas *threads* onde demais apoiadores incentivam tal ato e até discutem a melhor forma de chegarem ao ato (figura 2).

Figura 2 - postagem do Twitter em resposta tweet do presidente



Fonte: Twitter. Acesso em: 10 nov. 2019.

Existem medidas mais drásticas e geram ameaças diretas aos que são contrários aos pensamentos proferidos pelo presidente e seus eleitores, como na figura 3, em que o

usuário diz que “mais Marieles vão morrer” fazendo alusão ao caso Marielle Franco, onde a vereadora do PSOL, mulher, negra, favelada e lésbica foi executada em uma emboscada, jun-

to ao motorista Anderson Gomes.

O tratamento de pautas que fugiam aos contornos de sua agenda eram tratados por meio de uma narrativa de tônica conflitiva, dissonante e espetacularizada (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018; SOARES, 2019). Discursos

polêmicos e com ressonância à sua audiência eram reverberados como estratégia de fortalecimento discursivo e autopromoção, em que mesmo que o conteúdo gerasse ojeriza de opositores e espanto da cobertura midiática, o discurso encontrava difusão.

Figura 3 - Postagem do *Twitter* em resposta tweet do presidente



Fonte: *Twitter*. Acesso em: 10 nov. 2019.

É mediante o anonimato que o terror se socializa no Brasil nesta década. Para Castells (2009), a internet é fundamentalmente um espaço social, ou seja, a comunicação em tal ambiente pauta seriamente as ações realizadas em sociedade. A discriminação parece normalizada por meio dessa ambiência midiática estabelecida. Cria-se uma rede, onde o discurso ideológico ganha vazão a ponto de consistir em meio legítimo para o ataque a adversários e suas pautas.

Para Ortellado e Ribeiro (2018), a crítica a casos isolados tem como pano de fundo a atribuição de culpa aos adversários políticos. Atitudes como esta são características da política em rede do capitão reformado que se apegue à uma visão de mundo para mediar o seu governo, construindo guerras simbólicas nos cidadãos que se veem em uma disputa de dois lados: apoiadores e resistentes.

Tal impasse demonstra a falta do sentimento mas comumente falado, o de nação. Uma nação se mantém unida pelos hábitos, tradições, língua e consciência nacional, aspectos hoje em dia, vistos apenas no slogan de governo.

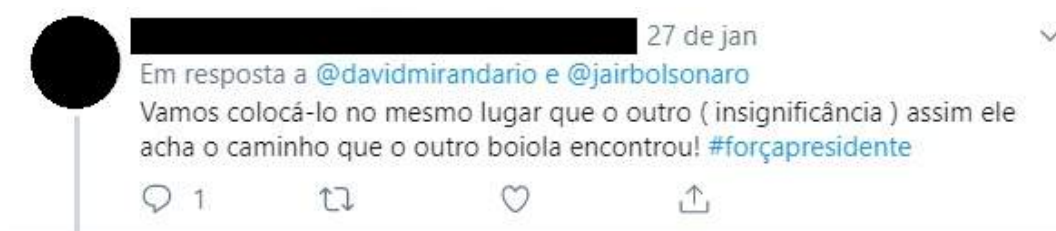
Tendo como inspiração e base o pre-

sidente americano Donald Trump, Bolsonaro utiliza da tensão permanente para governar, ele ataca todas as minorias, de forma direta e indireta, a fim de mobilizar seu eleitorado. Esta estratégia implica em um mecanismo encontrado por Bolsonaro de se comunicar com o seu público, ultrapassando a liturgia do cargo (HUFFPOST, 2019).

É por isso que sua postura o coloca em permanente campanha eleitoral. Nas redes sociais, uma mensagem para ser difundida, precisa da participação dos seus apoiadores com o ato de compartilhar, e eles só o fazem, quando movidos por um sentimento muito forte, seja de medo, raiva, indignação ou entusiasmo. A sustentação do discurso em atividade garante a acuidade dos afetos, reações e controle da narrativa.

Bolsonaro é carismático com os seus, informa determinadas decisões de governo, faz constantes posicionamentos referentes aos veículos de massa, é irônico para com os opositores, manda abraço para determinadas comunidades, e enquanto isso, constrói defensores de imagem que se mostram fiéis e disposto a lutar “lado a lado” com o capitão.

Figura 4 - postagem do Twitter em resposta tweet do presidente



Fonte: Twitter. Acesso em: 10 nov. 2019.

Na figura 4, o eleitor faz referência a sucessão de representantes das causas LGBTQ+, afirmando que os mesmos não devem possuir representatividade no governo. Já na figura 5, há a exem-

plificação do discurso ofensivo às mulheres, contendo intenção de inferiorizar e diminuir a representatividade de gênero.

Figura 5 - postagem do Twitter em resposta tweet do presidente



Fonte: Twitter. Acesso em: 10 nov. 2019.

A pauta da liberdade de expressão na internet possui relevância, visto que esses discursos possuem intenção única e exclusiva de ferir o conviver social. Para (ROCHA, 2005) a liberdade deve ser pautada sob a ótica da responsabilidade onde a mesma deve nortear todo e qualquer ato.

Além disso, é nítido que a propagação do ódio em rede, estimula reações de afetos odiosos em cadeia, tendo como principal alvo as minorias que veem a violência afetar diretamente as suas vidas (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019). Matéria (FÁBIO, 2019) revela que houve crescimento de homicídios de mulheres e violência contra a população LGBTQ+ e que os negros são as grandes vítimas de assassinatos no Brasil (FÁBIO, 2019).

Excluir as diferenças é esquecer da unidade do ser humano, e da natureza do mesmo, é retroceder na esfera social. Segundo Pereira (2008), a inclusão pode representar um peque-

no avanço para que o respeito com o próximo e suas diferenças sejam reconhecidas e assim seja possível viver em comunhão. Dito isso, fica claro que o ódio proveniente do chefe do executivo ecoa pela vastidão da internet, e reflete entre aqueles que com ele compactuam gerando ódio nos mesmos que, por sua vez, atacam os grupos designados nas mensagens que se sentem cada dia mais acuados perante os “cidadãos de bem”.

“Ódio” é definido pelo Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1913) como rancor, ira profunda, sentimento de repulsa, horror, antipatia. Segundo Glucksmann (2007), o ódio é uma expressão articulada, intencional e preparada por meio de uma linguagem verbal. Entende-se então como discurso de ódio todo aquele proferido com intenção de inferiorizar alguém a partir de circunstâncias não-plausíveis.

De acordo com Brown (1971) o discurso de ódio aproveita-se também de elemen-

tos como a criação de estereótipos, a seleção exclusiva de fatos favoráveis, o apelo à autoridade e a repetição para ganhar credibilidade, muitas vezes com forte carga emotiva em seus textos na intenção de instigar e fomentar ainda mais a discriminação para com o próximo. Mediante tal contexto, mostra-se importante a discussão perante sua disseminação em grande escala na sociedade atual através das redes sociais.

Para Daniels (2008), as mídias sociais tornaram-se lugar privilegiado para a propagação do extremismo, visto que, o anonimato e a volatilidade das redes sociais permitem que tudo possa ser apagado com facilidade. Dessa forma, a sociedade encontra-se em um impasse entre o que é liberdade de expressão e o que é discriminação, tendo em vista que o furor pela disputa de narrativa e hegemonia ideológica gera um impasse do contexto democrático em

detrimento de posturas totalitárias

O impacto do ódio só é refletido nas vítimas diariamente silenciadas, visto que os responsáveis pela disseminação são legitimados enquanto autoproclamados defensores do bem (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018). A democracia é ferida nesta guerra virtual, os culpados não respondem por seus atos e a vida é inferiorizada, dando espaço para totalitarismos precedentes de crimes reais em sociedade.

Neste embate, o discurso ultrapassa os limites do bom senso, tendo em vista que tem como finalidade promover a violência, a discriminação ou o preconceito, se tornando assim crime contra a inclusão e os direitos democráticos em si (CARDOSO, 2019). Além de atrapalhar o desenvolvimento social on-line que possui como princípio a facilitação e democratização da informação mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, pode-se perceber que a legitimação do discurso de ódio na vida on-line por parte do representante maior do Estado traz consequências graves para a vida real das pessoas, como o vilipêndio de conquistas sociais, direitos garantidos, inferiorização de lutas sociais, decisões governamentais no campo de políticas públicas, enfraquecimento das instituições e as feridas causadas à democracia. O repetido som de raiva e rancor toma forma no Brasil atual, a separação entre o “bem” e o “mal” é feita apenas por um lado, o que impossibilita o avanço para a vida em comunhão.

Entre os pontos em destaque para questionamentos, destaca-se os ligados à política, religião, gênero e raça, que se mostram pautas de maior engajamento entre os agressores, posto que possuem posicionamentos semelhantes nestes aspectos e os propagam enquanto únicos passíveis de

respeito e valor. A comunicação política em rede é realidade e precisa ser debatida, tendo em vista que não existe verdade absoluta, nem visão de mundo exclusiva.

O que fica é o desejo de que as interrogações ganhem espaço, afinal na atual conjuntura as informações possuem diferentes posições conforme o mensageiro, então o senso crítico nos coloca no dever de interpretar o certo e o errado para que não haja injustiça, ou exclusão por parte da sociedade para com os comumente atacados.

Conclui-se ainda que a liberdade de expressão possui limite que precisa ser respeitado no meio virtual e que a internet precisa ser vista enquanto extensão da sociedade e, portanto, parte importante dela. O estudo limitou-se ao recorte temporal do primeiro semestre de governo de Jair Bolsonaro, compreendido no período de janeiro a junho de 2019. Nesse sentido, outras pautas, discursos

e repercussões complexificaram o debate e, por fidelidade à proposta desenvolvida em dezembro de 2019, acabaram não fazendo parte do trabalho.

O que está proposto aqui pode, futuramente, tornar-se um novo objeto de estudo, pelo qual a análise poderá ser ampliada, tra-

tando a disseminação do ódio enquanto crime, cabível de medidas judiciais legais a fim de coibir a inferiorização e os extremismos em rede, por exemplo. O ódio é assunto diário e de preocupação social, visto que a sua propagação influi diretamente na convivência saudável da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n.1, p.185-213, abr. 2019.
- ALMIRANTE, J. **Governo Bolsonaro, 44 indicadores pioram e 28 melhoram**. Metro1, [S. l.], p. 1-4, 11 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/78273,no-1o-semester-do-governo-bolsonaro-44-indicadores-pioram-e-28-melhoram>. Acesso em: 24 out. 2019.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BENITES, A.; BENDINELI, T. **Vida e ascensão do capitão Bolsonaro**. El País, [S. l.], p. 1-8, 1 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em: 20 nov. 2019.
- CÂMARA ABERTA. **Entrevista Bolsonaro**. 1999. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKlVw>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- CARDOSO, S. C. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Jus.com, [S. l.], p. 1-3, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71639/discurso-de-odio-nas-redes-sociais>. Acesso em: 22 out. 2019.
- CARVALHO, L. M.; TRENCH, D. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. São Paulo: Zahar Editora, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- CERQUEIRA, A. **O primeiro semestre de Bolsonaro e um novo estilo de governo**. Gazeta do Povo, [S. l.], p. 1-5, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/o-primeiro-semester-de-bolsonaro-e-um-novo-estilo-de-governo/>. Acesso em: 22 out. 2019.
- CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.
- FÁBIO, A. C. **Como a violência afeta minorias no Brasil**. Nexo, [S. l.], p. 1-7, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/09/Como-a-violencia-afeta-minorias-no-Brasil-segundo-este-relatorio>. Acesso em: 25 set. 2019.
- FRANÇA, B. **Da infância no interior paulista ao Planalto: Quem é Jair Messias Bolsonaro**. IG São Paulo, [S. l.], p. 1-6, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-01-01/quem-e-jair-messias-bolsonaro-perfil-presidente.html>. Acesso em: 9 out. 2019.
- GLUCKSMANN, A. **O discurso do ódio**. Algés: Difel, 2007.
- HAN, B. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MCLUHAN, M. A **Galáxia de Gutenberg**. Canadá: University of Toronto Press, 1962.

NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1913. v. 5.

OLIVEIRA, F. **Brasil tem o 3º maior crescimento do Twitter em número de usuários**. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 1-1, 23 fev. 2017. Jornal.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. A campanha de Bolsonaro no Facebook: Antissistêmica e conservadora, pouco liberal e nada nacionalista. **Monitor do Debate Político no Meio Digital. Technical report**, n. 3, 2018.

PIRES, L. M. F. **O funcionamento do discurso político: o Twitter na campanha presidencial de 2010**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

POTTER, H. **A trajetória política de Jair Bolsonaro**. Carta Capital, [S. l.], p. 1-7, 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-trajetoria-politica-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 10 out. 2019.

POZZEBOM, F. R. **O artigo em VEJA e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980**. Veja, [S. l.], p. 1-9, 15 maio 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, G. S. O cartaz #EleNão como etiqueta comunicacional e de insurgência: reflexões sobre agência e mobilizações sociais em rede. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 26, n. 2, p. 122-141, 2020.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Territorialidades episódicas e identidades flutuantes em mobilizações sociais em rede: uma reflexão sobre o movimento #EleNão. In: PAULA, A. M. N. R.; TEIXEIRA, M. M. A. (Org.). **Movimentos sociais, Identidades e Territorialidades**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020.

SILVA, R. L. et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Rev. Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, dez. 2011

SOARES, F. B. et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 21, n. 3, p. 2-14, 2019.

VALENTE, R. **Bolsonaro em foco: Bolsonaro era agressivo e tinha 'excessiva ambição', diz ficha militar**. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-4, 16 maio 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>. Acesso em: 12 set. 2019.

SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GESTAÇÃO EM GESTANTES EM MATERNIDADE PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

HYPERTENSIVE PREGNANCY SYNDROMES IN PREGNANT WOMEN IN A PUBLIC MATERNITY IN MINAS GERAIS

VIEIRA, Hilária Augusto Lopes¹; VERSIANI, Clara De Cássia²

¹Graduada em Enfermagem pela UNIMONTES. Montes Claros/MG.

²Mestre em Ciências pela UNIFESP. Docente do Departamento de Enfermagem da UNIMONTES. Montes Claros/MG.

RESUMO

Objetivo: Analisar a incidência das Síndromes Hipertensivas da Gestação nas gestantes em uma maternidade pública do interior de Minas Gerais, Brasil, analisando o perfil sociodemográfico e clínico dessas gestantes. **Métodos:** Estudo quantitativo, exploratório, descritivo, retrospectivo e de delineamento documental, por meio da avaliação de prontuários de gestantes internadas na maternidade de um hospital público localizado no interior de Minas Gerais com diagnóstico de síndrome hipertensiva da gestação. A população considerada para este estudo, através do cálculo amostral foi de 365 prontuários de gestantes internadas no período de agosto de 2014 a dezembro de 2016. **Resultados:** Dos 365 prontuários analisados das gestantes internadas com Síndrome Hipertensiva da Gestação houve uma prevalência na idade entre 25 e 30 anos, possuíam o ensino médio completo, eram de cor parda, casadas, do lar, de outras localidades e com idade gestacional maior do que vinte semanas. A maior parte não fumava, não bebia ou usava drogas. Quanto à gestação a maioria era não gemelar e sem presença de mola hidatiforme. Percebeu-se que a maioria das gestantes eram multigestas e não possuíam doenças crônicas como: diabetes, hipertensão arterial e obesidade. **Conclusões:** Dada à magnitude do problema que a Síndrome Hipertensiva Gestacional representa, muito há para ser feito na área da promoção da saúde materno-infantil. Por outro lado, cientes de que a assistência pré-natal de qualidade é imprescindível para a melhora dos indicadores de saúde materno-infantil destaca-se a necessidade da determinação precisa do perfil epidemiológico das gestantes, atendidas nos diversos serviços de saúde.

Palavras-chave: Hipertensão Gestacional. Saúde da Mulher. Gravidez de Alto Risco.

ABSTRACT

Aims: Describe the sociodemographic variables of pregnant women hospitalized suffering from Hypertensive Pregnancy Syndrome in public maternity in the countryside region of Minas Gerais. **Methods:** Quantitative, exploratory, descriptive, retrospective and documentary study, accomplished through the evaluation of medical records of pregnant women with the diagnosis of the hypertensive syndrome. The population considered for this study, through the sample calculation, was 365 records of pregnant women hospitalized in the period from August 2014 to December 2016. **Results:** Of the 365 medical records analyzed of pregnant women hospitalized with Hypertensive Syndrome of Pregnancy, there was a prevalence in the age between 25 and 30 years, had completed high school, were of brown color, married, from home, from other locations and with a gestational age greater than twenty weeks. Most did not smoke, drink or use drugs. As for pregnancy, most were not twin and without hydatidiform mole. It was noticed that most pregnant women were multigravid and did not have chronic diseases such as diabetes, high blood pressure and obesity. **Conclusions:** Given the magnitude of the problem that Gestational Hypertensive Syndrome represents, there is much to be done in the area of promoting maternal and child health. On the other hand, aware that quality prenatal care is essential for the improvement of maternal and child health indicators, there is a need for the precise determination of the epidemiological profile of pregnant women, attended in different health services.

Keywords: Gestational Hypertension. Women's Health. High-Risk Pregnancy.

INTRODUÇÃO

O processo de gestação e nascimento é um evento único na vida de uma mulher, sendo, que em grande parte, o seu desenvolvimento adequado pode determinar o futuro da saúde da mãe, do feto e do recém-nascido (ROCHA et al, 2016).

Segundo Nobrega *et. al.* (2016) e Rocha et al (2016), durante o período de reprodução, neste complexo processo, a mulher grávida está sujeita a uma série de riscos e afecções inerentes à condição gravídica. Entre essas afecções a hipertensão é uma das mais sérias e a mais comum das complicações na gravidez, ocorrendo em aproximadamente 7% de todas as gestações, contribuindo, de maneira significativa, para a morbimortalidade perinatal.

As Síndromes Hipertensivas da Gestação (SHG) no Brasil ocupam o segundo lugar no *ranking* de causas de mortes maternas, ficando atrás apenas das hemorragias, sendo responsáveis por cerca de 14% de todos os óbitos maternos do mundo (BRASIL, 2012).

De acordo com Bacellar *et al* (2017), a SHG tem elevada taxa de incidência e de prevalência, ocorrendo em cerca de 6 a 10% das gestantes primíparas e a nível mundial varia entre 2 a 8% das gestações, constituindo a primeira causa de morte materna e elevada taxa de morbimortalidade perinatal.

Segundo Ferreira *et. al.* (2016), muitas outras complicações características do período gestacional podem ser citadas e caracterizam o quadro das doenças hipertensivas, entre elas encontram-se: Hipertensão Crônica, Hipertensão Induzida Pela Gravidez, Pré- Eclâmpsia, Pré- Eclâmpsia Superposta, Eclâmpsia e a Síndrome Hellp.

Segundo Miranda *et. al.* (2016) as Síndromes Hipertensivas da Gestação podem trazer inúmeros problemas na saúde da mãe e do feto, por isso é importante um maior foco em estudos que mostre o número de gestantes que são acometidas por tais problemas, buscando intervenções que sejam eficazes e que

tragam um reduzido índice de morbimortalidade materna e perinatal no Brasil (MIRANDA et. al., 2016).

Nesse sentido, justifica-se a realização da presente pesquisa para que programas e estratégias de saúde sejam planejados a partir do conhecimento dos fatores de risco para as Síndromes Hipertensivas da Gestação. Essa iniciativa poderá proporcionar a implantação de medidas de prevenção para as gestações de

risco focadas na atenção à Saúde da Mulher; assistência adequada ao pré-natal; ao parto e ao recém-nascido, contribuindo para a qualificação dos serviços de saúde que atendem essa clientela. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar a incidência das Síndromes Hipertensivas da Gestação nas gestantes em uma maternidade pública do interior de Minas Gerais, Brasil, analisando o perfil socio-demográfico e clínico dessas gestantes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, descritivo, retrospectivo e de delineamento documental, por meio da avaliação de prontuários de gestantes internadas na maternidade de um hospital público localizado no interior de Minas Gerais com diagnóstico de SHG.

Como critérios de inclusão foram levados em consideração: as gestantes internadas no período de agosto de 2014 a dezembro de 2016 e com diagnóstico de Síndrome Hipertensiva Gestacional (SHG). Já os de exclusão foram: prontuários que não apresentavam nenhuma das variáveis necessárias para realização do estudo.

A população considerada, através do cálculo amostral, foi de 365 gestantes internadas no período de agosto de 2014 a dezembro de 2016 e os instrumentos de coleta e análise dos dados foram levantados por meio de um formulário em que constavam variáveis sócio-

mográficas e clínicas para construção do perfil das mulheres incluídas. O instrumento criado teve como base o estudo de outras literaturas sobre o assunto.

Para análise estatística descritiva e criação do banco de dados, foi utilizado Programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão *Windows 20.0 for Windows*. Posteriormente, com o propósito de avaliar a contribuição de cada fator para a ocorrência das SHG, foi realizado o cálculo dos dados coletados por cada variável, possibilitando a construção de dados estatísticos convertidos em uma tabela, sendo essa, instrumento de posterior interpretação e discussão com a literatura científica já existente.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros) nº466/12 conforme parecer nº 3.085.439 (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para coleta de dados foram analisados 40 prontuários do ano de 2014 (11,0%), 159 prontuários de 2015 (43,6%) e 166 prontuários de 2016 (45,4%). Totalizando uma seleção de 365 prontuários. Os resultados obtidos dessa análise foram divididos em três tabelas sendo, tabela 1 para dados socioeconômicos e tabela 2 e 3 para dados clínicos.

Percebeu-se na observação da tabela 1 que, dos 365 prontuários selecionados para análise das gestantes internadas com SHG, houve uma prevalência da faixa etária que compreende as idades entre 25 e 30 anos (27,9%).

Os dados de prevalência obtidos, não corroboram com estudo realizado em um hospital público de São Paulo, onde a prevalência

das SHG ocorreu em gestantes com mais idade (SOUZA et al, 2020). Assim, o estudo demonstrou que a idade não foi um fator determinante para a SHG. Posto que, a literatura descreve um risco aumentado em gestações ocorridas na fase adolescente, menor que 15 anos, bem como para mulheres com idade acima de 35 anos (BRASIL, 2012, DALLA COSTA et al, 2016).

Quanto aos dados socioeconômicos observou-se que em relação à escolaridade, o maior número refere-se às gestantes que não informaram ou possuíam o ensino médio completo; quanto ao estado civil, à maioria (43,0%) era casada e quanto à ocupação habitual, a maioria era do lar (38,4%).

Esses dados estão próximos aos encontrados por outros autores, em que as gestantes possuíam nível de escolaridade satisfatório, conviviam com os companheiros e eram economicamente inativas (SAMPAIO, ROCHA, LEAL, 2018).

Em um estudo feito em um hospital da cidade do Ceará, o perfil de 68 gestantes com SHG revelou que 51,5% das gestantes exerciam atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício (doméstica e ou autônoma), além de 48,5% que não possuem renda. Em ambas as

situações a ocupação configurou-se como um fator que predispõe ao risco. A situação conjugal também foi considerada insegura, devido 44,1% possuírem união estável e 22,1% não possuírem companheiro fixo, configurando-se fator de risco. A baixa escolaridade foi encontrada em 38,2% das gestantes (MENETRIER, DE ALMEIDA, 2016).

O número das gestantes quanto à procedência, evidenciou que a maioria provém de outras localidades que não a do hospital em estudo. Sendo essa, justificada devido a Maternidade Maria Barbosa do Hospital Universitário Clemente Faria (HUCF) ser referência regional para gravidez de alto risco, recebendo uma clientela diversificada, o que pôde ser comprovado por meio do presente estudo (UNIMONTES, 2019).

A cor predominante por sua vez prevaleceu à parda (72,6%). Corroborando com estudo anterior de Sampaio, Rocha, Leal (2018) em que 78,5% das gestantes que se autodeclararam pardas. Porém, percebe-se que a população de mulheres brancas também podem ser acometidas pela SHG (JANTSCH et al, 2017, DALLA COSTA et al, 2016).

Tabela1- Dados sociodemográficos das gestantes internadas com Síndromes Hipertensivas da Gestação em maternidade Pública no interior de Minas Gerais.

VARIÁVEL	N	%
IDADE		
Menor de 18 anos	15	4,1
Entre 18 e 24 anos	90	24,7
Entre 25 e 30 anos	102	27,9
Entre 31 e 36 anos	101	27,7
Entre 37 e 42 anos	50	13,7
Maior de 43 anos	7	1,9
Não informado	0	0
ESCOLARIDADE		
Sem escolaridade	1	0,3

Fundamental incompleto	17	4,7
Fundamental completo	14	3,8
Médio incompleto	15	4,1
Médio completo	98	26,8
Superior incompleto	7	1,9
Superior completo	13	3,6
Não informado	200	54,8
SITUAÇÃO CONJUGAL		
Solteira	120	32,9
Casada	157	43,0
Viúva	2	0,5
Separada judicialmente	0	0
União Estável	77	21,1
Divorciada	6	1,6
Não informado	3	0,8
OCUPAÇÃO HABITUAL		
Do lar	140	38,4
Atividade remunerada	112	30,7
Estudante	17	4,1
Não informado	98	26,8
PROCEDÊNCIA		
Montes Claros	123	33,7
Outras localidades	203	55,6
Não informado	39	10,7
RAÇA/COR		
Branca	19	5,2
Preta	9	2,5
Amarela	0	0
Parda	265	72,6
Indígena	0	0
Não informado	72	19,7

Conforme descrito na tabela 2, prevaleceram no estudo gestante com a idade gestacional maior do que vinte semanas (96,7%), sendo verificado em Vargas (2016) e Asto Apari

(2017) que a SHG é mais incidente a partir do final do segundo trimestre seguido do terceiro trimestre (após a 20ª semana).

Ainda no que se refere aos dados clí-

nicos, a maior parte das gestantes não fuma (65,8%), não bebem (66,8%) ou usam drogas (65,2%). Quanto à gestação a maioria era não gemelar (87,4%) e sem presença de mola hidatiforme (90,7%) e a maioria das gestantes não informou (41,1%) a quantidade de consultas de pré-natais realizados demonstrando uma variável negativa.

No que se refere à descrição de vícios nocivos durante a gravidez, o Ministério da Saúde recomenda que os cuidados no pré-natal devam ser somados à vigilância rigorosa do

crescimento fetal e de sua vitalidade (BRASIL, 2012). E a falta de informação da quantidade de consultas de pré-natais realizados, como abordado por Dias e Santos (2016), demonstra uma variável negativa, pois é importante saber como está sendo o acompanhamento da gestante, principalmente quando se trata de uma gestante inserida no pré-natal de alto risco como as que possuem SHG. Além da qualidade do pré-natal está intimamente relacionado aos números de consultas realizadas pelas gestantes (MEDEIROS et al, 2019).

Tabela 2- Dados clínicos da gestação atual das gestantes internadas com Síndromes Hipertensivas da Gestação em maternidade Pública no interior de Minas Gerais.

VARIÁVEL	N	%
IDADE GESTACIONAL		
Menos de 20 semanas	7	1,9
Mais de 20 semanas	354	96,7
Não informado	4	1,1
NÚMERO DE CONSULTAS DE PRÉ- NATAL REALIZADAS		
Menos de 7 consultas	76	20,8
Mais de 7 consultas	139	38,1
Não informado	150	41,1
FUMO		
Sim	6	1,6
Não	240	65,8
Não informado	119	32,6
DROGAS		
Sim	1	0,3
Não	244	66,8
Não informado	120	32,9
ÁLCOOL		
Sim	9	2,5
Não	238	65,2
Não informado	118	32,3
GESTAÇÃO GEMELAR		
Sim	14	3,8

Não	319	87,4
Não informado	32	8,8
MOLA HIDATIFORME		
Sim	0	0
Não	331	90,7
Não informado	34	9,3

Em relação às variáveis clínicas anteriores da gestação atual percebeu-se que a maioria das gestantes eram multigestas (62,7%) e não possuíam doenças crônicas como: diabetes, hipertensão arterial e obesidade.

Tabela 3- Dados clínicos anteriores à gestação atual das gestantes internadas com Síndromes Hipertensivas da Gestação em maternidade Pública no interior de Minas Gerais.

VARIÁVEL	N	%
PARIDADE		
Primigesta	132	36,2
Multigesta	229	62,7
Não informado	4	1,1
DIABETES		
Sim	12	3,3
Não	294	80,5
Não informado	59	16,2
HIPERTENSÃO ARTERIAL		
Sim	58	15,9
Não	256	70,1
Não informado	51	14,0
OBESIDADE		
Sim	2	0,5
Não	302	82,7
Não informado	61	16,7

De acordo com os resultados dessa pesquisa, foi encontrada em outros estudos a maioria de gestantes de alto risco multiparas e que mais de 40% estavam em três ou mais gestações (DALLA COSTA et al, 2016; SAMPAIO, ROCHA, LEAL, 2018). Em um estudo atual, a média foi de 2 a 3 filhos (DA SILVA, DE SOUZA, VIVIAN, 2020).

Em relação às comorbidades prévias, os dados desta pesquisa são contradizentes a outro estudo em que a maioria das gestantes apresentava obesidade e doenças crônicas como hipertensão e diabetes associadas. Sendo de suma importância o acompanhamento dessas gestantes por uma equipe multidisciplinar

para nortear condutas clínicas e nutricionais adequadas (DE OLIVEIRA ANTUNES, 2018).

Os resultados encontrados apresentaram limitações relacionadas à coleta de dados durante o estudo, pois, a consulta dos prontuários se deu por meio eletrônico e

caderneta da gestante, além de que muitos desses não apresentavam as variáveis propostas, aumentando então o número de dados não informados. Portanto, verificou-se ainda uma fragilidade presente no processo de anamnese.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos nesta pesquisa possibilitaram verificar que houve uma prevalência na idade de mulheres entre 25 e 30 anos, que possuíam o ensino médio completo, eram de cor parda, casadas, do lar e de outras localidades. Em relação às variáveis clínicas, prevaleceu a idade gestacional maior do que vinte semanas e gestantes que não fumam, não bebem ou usam drogas. Quanto à gestação a maioria era não gemelar e sem presença de mola hidatiforme. Em relação às variáveis clínicas anteriores da gestação atual percebeu-se que a maioria das gestantes eram multigestas e não possuíam doenças crônicas como: diabetes, hipertensão arterial e obesidade. Portanto, foi possível concluir que, dada à magnitude do problema que a SHG representa, muito há para ser feito na área da promoção da saúde materno-infantil, como captar essas gestantes com perfil sociodemográfico e clínico predisposto a ter complicações, no início da gestação.

Acredita-se que para uma melhor assistência da gestante, a organização da assistência materno-infantil deva contemplar a participação do profissional enfermeiro na prestação de cuidados diretos à gestante, seja no nível primário ou em qualquer outro nível de complexidade. No nível primário, ressalta-se a realização do pré-natal de baixo risco e a identificação de fatores de agravos à saúde que pode e deve ser realizada por enfermeiras obstetras. No nível secundário salienta-se o papel deste

profissional, na realização de planos de cuidados visando o controle da evolução do quadro clínico das diversas doenças obstétricas, dentre as quais se inclui a SHG. Neste contexto, destaca-se o importante papel da sistematização da assistência de enfermagem uma vez que a documentação utilizada na consecução do processo de enfermagem garantiria a identificação da clientela possibilitando desta forma detectar o perfil epidemiológico da população assistida precocemente, ao mesmo tempo em que possibilitaria a elaboração do plano assistencial para cada caso especificamente.

Por outro lado, cientes de que a assistência pré-natal de qualidade é imprescindível para a melhora dos indicadores de saúde materno-infantil destaca-se a necessidade da determinação precisa do perfil epidemiológico das gestantes, atendidas nos diversos serviços de saúde. Em relação à limitação dos resultados encontrados que apontam para o preenchimento precário e insuficiente de diversos dados do prontuário, isso dificulta a realização da avaliação da qualidade da assistência prestada, a identificação dos indicadores de saúde, do perfil epidemiológico e a realização de pesquisas, instrumentos valiosos na melhoria da qualidade da assistência à saúde da população, em especial no que diz respeito à saúde materno-infantil, com vistas à obtenção de melhores indicadores de saúde perinatal.

REFERÊNCIAS

1. ASTO APARI, R.E. **Prevalencia y características epidemiológicas de los trastornos hipertensivos del embarazo en el hospital antonio skrabonja antoncich essalud 2015-2016**. 2017. Tesis (Licenciado en Obstetricia) - Facultad de Medicina Humana y Ciencias de la Salud, Escuela Académico Profesional de Obstetricia Pisco, Perú.
2. BACELAR, Eloisa Barreto et al. Fatores associados à síndrome hipertensiva da gestação em adolescentes e adultas jovens da Região Nordeste do Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 17, n. 4, p. 673-681, Dec. 2017.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 14 dez. 2018.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco: manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde. 2012.
5. DALLA COSTA, Lediana et al. Perfil epidemiológico de gestantes de alto risco. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 21, n. 2, June 2016.
6. DA SILVA, Jamile Carneiro; DE SOUZA, Fernanda Pasquoto, VIVIAN, Aline Groff. Apoio social em gestantes de alto risco. Athena, 2020.
7. DE OLIVEIRA ANTUNES, Louriene et al. Caracterização clínica e nutricional de gestantes de alto risco assistidas no hospital universitário de Maceió-Alagoas. **Gep News**, v. 1, n. 1, p. 14-19, 2018.
8. DIAS, Rhaysa Miranda Matias; SANTOS, Sara Negreiros. Perfil epidemiológico das mulheres com Síndromes Hipertensivas na Gestação e sua repercussão na prematuridade neonatal em uma maternidade pública de Belém/PA. **Enfermagem Brasil**, Belém, v.15, n.1, p.5-11, 2016.
9. FERREIRA, Maria Beatriz Guimarães et al. Assistência de enfermagem a mulheres com pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.50, n.3, p.320-330, 2016. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000200020>>.
10. JANTSCH, Paula Fernanda et al. Principais características das gestantes de alto risco da região central do rio grande do sul. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S.l.], v. 9, n. 3, nov. 2017.
11. MEDEIROS, Fabiana Fontana et al. Acompanhamento pré-natal da gestação de alto risco no serviço público. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 72, supl. 3, p. 204-211, Dec. 2019.
12. MENETRIER, Jacqueline Vergutz; DE ALMEIDA, Gleidaiane. Perfil epidemiológico de gestantes de alto risco com parto prematuro em um hospital de referência. **Saúde e Pesquisa**, v. 9, n. 3, p. 433-441, 2016.
13. MIRANDA, Francine Krassota et al. Atuação da enfermagem na Síndrome de Hellp – uma revisão da literatura. **Revista Gestão & Saúde**, Curitiba, v.15, n.1, p.39-45, 2016.
14. NÓBREGA, M.F. et al. Perfil de gestantes com Síndrome Hipertensiva em uma maternidade pública. **Revista de Enfermagem**, Recife, v.10, n.5, p.1805-1811, 2016.
15. ROCHA, Rita Santos et al. **Gravidez ativa – Adaptações Fisiológicas e Biomecânicas durante a Gravidez e o Pós-parto**. 1. ed. Escola Superior de Desporto de Rio Maior – Instituto Politécnico de Santarém, 2016. 235 p.
16. SAMPAIO, Aline Fernanda Silva; ROCHA, Maria José Francalino da; LEAL, Elaine Azevedo Soares. Gestação de alto risco: perfil clínico-epidemiológico das gestantes atendidas no serviço de pré-natal da maternidade pública de Rio Branco, Acre. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 18, n. 3, p. 559-566, Sept. 2018.

17. SOUSA, Marilda Gonçalves de et al . Epidemiologia da hipertensão arterial em gestantes. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo , v. 18, eAO4682, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179-45082020000100209-&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2021. Epub Oct 28, 2019. https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ao4682.
18. UNIMONTES. **Site Oficial da Universidade Estadual de Montes Claros**, 2019. Disponível em: <http://unimontes.br/unidades/hospital-universitario/>
19. VARGAS, V.H.L. **Prevalencia de trastornos hipertensivos en gestantes hospitalizadas en el hospital nacional Hipolito Unanue en el periodo enerodiciembre del 2015**. 2016. Tesis (Título Profesional de Médico Cirujano) - Facultad de Medicina Humana, Universidad Ricardo Palma Lima, Perú. =S1679-45082020000100209&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2021. Epub Oct 28, 2019. https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ao4682.
18. UNIMONTES. Site Oficial da Universidade Estadual de Montes Claros, 2019. Disponível em: <http://unimontes.br/unidades/hospital-universitario/>
19. VARGAS, V.H.L. Prevalencia de trastornos hipertensivos en gestantes hospitalizadas en el hospital nacional Hipolito Unanue en el periodo enerodiciembre del 2015. 2016. Tesis (Título Profesional de Médico Cirujano) - Facultad de Medicina Humana, Universidad Ricardo Palma Lima, Perú.

UM OLHAR SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A LOOK AT THE SUPERVISED CURRICULAR INTERNSHIP

ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues¹; SILVA, Huagner Cardoso²

¹ Doutora em Ciências da Religião pela PUC/SP, Docente do Departamento de Estágios e Práticas Escolares. Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Docente do Departamento de Estágios e Práticas Escolares da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

RESUMO

Embora o estágio na formação de professores venha sendo objeto de muitas pesquisas, não se percebem resultados significativos desses estudos na dinâmica de seu desenvolvimento nas universidades. Nesse sentido pode-se afirmar que o estágio curricular clama por novos sentidos, o que tem instigado os pesquisadores a novas buscas. No contexto dessa problemática, emergiu a questão orientadora dessa pesquisa: *O que os relatórios de estágio supervisionado dos alunos do curso de Pedagogia /UAB licenciatura revelam sobre o Estágio Supervisionado na formação do professor para atuar no ensino básico?* Em consonância com os objetivos propostos, optamos por uma abordagem qualitativa de investigação, realizando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, selecionando 1 relatório de diferentes polos, totalizando cinco relatórios de estágio supervisionado do curso de Pedagogia. A partir da leitura dos relatórios foram definidas 3 categorias de análise: 1) Estágio relação teoria e prática 2) O estágio na perspectiva reflexiva 3) estágio como pesquisa. Nos relatórios analisados, constatamos que o estágio supervisionado traz de forma recorrente a reflexão como fio condutor, e são considerados como um espaço de pesquisa, visando favorecer maior conhecimento da realidade do profissional docente, a partir da problematização, teorização, reflexão, intervenção e redimensionamento da ação. Apontam também a dificuldade de se romper com a dicotomia entre teoria e prática na formação do professor. Apesar desta dificuldade, percebe-se grande empenho na busca de soluções que permitam transpor os entraves que se colocam.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Formação de Professores. Educação a Distância.

ABSTRACT

Although the internship in teacher training has been the subject of much research, there are no significant results of these studies in the dynamics of their development in universities. In this sense, it can be said that the curricular internship calls for new meanings, which has instigated researchers to new searches. In the context of this problem, the guiding question of this research emerged: What do the internship reports of students in the Pedagogy / UAB course reveal about the Supervised Internship in teacher training to work in basic education? In line with the proposed objectives, we opted for a qualitative research approach, conducting bibliographic research and documentary research, selecting 1 report from different poles, totaling five reports of supervised internship in the Pedagogy course. From the reading of the reports, 3 categories of analysis were defined: 1) relationship between theory and practice. 2) The internship in the reflective perspective 3) Internship as a research. In the reports analyzed, we found that the supervised internship brings reflection on a recurring basis, and are considered as a research space, aiming to favor greater knowledge of the reality of the teaching professional, from the problematization, theorization, reflection, intervention and resizing of the action. They also point out the difficulty of breaking with the dichotomy between theory and practice in teacher education. Despite this difficulty, there is a strong commitment in the search for solutions to overcome the barriers that arise.

Keywords: Supervised Internship. Teacher Training. Distance Education

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente investigação é apresentar um estudo sobre o estágio curricular obrigatório nas licenciaturas, desenvolvido em uma universidade pública no curso de Pedagogia. A questão do estágio curricular supervisionado foi sempre objeto de reflexão do nosso processo de trabalho, como professoras em uma universidade pública. E, na condição de professoras, por mais que nos esforçássemos a fim de que os alunos articulassem os conteúdos construídos a partir da realidade que encontravam no estágio, o que se notava era certa dificuldade, traduzida por sua vez, pela falta de motivação em colocar em prática essa ação. Ou seja, ações e reflexões, sobre a realidade, com as quais iriam se deparar, em breve, enquanto egressos.

Entendemos que a reflexão sobre a realidade possa possibilitar o atendimento das reais necessidades da formação dos acadêmico-estagiários e, ao mesmo tempo, do processo ensino-aprendizagem da escola em que se realiza o estágio.

Para tanto, deve ser preocupação constante: as formas de regulamentação e organização dos estágios, a carga horária referente ao estágio, o turno de sua realização, o número de estagiários que permite um bom acompanhamento e controle por parte do professor orientador, e outras questões de planejamento que dizem respeito à articulação teoria-prática.

Ainda que a importância do estágio seja inegável no processo de formação profissional e que venha sendo objeto de muitas pesquisas e publicações, não percebemos em nossa realidade como resultado desses estudos, um impacto significativo na sua dinâmica, em outras palavras, na forma dele ser concebido e desenvolvido no processo de formação inicial de professores. Assim, várias questões têm nos instigado com relação a essa problemática, tais como: O Estágio Supervisionado é

apresentado como fundamental para a formação docente? O Estágio Supervisionado tem contribuído para o desenvolvimento profissional dos egressos do Curso de Pedagogia? Será que o aluno de Pedagogia EAD desenvolve no estágio uma postura investigativa? Existe por parte do acadêmico uma visão aplicacionista do conhecimento no estágio? A unidade teoria e prática é percebida no desenvolvimento do estágio?

No contexto dessa problemática, emergiu a pergunta orientadora da pesquisa: *O que os relatórios de estágio supervisionado dos alunos do curso de Pedagogia /UAB licenciatura revelam sobre o Estágio Supervisionado na formação do professor para atuar no ensino básico?*

No contexto dessa questão, a investigação teve como objetivo geral: compreender o que os relatórios de estágio supervisionado do curso de Pedagogia UAB têm revelado. Em decorrência, objetivou-se, ainda, de modo mais específico: identificar a relação teoria e prática no estágio. Analisar como o estágio supervisionado está presente nos relatórios. Identificar o desenvolvimento de posturas reflexivas e o desenvolvimento do estágio como pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, optamos pela abordagem qualitativa que, em nosso entendimento é a mais adequada à natureza de nossa investigação, realizando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Foram selecionadas para análise 01 relatório de estágio de cada aluno de diferentes polos, totalizando cinco relatórios de estágio supervisionado. De posse desses relatórios, procedeu-se às fases da análise de conteúdo, conforme indica Bardin (1977): (1) a pré-análise, que consiste na organização do material coletado; (2) a exploração do material, momento da categorização e quantificação e (3) da interpretação e inferência, quando se faz a análise reflexiva das mensagens coletadas. Nomeadas por A1, A2, A3, A4, A5.

A partir da leitura dos relatórios foram definidas três categorias de análise: 1) estágio

como pesquisa 2) O estágio na perspectiva reflexiva 3) estágio relação teoria e prática.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: O QUE DIZEM OS TEÓRICOS E OS RELATÓRIOS ANALISADOS.

ESTÁGIO RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

No panorama educacional, aparece com frequência o uso dos termos teoria e prática especialmente no contexto de formação de professores, visto que eles expressam de forma substancial, o pensar (cognição) e o fazer (ação) tão presentes no processo ensino-aprendizagem. Particularmente, ao se discutir a prática de ensino e o estágio as suas concepções, os modos de organização e as suas relações com os demais componentes curriculares, a questão da relação teoria e prática emerge e as visões que se tem acerca dessa relação determinam as ênfases que serão dadas aos currículos e à prática educacional no processo de formação do professor. Portanto, para explicar estes termos existem inúmeros conceitos utilizados por alunos e professores advindos de diversas correntes filosóficas de pensamento, o que implica muitas vezes em ausência de clareza etimológica e epistemológica o que conduz a banalizações, ou seja, a um uso vazio de sentidos.

Ambos os termos derivam do grego, possuindo “teoria” o sentido de observar, contemplar, refletir, enquanto a palavra “prática”, provinda de “práxis”, relaciona-se ao agir e, principalmente, à ação inter-humana consciente (CANDAU e LELIS, 1999).

Para compreender a origem que compõe o amplo significado de teoria e prática é preciso, mesmo que brevemente, buscar no movimento histórico da humanidade a explicação para a existência de uma teoria e de uma

prática essencialmente humana. Deste modo, compreende-se, com base nos conhecimentos acumulados, o início da produção do conhecimento teórico que se encontra correlacionado à necessidade de se produzir os primeiros instrumentos de trabalho assim como às exigências das primeiras práticas produtivas. Foi com a sociedade escravocrata que teve espaço a divisão de classes, criando condições para que juntamente com o aprimoramento dos instrumentos de produção fossem colocadas tarefas teóricas ligadas com a ação produtiva. “Desde então até nossos dias, o progresso do conhecimento teórico, e inclusive as formas mais elevadas da atividade científica, aparece vinculado às necessidades práticas dos homens” (VÁZQUEZ, 2007, p. 244).

Analisando a importância que a teoria e a prática possuem no desenvolvimento das ações humanas, partimos para a utilização de ambas na formação docente. Assim, refletir sobre a formação do professor na atualidade implica pensar um processo amplo e difícil, especialmente, quando se discute a teoria e a prática durante os cursos de formação. Pimenta (2001) afirma que a denúncia está mesmo em que os cursos não têm a teoria e nem a prática.

A autora traz à discussão dos termos teoria e prática na tentativa de rever esses conceitos para a mobilização de ações na área educacional. Para tanto, ela questiona a forma como os estágios vêm sendo desenvolvidos, não passando de uma prática instrumentalizadora, tornando o estágio burocratizado pela ausência de idealização. As pesquisas e teorias sobre o assunto apontam para mudanças

significativas na estrutura do estágio. Porém, percebe-se que todas as mudanças ocorridas não deram conta de modificar, sobretudo, os conceitos que os alunos aprendizes e seus professores formadores têm a respeito de teoria e prática, sobre o próprio estágio, perpetuando, assim, suas formas de atuação e concepções a respeito do tema. Seria inócuo falar a respeito da indissociabilidade teoria e prática sem nos reportarmos de maneira mais profunda à formação docente (FREITAS, 1996). O estagiário aprende, quando se depara com problemas, toma a prática como objeto de reflexão e planeja suas ações com fundamentos dos conceitos construídos por ele, fruto do pensamento e discussão coletiva: professor da sala, colegas e professor de estágio.

Ainda, segundo Mazzeu (1998), no momento de compreender os problemas referidos anteriormente, surgem explicações que resultam das teorias, que de fato estão orientando o trabalho em sala de aula. Os professores percebem, pois, suas próprias dificuldades, passo essencial para se elaborar uma nova postura perante sua prática. Para superar esses problemas de aprendizagem exige-se

[...] que o professor se aproprie e crie instrumentos de trabalho (procedimentos, técnicas, materiais didáticos) e, ao mesmo tempo, desenvolva um discurso significativo, fundamentado teoricamente, que possibilite compreender esses problemas e reorientar a prática no sentido da superação deles (MAZZEU, 1998, p. 68).

A aprendizagem do estagiário, segundo o autor, permitirá a ele elaborar seus próprios instrumentos e seu discurso, assumindo assim, o controle do processo de constituição de suas ações no cotidiano da sala de aula. O pensamento e a ação internalizados passam a ser para si, criação do próprio indivíduo, em um processo contínuo, em que o estagiário percebe a importância de, constantemente, rever e aperfeiçoar sua forma de aprender, tornando-

-se sujeito de sua própria formação.

Portanto, é importante que os alunos no estágio: trabalhem os conteúdos de modo que aprendam o próprio conteúdo enquanto ensinam; entendam que é nas relações pessoais que se estabelecem na escola que se dá o movimento de aprendizagem, o aprender com o outro; a partir das dificuldades apresentadas pelos alunos, elaborem planejamentos considerando como os alunos aprendem, tomam decisões e elaborem ações que permitam a promoção do outro e de si mesmos.

Participando das ações no estágio, os licenciados terão oportunidade de perceber a escola como totalidade, de refletir sobre os conteúdos da graduação e como a prática educativa provoca mudanças em si mesmas e nos professores. O estágio, também, se constitui em um momento criativo de tal forma que promova o interesse e a vontade de conhecer dos estudantes.

Por ser transformadora da realidade, a prática é criadora, ou seja, diante das necessidades e situações que se apresentam ao homem, ele cria soluções, sendo esse processo criador imprevisível e indeterminado, e o seu produto, único e irrepetível (CANDAU, 1999).

Nesse contexto, o foco de atenção se volta basicamente para a análise da prática pedagógica, para a problemática da prática de ensino e estágio supervisionado, indicando a dissociação teórico-prática como um dos principais aspectos que compromete a preparação dos educandos, portanto o grande desafio relacionado ao estágio supervisionado e à prática de ensino refere-se ao estabelecimento de uma forte relação entre a teoria e a prática no curso. Esse aspecto fica evidenciado no comentário a seguir: “[...] a teoria e a prática no curso vêm sendo até bem coerentes, muitas coisas que a gente vê em sala de aula acabam aparecendo de alguma forma no estágio. [...]” (A1, 2020). Outros acadêmicos enfatizaram:

Uma das dificuldades que nós alunos sentimos é sabermos fazer uma leitura compreensiva sobre a relação entre a teoria e a prática. Em determinadas situações a teoria não condiz verdadeiramente com a prática, mas isso não significa que temos que enquadrar uma na outra ou vice-versa, pode-se discordar e interagir com o outro. (A3, 2020).

Sendo o Estágio um eixo de todas as disciplinas do curso,” todas as disciplinas necessitam oferecer conhecimentos e métodos para esse processo. E, para que isso seja possível, existe a necessidade de superar a distância entre teoria-prática em todo o processo de formação dos professores (A5, 2020).

Nessa perspectiva, o estágio não pode gerar um distanciamento da vida e do trabalho que ocorre nas escolas, uma vez que as disciplinas que compõem os cursos de formação não estabelecem os nexos entre os conteúdos que desenvolvem e as realidades nas quais o ensino ocorre.

Assim, na categoria “teoria-prática os acadêmicos afirmaram ser essa disciplina uma ponte entre o que foi estudado durante a graduação e a realidade que os aguardava nas escolas. A resposta dada por A2, ilustra bem essa categoria: “Acredito que essa disciplina será de extrema importância na minha formação docente, pois ela deve proporcionar uma ligação entre o conteúdo aprendido na universidade com a prática docente” (A2, 2020). Esse tipo de resposta demonstra que o estágio para esses alunos tem grande importância por propiciar o que outras disciplinas do curso não fazem: unificar a teoria e a prática. Isso mostra a separação existente entre as disciplinas específicas e as pedagógicas.

Alarcão (1996) comenta que um dos maiores problemas dos cursos de formação inicial é a falta de articulação entre as disciplinas, bem como a falta de articulação entre o conteúdo ensinado e a prática efetiva, cabendo ao professor novato fazer a “ponte” entre teoria e prática. Muitos alunos ficam na expectativa de

que essa seja a disciplina integradora; contudo, compactuamos com a visão de Pimenta e Lima (2004) de que a teoria e a prática devem existir em todas as disciplinas, ao longo da formação do professor. Brito (2006, p. 51) afirma que o conhecimento do professor se produz “tanto na própria experiência docente quanto nas trocas e intercâmbios vividos entre os professores [...], adquiridos na formação inicial e na própria experiência pessoal e profissional”

Durante a realização da pesquisa, na maioria dos relatórios os estagiários concordaram que um número maior de horas representa mais tempo para conhecer o campo de estágio, identificando essa relação teoria e prática na escola. Este aspecto é evidenciado nos relatos abaixo: “[...] acho que se fosse menos tempo não teríamos tanta coisa para fazer, não teríamos tantos atendimentos, não desenvolveríamos tanto, mas se fosse mais seria muito puxado pra gente [...]” (A1, 2020). “[...] avalio uma carga horária puxada, por serem vários turnos, mas eu acho que se fosse uma carga horária menor, a gente não conseguiria aproveitar tudo que a gente aproveita e se espera que aproveitemos no estágio [...]” (A3, 2020). “Quanto maior a carga horária mais oportunidade de vivenciar a prática desenvolvida na sala de aula e articular essa prática com a teoria aprendida no curso” (A1, 2020).

A afirmação de (A1) vem ao encontro do que é dito por Campos (2009, p. 66) “Cabe aos programas de estágio – e os estagiários estarem atentos a isso – oferecer atividades que promovam a aplicação prática e cotidiana dos conhecimentos recebidos durante a formação acadêmica”.

De acordo com Campos, percebe-se que o campo de estágio executa a função importante de não somente exigir um número mínimo de horas que devem ser cumpridas, mas, principalmente, de promover atividades para que os estagiários possam praticar durante o tempo que permanecem no campo, experi-

mentando as práticas inerentes ao processo de estágio. Diante das exposições, nota-se que o estágio não pode ser visto como a parte prática do curso de graduação que forma para o exercício da docência, mas o momento em que se analisa a prática a partir da teoria nele adquirida, tendo como cenário o contexto histórico em que essa escola se insere. Segundo Pimenta (2002), a ação reflexiva não pode ser também divorciada das teorias da educação. A teoria, assim, é apontada por essa autora como possibilidade concreta de superação do praticismo, atizando ainda mais a crítica ao professor reflexivo e pesquisador da prática.

O ESTÁGIO NA PERSPECTIVA REFLEXIVA

Grande parte dos relatórios analisados do curso de Pedagogia UAB nesse estudo enfatizam a reflexão como elemento nuclear do estágio supervisionado. Essa reflexão tem origem na prática e, em alguns casos, acreditamos que a ela se limite. A valorização da prática e a reflexão na e sobre ela tem em Schön (2000) um de seus precursores, que desenvolveu os conceitos de: conhecimento-na-ação, reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação, isso contribuiu para a difusão no campo de formação de professores de teorias sobre a epistemologia da prática.

Na perspectiva de Schön (2000) o profissional no seu fazer cotidiano traz um conhecimento que utiliza para solução de diferentes questões, por ele denominado como conhecimento tácito, ou um conhecimento na prática, o qual se revela na espontaneidade, sem sistematização. É um conhecimento que se expressa na execução de uma determinada tarefa, sem ter a necessidade de uma reflexão prévia. Entende que na medida em que o profissional coloca para si as questões do cotidiano como situações problemáticas, ele está refletindo, buscando uma interpretação para aquilo que

é vivenciado.

O autor propõe que se forme o professor reflexivo, que pensa sobre a sua prática, que busca soluções para as situações encontradas no seu cotidiano. Considera que o processo de reflexão implica em se surpreender diante dos acontecimentos, refletir sobre os fatos, reformular/propor solução para o problema observado, testar sua proposta e assim, agir dialeticamente em função da reflexão sobre o que o aluno faz. Para esse autor, o desenvolvimento de uma prática reflexiva implica em três dimensões importantes de reflexão: a compreensão de como o aluno aprende o relacionamento interpessoal entre professor e aluno e como o professor atua na escola na busca da prática reflexiva. Essas são dimensões que devem estar presentes na prática de estágio para formação do professor reflexivo, conforme entendimento dos acadêmicos:

o estágio supervisionado deve ser entendido como um campo aberto para investigações, posições e reafirmações de posturas, compromissos e formação profissional (A5, 2020).

O estágio curricular possibilitou colocar nossa teoria adquirida nas disciplinas do curso em prática, e o mais importante, nos questionávamos o tempo todo se estávamos conseguindo fazer diferença em sala de aula com aquelas crianças, se elas estavam aprendendo, e se não, o que estávamos fazendo de errado e de certo também? Onde poderíamos melhorar? Desenvolvendo assim um pensamento crítico-reflexivo e um olhar atento às dificuldades encontradas na sala de aula (A3, 2020).

É importante que se tenha em mente que o conhecimento possibilita ao ser humano uma postura reflexiva e crítica diante da sua realidade. Piconez (1991, p. 27) aponta que, “com a prática da reflexão sobre a prática vivida e concebida teoricamente, são abertas perspectivas de futuro, proporcionadas pela postura crítica, mais ampliada, que permite perceber os problemas que permeiam as ati-

vidades e a fragilidade da prática.” Ao estar na sala de aula, a estagiária A2 percebe, como um dos problemas da realidade, “a dificuldade que muitos professores encontram em sair do tradicionalismo educacional para proceder ao ensino de outra maneira” (A2, 2020). Ao desencadear essa reflexão em uma das futuras professoras, o estágio, configura-se como o espaço de análises fundamentadas teoricamente, tendo em vista compreender e saber como se dá o processo de ensino/aprendizagem (PIMENTA; LIMA, 2004).

O ESTÁGIO E O CONTEXTO DA PESQUISA

Uma forte tendência presente nos relatos analisados sobre o estágio supervisionado e sua relação com a formação docente é a pesquisa. No Brasil, na década de 90, com questionamentos sobre a indissociabilidade entre teoria e prática, no contexto da concepção de professor pesquisador de sua prática, tem origem o movimento de valorização da pesquisa:

A formulação do estágio como atividade teórica instrumentalizadora da práxis tendo por base a concepção do professor (ou futuro professor) como intelectual em processo de formação e a educação como um processo dialético de desenvolvimento do homem historicamente situado, abriu espaço para um início de compreensão do estágio como uma investigação das práticas pedagógicas nas instituições educativas (PIMENTA e LIMA, 2004, p. 47).

Assim, com as contribuições de autores sobre a concepção do professor como profissional reflexivo, o estágio passa a ser visto também como facilitador da articulação teoria e prática, possibilitando ao licenciando o desenvolvimento de “[...] comportamentos de observação, reflexão crítica, reorganização das ações, características próximas à postura de um pesquisador, investigador, capaz de refletir e reorientar sua própria prática, quando neces-

sário” (KENSKI, 1994, p. 47).

Inúmeros pesquisadores defendem a introdução da pesquisa nos cursos de formação de professores. Trabalhos, como o de Gil-Pérez e Carvalho (2000), consideram a iniciação do licenciando à pesquisa como requisito básico para sua formação, pois associando ensino e pesquisa às necessidades formativas do graduando, estas se complementariam na utilização da pesquisa para inovações didáticas dentro de sua futura prática.

Dentre outras experiências que buscam colocar a dimensão da pesquisa no processo formativo dos professores, aparecem os trabalhos de Bastos e Caldeira (2000), que fizeram esforços para compatibilizar os estágios de observação/regência com pequenos projetos de pesquisa, já Galiazzi e Moraes (2001) investigaram experiências sobre a utilização da pesquisa como princípio didático em cursos de licenciatura.

Tardif (2000) relata inúmeras experiências e possibilidades na formação inicial em diferentes países, em mais de duas décadas, que utilizam a colaboração com os professores da escola, como Co pesquisadores na reelaboração do repertório de conhecimentos para o ensino.

Fazenda (1991) insiste na necessidade de se ter um projeto coletivo de formação do educador e nele contemplar o lugar do estágio; ainda, segundo essa autora, urge entender o estágio na perspectiva da pesquisa. Ludke (2001, p.127) pergunta: “Até que ponto a dimensão da pesquisa constitui preocupação efetiva dos currículos dessas instituições ao preparar o futuro professor?” Kenski (1994), por sua vez, observa que a vivência escolar dos estágios pode ser aproveitada como ponto inicial de pesquisa em atividades desenvolvidas no próprio estágio.

O enfoque do ensino voltado para o desenvolvimento da capacidade reflexiva do futuro professor direciona o processo de for-

mação docente para um processo de pesquisa, capaz de formar um professor pesquisador.

Neste sentido, Pimenta e Lima (2004, p. 43) defendem:

[...] o papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade.

Porém, o processo de acesso à teorização da prática só é possível por um processo de reorganização interpretativa do fazer à luz de outras interpretações a respeito da realidade. Deste modo, podemos dizer que a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais.

Desse ponto de vista, pesquisa no estágio pode possibilitar ao acadêmico desenvolver posturas e habilidades de investigação, buscando elaborar projetos que propiciem situações para compreender e problematizar a realidade vivida, conforme podemos observar na fala de A4:

A perspectiva de realização da pesquisa nos estágios supervisionados indica uma mudança no processo de realização dessa atividade como é defendida pelos acadêmicos participantes desse estudo.

Ao invés desses trabalhos tomarem o esquema observação, participação e regência, verificou-se neles a utilização da metodologia da pesquisa a realização dos estágios por meio das seguintes fases: identificação das dificuldades que envolvem o cotidiano escolar (problematização), seleção do referencial teórico, elaboração de um projeto – ação, aplicação desse projeto (intervenção) e análise dos resultados (A4, 2020).

A perspectiva trazida pelo acadêmico aponta para a realização do estágio como pesquisa, em que se levanta uma problemática, ou seja, a partir de uma dificuldade busca-se um referencial teórico e elabora-se um projeto. Esse inclui a definição de objetivos, da metodologia e dos procedimentos metodológicos. Em seguida, executa-se o projeto, analisam-se os resultados e produz-se um relatório. É nesse aspecto que o estágio como pesquisa se coloca no momento atual como postura teórico-metodológica e desafio (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 56).

Assumir o estágio como prática orientada pela pesquisa pode ser uma maneira para criar condições para o surgimento de atitudes mais interdisciplinares. Esta dinâmica torna-se possível, quando o Estágio se constitui em oportunidade coletiva para elaboração do conhecimento sobre a prática, além de ser espaço de reelaboração de saberes que se processam na prática de ensino, nessa direção A2 pontua que “A pesquisa deverá contribuir para que o Estágio Supervisionado possa ser melhor orientado e considerado como fator importante da relação trabalho-escola, visto como elemento articulador teórico-prático” (A2).

Lemos (2008) também toma a prática de ensino e o estágio como objeto de pesquisa, investigando as bases teóricas e metodológicas que fundamentam a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica e os seus desdobramentos, analisando as suas ementas e programas e comparando-as com o documento de implementação da proposta. Nessa direção A4 relata que “O Projeto de Estágio Supervisionado tem oportunizado a elaboração e realização de projetos educativos nas escolas, o que tem oportunizado ao acadêmico buscar um novo caminho reinventado sua prática (A4, 2020).

Na visão de A4, identifica-se que a atuação do profissional da educação deve centrar-se no atendimento à comunidade local, oportunizando ao estagiário inserir-se nessa

realidade e ao mesmo tempo refletir sobre a profissão docente que é uma prática social que ocorre num contexto multifacetado, o que impõe uma série de condicionantes, mas também de possibilidades. Perspectiva também relatada pelo acadêmico (A1):

no estágio passamos por algumas dificuldades e inseguranças, mas que foram de suma importância para nossa formação enquanto graduandos de pedagogia, pois pudemos observar a atuação docente, a

dinâmica da escola, responder a muitas de nossas indagações e gerar outras que são importantes para nos constituirmos enquanto pesquisadores (A1,2020).

Percebemos pelas observações dos acadêmicos A1 e A4 que o estágio oportuniza situações para que os acadêmicos vislumbrem com mais efetividade o fazer docente, as inquietações e necessidades presentes e futuras em sua formação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, percebemos que a recuperação de conceitos estudados durante a formação se faz presente na prática dos estagiários. Isso reforça o fato de que a teoria e a prática se complementam, sendo ambas essenciais para um bom desempenho das funções inerentes ao estágio. Esse bom desempenho é favorecido também pela carga horária, que permite a experimentação e a absorção do conhecimento. De modo geral, a quase totalidade dos relatórios analisados traz a preocupação com a articulação teoria e prática, embora possamos inferir que as concepções a respeito dessa relação sejam diversas. Não constatamos visões dos autores, centradas na dicotomia teoria-prática, quando aparecem nos textos referem-se a questionamentos dessa postura. Porém há relatórios que discutem a articulação teoria e prática, o que supõe vê-las como distintas, necessitando de algo que promova a ligação, enquanto outros apresentam a visão de unidade. Nessa concepção teoria e prática são lados distintos de um mesmo objeto, constituindo um único objeto, numa lógica dialética, em que não há identidade, mas movimento de contradições e negações. Algumas produções se apoiam nes-

sa relação como práxis, no sentido de atividade que gera mudanças.

Muitos relatórios apontam a dificuldade de se romper com a dicotomia entre teoria e prática na formação do professor. Apesar desta dificuldade, percebe-se grande empenho na busca de soluções que permitam transpor os entraves que se colocam.

Outra perspectiva recorrente é a da reflexão. Em quase todos os relatórios ela está presente como elemento imprescindível na formação do professor, especialmente para dar sentido à prática de ensino e ao estágio. Poderíamos dizer que é o elemento estruturante das produções analisadas.

O processo investigativo no estágio, ou seja, a pesquisa, ainda se faz presente de forma marcante, nos relatórios por nós analisadas, quer considerando-as como objeto de pesquisa, ou usando a pesquisa como estratégia para o seu desenvolvimento, embora apresentem desafios a serem trabalhados.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, Isabel. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora, 1996.
- Brito, Antônia Edna. Formar professores: rediscutindo o trabalho e os saberes docentes. In: Mendes Sobrinho, José Augusto de Carvalho; Carvalho, Marlene Araújo de (Orgs.). Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 31-39.
- LUDKE, Menga. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. (org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, p. 27-54. 2001
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MAZZEU, Francisco Jose Carvalho. Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 44, abr. 1998.
- PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C.; PICONEZ, S. C. B. (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 1991. p. 15-32.
- PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCHÖN, Donald A. Educando o Profissional Reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Catoldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- _____. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- TARDIF, Mauricio; LESSARD, C. O trabalho docente. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular; Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- CAMPOS, Dinael C. de. Atuação de estagiários em Psicologia do Trabalho com grupos. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 53-59, jun. 2009. Disponível em. Acesso em: 8 mar. 2020.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. LELIS, Isabel. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU, Vera. Maria(org.). Rumo a uma nova didática. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p.56-72
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A Prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991.
- KENSKI, Ivani Moreira. A vivência escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados. In: PICONEZ, Stela. Bertholo. (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 9. ed. Campinas: Papirus, 1994, p. 39-51.
- LEMOS, Ana Raquel Pereira. A prática de ensino sob forma de pesquisa e prática pedagógica no Curso de Pedagogia. In: XIII ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2006, Recife. Educação, questões pedagógicas e processos formativos: compromisso com a inclusão social, Anais Eletrônicos, 2008.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- GALIAZZI, Maria do Carmo. Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de crianças. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2003. 288 p
- Lima, Maria da Glória Soares Barbosa. Sujei-

[ARTIGOS DE REVISÃO]

CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE IDENTIDADES DESCENTRADAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CURRICULUM AND TEACHING WORK IN TIMES OF DECENTERED IDENTITIES: A LITERATURE REVIEW

SOARES, Marilene Caitano Reis Almeida¹; CARDOSO, Zilmar Santos²

¹Mestranda em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

²Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

RESUMO

O currículo enquanto organismo vivo sobre o qual se alicerça o trabalho docente recebe a influência dos fenômenos sociais da contemporaneidade. O objetivo deste artigo é revisar publicações sobre o lugar ocupado pelo professor enquanto sujeito na implementação dos programas curriculares em tempos de identidades descentradas. Realizamos buscas para levantamento da literatura em setembro de 2019, nas bases de dados da CAPES e Google Scholar. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “currículo”, “trabalho docente”, “identidade” e “cultura”. Inicialmente, identificamos 16 artigos dos quais 8 foram excluídos por serem duplicados e 1 foi excluído pelo título. Da análise dos resumos restaram 7 sendo apenas 4 trabalhos incluídos por critérios de elegibilidade. Concluímos, a partir dos artigos que subsidiaram esta revisão, que em tempos de identidades descentradas, o currículo é elementar na construção de uma educação justa e de qualidade.

Palavras-chave: Currículo. Trabalho Docente. Identidades. Cultura.

ABSTRACT

The curriculum as a living organism on which teaching work is based is influenced by the social phenomena of contemporaneity. The aim of this article is to review the most relevant publications on the place occupied by the teacher like a subject in the implementation of curricular in times of decentralized identities. We conducted searches for literature in September 2019 in the CAPES and Google Scholar databases. The keywords used in the search were: “curriculum”, “teaching work”, “identity” and “culture”. Initially, we identified 16 articles of which 8 were excluded because they were duplicated and 1 was excluded by the title. From the analysis of the abstracts there were 7 left and only 4 papers were included by eligibility discretion. We concluded from the articles that subsidised this review that in times of off-center identities, the curriculum is elementary in the construction of a fair and quality education.

Keywords: Curriculum. Teaching Work. Identities. Culture.

1 - INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da sociedade contemporânea é a presença de variados fenômenos que se realizam simultaneamente e em diferentes intensidades. Como implicação dessa variedade, a sociedade envolvida por esses fenômenos, não dispõe de pontos fixos que amparem uma visão de mundo com caráter mais permanente ou mesmo uma identidade sobre a qual as relações possam se estruturar com algum grau de estabilidade.

As teorias sociais têm se debruçado em estudos que consideram as instabilidades presentes no cotidiano. Os resultados obtidos nos direcionam ao argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7).

Em razão disso, consideramos que o currículo enquanto organismo vivo sobre o qual se alicerça o trabalho docente recebe a influência desses fenômenos sociais. A literatura apresenta alguns estudos sobre currículo dentro dessa temática conforme podemos constatar nas teorizações de Sacristán (2000), Silva (2009) e Young (2011). Todavia, este estudo se assenta em uma lacuna encontrada na literatura sobre esse viés, qual seja, a reflexão sobre os sentidos do currículo para a prática docente permeada por identidades variadas, sendo que ele, historicamente, carrega em si a identidade de um grupo social. Seus fazeres, seus modos de viver e sua cultura estão expressos no currículo. Frente essa realidade de impermanências e instabilidades (HALL, 2006) que marcam a contemporaneidade e, portanto, as relações situadas no campo educacional, nos deparamos com essa problemática que justifica a realização deste estudo.

Não há possibilidade de negarmos a pluralidade de culturas presentes no mundo mo-

derno. Tal pluralidade se manifesta de forma incisiva em todos os espaços sociais, inclusive na escola e, fortemente, no interior da sala de aula. Essa pluralidade acarreta confrontos e conflitos na identidade do currículo escolar, tornando os desafios enfrentados pelos profissionais no desenvolvimento do seu trabalho, cada vez mais agudos. Não obstante, consideramos que essa mesma pluralidade é capaz de proporcionar o crescimento e a reformulação de possibilidades para o trabalho docente.

Ainda que em face de tamanha instabilidade, aceitamos a premissa de que sem formulações que nos sirvam de parâmetros, vagamos rumo ao fracasso da atividade docente. Neste contexto de sociedade permeada por inconstâncias, buscamos trazer para subsidiar o estudo aqui desenvolvido alguns trabalhos como o de Hall (2006), Gomes (2008), Sacristán (2000, 2013) e Silva (2009) que discorrem sobre o tema e que, como qualquer estudo, carecem de aprofundamento das reflexões já esboçadas. Com efeito, trazer novas reflexões teóricas sobre o objetivo que norteia este trabalho contribui para a compreensão do lugar ocupado pelo professor enquanto sujeito na implementação dos programas curriculares em tempos de identidades descentradas (HALL, 2006).

O presente estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) tem como objetivo analisar publicações relevantes sobre o lugar ocupado pelo professor enquanto sujeito na implementação dos programas curriculares em tempos de identidades descentradas.

A seguir, delineamos o percurso metodológico que utilizamos para a realização deste trabalho, guiados sobretudo pelo objetivo a que nos propusemos alcançar.

2 - MATERIAIS E MÉTODOS

Em uma revisão de literatura o pesquisador utiliza como referência estudos anteriormente elaborados a partir de constructos obtidos em livros e, principalmente, em artigos científicos atuais. A maioria das pesquisas “utilizam de fontes bibliográficas para compor o referencial teórico do trabalho a ser desenvolvido” (GIL, 2002, p. 44). Dessa forma, nosso trabalho se situa nessa perspectiva, já que seu referencial é de ordem bibliográfica.

Diante do fenômeno a ser investigado, consideramos a abordagem qualitativa como melhor caracterização para este trabalho. Segundo Goldenberg (1991, p. 34), a pesquisa qualitativa

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Para procedermos com as teorizações, realizamos a busca de artigos em setembro de 2019, nas bases de dados CAPES e Google Scholar. As palavras-chave que direcionaram a busca foram as seguintes: “currículo”, “trabalho docente”, “identidade” e “cultura”. Foram selecionados quatro artigos sendo todos incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: artigos originais nos idiomas inglês, espanhol e português, que analisassem especificamente o currículo dentro do tema proposto para este estudo. Os critérios de exclusão foram artigos de revisão de literatura ou metanálise.

Inicialmente, selecionamos a opção de busca por artigos publicados a partir de 2015 por apontarem constructos teóricos mais atuais. Todavia, os resultados encontrados ao serem lidos não apresentaram relação com o objetivo desta revisão. Diante disso, expandimos o período temporal da busca. Assim, justificamos a utilização de artigos publicados em 2000, 2001 e 2011.

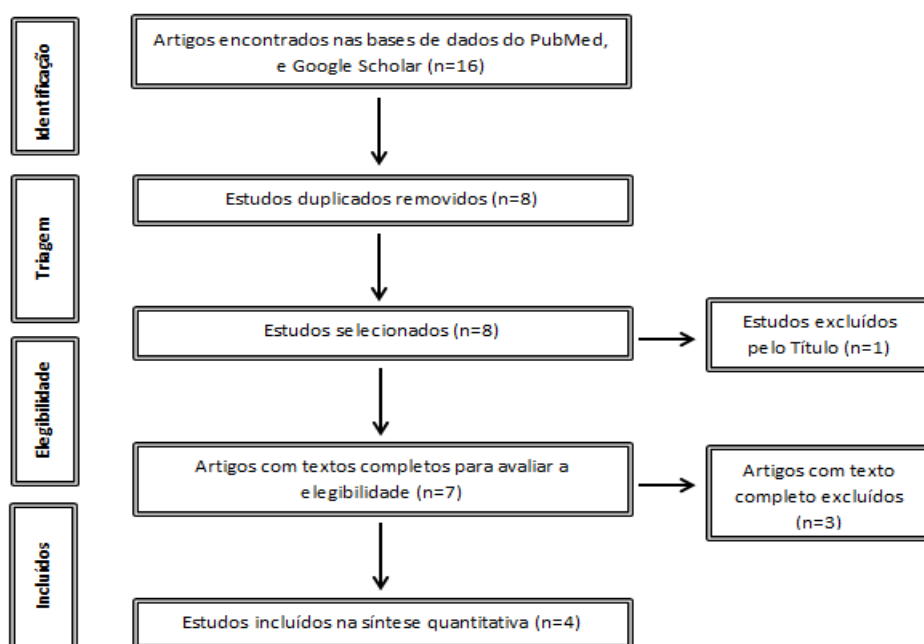


Figura 1. Fluxograma e critérios de seleção e inclusão

2. 1 - Resultados

em nosso estudo encontram-se na Tabela 1.

Os resultados encontrados e incluídos

Tabela 1. Trabalhos que trazem Currículo, Trabalho Docente, Identidades e Cultura como objeto de estudo.

AUTOR	ANO	TÍTULO DO ARTIGO
Antonio Flavio Barbosa Moreira	2001	Currículo, cultura e formação de professores.
Antonio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau	2007	Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.
José Carlos Morgado	2011	Identidade e profissionalidade docente: sentidos e (im)possibilidades.
Michael F. Young	2011	O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas.

Fonte: Elaboração da autora.

Reconhecemos que um trabalho com rigor científico deve se alicerçar sobre estudos bibliográficos congruentes com os seus objetivos. Em relação a essa afirmação, Fonseca (2002) ressalta que “qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (p.32)

Posteriormente, analisamos e exploramos as abordagens dos autores na perspectiva de estudo bibliográfico (FIORENTINI e LORENZATO, 2006). No que diz respeito à discussão dos resultados, tomamos artigos como objeto de estudo para realizar a análise de aspectos que tratam da relação estabelecida pelo professor com o currículo enquanto realiza seu trabalho docente. Assim, consideramos que a discussão carrega em si traços da perspectiva

da metanálise, já que analisamos os resultados de estudos, trazendo novos aspectos na interpretação (HUNTER e SCHMIDT, 2014).

Posto isso, agrupamos o objetivo do estudo em torno de dois pontos de análise distintos, porém complementares. O primeiro ponto versa sobre os sentidos do currículo, a que ele se propõe enquanto mecanismo social e dinâmico para o campo educacional. O outro ponto que pretendemos discorrer relaciona-se à forma como a prática docente é influenciada pelo currículo em tempos de instabilidade. A importância do estudo do tema está subsidiada no fato de que a análise desse dois pontos contribui com a redefinição dos sentidos do currículo na contemporaneidade a partir de elementos teóricos e empíricos.

3 - OS SENTIDOS DO CURRÍCULO NESTE TEXTO

Iniciamos nossas reflexões trazendo possibilidades de redefinição dos sentidos do currículo a partir deste trabalho. Utilizamos a expressão sentidos do currículo por compreender que esta palavra não encerra apenas um significado em si, mas tantos quantos fo-

rem seus sentidos por parte daqueles que dele fazem uso. Neste artigo, não elegemos uma definição única para o conceito por estarmos embasados teoricamente em estudos de Silva (2009), Moreira e Silva (2001) e Sacristán (2000, 2013) para os quais o conceito de currí-

culo é perpassado por significativa quantidade de definições.

Entretanto, conforme nossos estudos, observamos que o conceito de currículo foi culturalmente relacionado ao programa que compõe uma disciplina, um curso ou mesmo as atividades educativas utilizadas para desenvolver o conteúdo a ser ministrado (SILVA, 2009). Devido a essa interpretação simples diante da amplitude que o termo alcança, não podemos nos omitir de trazer o conceito de currículo subjacente a este estudo.

Em um primeiro plano, teremos em uma visão panorâmica, o percurso histórico sobre as teorias do currículo e, posteriormente, traremos a concepção de currículo utilizada neste estudo. Tal atitude se justifica pela importância das teorias para a fundamentação do conceito.

Em estudos realizados por Silva (2009) sobre a teoria tradicional de currículo, identificamos que havia uma busca pela neutralidade. Isso quer dizer que, o currículo possuía como meta principal, a identificação clara dos objetivos da educação escolarizada, formando o trabalhador especializado ou, proporcionando uma educação geral e acadêmica. De caráter conservador, o sistema educacional, segundo o autor, deveria ser “capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa” (p. 24).

Na década de 1960 surge a teoria crítica. Os pressupostos da teoria crítica emergem dos movimentos sociais e culturais que questionavam a sociedade e a forma como ela se organizava. Sendo a sociedade um organismo vivo, os questionamentos sobre o pensamento e a estrutura educacional vigente, as concepções tradicionais do currículo, também vieram à tona.

Inspirada na teoria dialética-crítica de Karl Marx (1818-1883), a teoria crítica do currículo, teve como meta compreender o real pa-

pel do currículo na educação. Para Silva (2009) “as teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais” (p. 29), pois colocaram em xeque o “status quo, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais” (p.30).

Para os defensores da teoria crítica, a sociedade capitalista necessitava da reprodução ideológica de suas práticas econômicas. Assim, nada mais conveniente que a escola, como locus de disseminação de saberes para reproduzir a ideologia capitalista, pois seus braços alcançariam parte significativa da população em um espaço de tempo considerável. Daí a justificada insatisfação com a escola seletiva e excludente, que deveria ser combatida. Segundo Silva

[...] a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e controlar. Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominadas sejam expelidas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes. (SILVA, 2009, p. 32).

Posteriormente à denominada teoria crítica, surgiram as teorias pós-críticas. De acordo com essas teorias, o currículo deve ter como principal característica o multiculturalismo e a valorização das muitas diversidades presentes nas sociedades do mundo moderno. Seus princípios fundamentais são: “identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo” (SILVA, 2007, p. 17).

Dada a visão panorâmica acerca das teorias do currículo, passamos ao seu conceito. Para o objetivo proposto aqui, consideramos que a visão que mais se aproxima seria aquela em que estão evidenciadas as dife-

rentes dimensões que compõem o currículo, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou culturais. Assim, entendemos currículo como o conjunto de experiências adquiridas no âmbito escolar que emergiram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes.

As dimensões que elencamos anteriormente nos auxiliam na compreensão dos elementos que compõem e atuam sobre o currículo. Diante disso, inferimos que o currículo não se isenta das ideologias e valores presentes na sociedade contemporânea, estando carregado da visão de mundo dos sujeitos envolvidos em sua estruturação. A relação é dialética, pois contribui para a formação da identidade dos indivíduos que o estruturam, ou seja, que o definem e, ao mesmo tempo, esses mesmos sujeitos imprimem sua identidade no currículo.

Sabemos que o caminho até aqui, quan-

do nos apropriamos deste conceito, fora bastante longo e constituído de fases. Por isso, consideramos elementar a compreensão das teorias que subsidiaram essa definição, bem como, os objetivos que encerram cada uma delas. Classificadas como: teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, cada uma traz características que lhe são próprias de acordo com o recorte temporal e social em que foram desenvolvidas. O ponto de convergência entre elas está no fato de que ambas, evidenciam do que é feito o currículo e também do que não é feito o currículo em determinada época, carregando uma identidade, como veremos a seguir.

Por considerarmos que o currículo tem estreita ligação com os esforços pedagógicos que são desenvolvidos com intenções educativas, prosseguiremos nosso estudo na direção do lugar ocupado por ele em tempos de identidades descentradas.

4 - O LUGAR DO CURRÍCULO EM TEMPOS DE IDENTIDADES DESCENTRADAS

Em razão das teorias acima mencionados, neste estudo corroboramos com a concepção de currículo como “todas as experimentações e vivências escolares que se multiplicam em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades dos estudantes” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p.18).

Todavia, precisamos trazer à reflexão um ponto que não podemos desprezar neste estudo, qual seja, a construção das identidades. Segundo Hall (2006), as identidades estão em crise e isso não se configura em algo negativo, ao contrário, a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança. Os processos centrais que estruturam as sociedades modernas estão abalados e os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo

social não existem mais.

Ao propor uma reflexão que contemple o conceito de identidade, reconhecemos ser este um exercício difícil. Segundo Hall (2006), o conceito de “identidade” é demasiado complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Esclarecemos que, não objetivamos aqui oferecer afirmações conclusivas ou realizar julgamentos superficiais acerca do termo, mas tão somente utilizá-lo em nosso estudo sobre currículo por vislumbrar a forte ligação entre ambos.

Na contemporaneidade a cultura e as identidades se configuram como elementos dinâmicos e imprevisíveis. Essa pluralidade inegável se manifesta em todos os espaços sociais, inclusive na escola e, sobretudo, no inte-

rior das salas de aula. Hall (2006), afirma que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. Estando as identidades fragmentadas, cabe pensar criticamente sobre o lugar do currículo escolar nesse ambiente e suas prováveis implicações para o trabalho docente.

Os confrontos e conflitos oriundos da dinamicidade social adentram o ambiente escolar maximizando os desafios a serem enfrentados pelos docentes. Em razão disso,

consideramos que esse fato pode proporcionar o enriquecimento das possibilidades do trabalho docente.

Na seção seguir, analisamos os quatro artigos eleitos para compor nossa discussão sobre Currículo e trabalho docente em tempos de identidades descentradas. Apresentamos os principais aspectos contemplados pelos autores em suas respectivas conclusões, subsidiando a resposta temporária que motivou a realização deste estudo.

5 - O CURRÍCULO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA CONTEMPORÂNEA: A DISCUSSÃO

Segundo Young (2011), as disciplinas devem ocupar o cerne do currículo escolar. Em suas argumentações, o autor evidencia que “um currículo não centrado em disciplinas, mas em temas, linhas de investigação ou tópicos derivados dos interesses dos alunos, está sendo experimentado e tem sido atraente para professores e alunos” (p.10). Ainda assim, para ele, essa prática não oferece a base necessária para que os alunos obtenham êxito na aquisição de conhecimentos.

Esse mesmo autor ainda afirma que o trabalho docente estruturado em currículos que tenham como foco o ensino por disciplinas é, por vezes, visto como “tirania cultural”. O termo faz referência a uma realidade presente no campo educacional contemporâneo que diz do desejo dos educadores de que o currículo contemple questões culturais e cotidianas de determinado grupo social. Por ser contrário a essa premissa, Young reitera que:

Os critérios para a escolha de tópicos ou temas seriam, em grande parte, arbitrários ou derivados das experiências individuais de professores, e não do conhecimento especializado de professores e pesquisadores, construído ao longo do tempo. (YOUNG, 2011, p.11)

Em razão desse argumento, as socieda-

des por sua natureza desigual, poderão utilizar qualquer currículo escolar e ainda assim, manterão tais desigualdades. Em contrapartida Young (2011), afirma que “a escolarização também representa - ou pode representar, dependendo do currículo - os objetivos universalistas de tratar todos os alunos igualmente” (p.11). Dessa forma, não haveria distinção entre classes sociais, grupos étnicos diferentes ou como meninos ou meninas; todos teriam acesso ao mesmo conhecimento.

Young (2011), argumenta também que um currículo centrado em disciplinas tem um grau de objetividade baseado no pressuposto de que é a maneira mais confiável que já desenvolvemos para transmitir e adquirir conhecimento. Além disso, ele não descarta a possibilidade de aquisição de um novo conhecimento a partir da experiência ou do dia a dia, pois as disciplinas ligam a aquisição de novo conhecimento a sua produção (YOUNG, 2011).

Nos estudos desenvolvidos por Moreira e Candau (2007), a palavra currículo está associada a variadas concepções, que emergem dos diversos modos como se concebe a educação historicamente. Agrega-se a essa afirmação, as influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Para os autores, os fatores socioeconômicos, políticos

e culturais também contribuem para que currículo venha a ser entendido como as disciplinas a serem transmitidas em dado percurso de escolarização.

Os autores consideram que qualquer que seja o conceito designado para o currículo dentro de uma multiplicidade de possibilidades, não há dúvidas quanto à sua importância no processo educativo escolar. Essa importância fica evidente nas afirmativas de que é por intermédio do currículo que as “coisas” acontecem na escola. Ou que, “o currículo é o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração” (MOREIRA; CANDAU, 2007 p.19)

Diante dos resultados obtidos pelos autores podemos evidenciar que o papel do educador e do seu trabalho docente são fundamentais para o processo curricular, pois o professor é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto. Portanto, justifica a nossa obrigação, como profissionais da educação, de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos. (MOREIRA; CANDAU, p. 2, 2007).

Os autores resumem que “o complexo, variado e conflituoso cenário cultural em que estamos imersos se reflete no que ocorre em nossas salas de aula, afetando sensivelmente o trabalho pedagógico que nelas se processa” (MOREIRA; CANDAU, p. 2, 2007). Neste contexto, o trabalho docente na contemporaneidade deve engajar-se no processo de pensar e desenvolver currículos para essa escola em tempos de instabilidade.

Ao analisarmos as conclusões obtidas no

artigo escrito por Moreira (2000), observamos que “o professor precisa assumir-se como intelectual, a despeito das condições adversas em que trabalha e do desprestígio social associado ao seu exercício profissional” (p. 6). Assumir-se como intelectual seria a assunção de uma postura que contemple, em sua formação e em sua prática, dimensões de ordem política, cultural e acadêmica.

Na opinião de Moreira (2000), os docentes devem contemplar identidades críticas e questionadoras dos princípios, dos resultados e do caráter supostamente inevitável do modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, o autor sugere que estes profissionais estarão mais propensos a aderir a uma prática multiculturalmente orientada, que se contraponha às tentativas homogeneizadoras dos currículos nacionais que se vêm propondo em diferentes países. Os currículos, segundo ele, devem acolher as diferenças identitárias que marcam os indivíduos e os grupos sociais.

Moreira (2000) conclui seu artigo, dizendo que “este tipo de docente e este tipo de currículo são indispensáveis nas escolas e salas de aula das sociedades multiculturais contemporâneas, tão marcadas pelos efeitos letais do neoliberalismo e de um processo de globalização excludente” [...] (p.12).

No último dos quatro artigos, temos um estudo realizado por Morgado (2011), que traz reflexões sobre as complexidades existentes no tempo presente. A diversidade de demandas que se colocam diante das escolas, reafirma a importância estratégica que a educação continua a ter em termos sociais. O autor esclarece que o papel dos docentes se torna indispensável, pois deles dependem, em grande parte, as transformações no ensino e o sucesso educativo dos estudantes.

O autor enumera ao final do seu estudo, seis aspectos considerados cruciais para imprimir transformações ante os desafios pedagógi-

cos e curriculares da atualidade. Consideramos que destes, apenas o quarto aspecto diz respeito ao que aqui analisamos.

No quarto aspecto Morgado (2011, p.14) enuncia que “é necessário adaptar um novo conceito de currículo, mais consonante com os tempos atuais.” Para ele, um currículo consoante aos tempos atuais seria aquele que, simultaneamente, contempla o projeto social e o processo deliberativo. No entender do autor há que existir uma oposição ao conceito de currículo que tem prevalecido no nosso

sistema de ensino, um currículo espartilhado, delimitado por territórios disciplinares bem vinculados, onde o primado da sequencialidade determina e impõe o conhecimento a ministrar ao aluno (MORGADO, 2011, p.15).

Na conclusão do seu artigo Morgado (2011), sugere que o currículo deve ser organizado em torno das necessidades e exigências sociais contemporâneas. Isso coloca as disciplinas escolares em segundo plano o que acarretaria a significativa diminuição do hiato que separa teoria da prática docente.

5 - CONSIDERAÇÕES

Retomando a proposta deste estudo, qual seja revisar as publicações sobre o lugar ocupado pelo professor enquanto sujeito na implementação dos programas curriculares em tempos de identidades efêmeras, concluímos que o papel do professor se mantém relevante no contexto da implementação do currículo na contemporaneidade. Todos os artigos analisados preconizam o papel do professor como *designer* do currículo, ou seja, é ele o responsável maior por estruturar práticas de ensino que contemplem as necessidades de aprendizagens ainda que em tempos de identidades curriculares descentradas.

Como resultado da análise apreendemos que, os artigos analisados, três defendem o trabalho com currículo a partir de uma prática multicultural, que se contraponha às tentativas homogeneizadoras dos currículos nacionais. Assim, em seu trabalho o professor pode contribuir observando atentamente as necessidades e peculiaridades dos estudantes que estão sob sua tutela, oportunizando aprendizagens significativas e em consonância com sua realidade.

Em um artigo, o autor argumenta que um currículo centrado em disciplinas tem um grau de objetividade baseado no pressuposto de que é a maneira mais confiável que já desenvolvida para transmitir e adquirir conhecimento. Nesta proposi-

ta, há a sugestão de um currículo único, em que os estudantes possam receber os mesmos conhecimentos, sem considerar as diferenças numa espécie de isonomia educacional em que o acesso às aprendizagens ocorre sem nenhum tipo de distinção entre as realidades dos estudantes.

Considerando o intervalo de tempo existente entre a elaboração dos artigos base para esta revisão, percebemos que as conclusões contemplam um determinado período histórico em que a compreensão sobre o tema currículo varia significativamente. Portanto, a formulação de conceitos para esta palavra naturalmente também varia conforme as transformações que ocorrem na sociedade.

Posto isso, concluímos que acordo com o objetivo inicial, qual seja, revisar publicações sobre o lugar ocupado pelo professor enquanto sujeito na implementação dos programas curriculares em tempos de identidades descentradas que não identificamos consensos teóricos sobre a temática. Reiteramos o papel político do currículo e do professor na construção de uma educação justa e de qualidade social. Para tanto, o trabalho docente reflexivo e crítico, configura-se como mecanismo de promoção de mudança de contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como contribui para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para que isso aconteça.

REFERÊNCIAS

- FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 7. tiragem. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUNTER, J. E.; SCHMIDT, F. L. **Methods of meta-analysis**: correcting error and bias in research findings. 3. Ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar em Revista**, v.17, n.17, p.39-52, 2001.
- MOREIRA, Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- MORGADO, José Carlos. Identidade e profissionalidade docente: sentidos e (im)possibilidades. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.19, n.73, p.793-812, out.-dez, 2011.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SACRISTÁN, José Gimeno (Org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra, revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 10-16.
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- YOUNG, Michael F. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.48, p.609-810, set.-dez, 2011.

SEGURANÇA DO PACIENTE: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO - UM OLHAR DA ATENÇÃO BÁSICA

PATIENT SAFETY: PRESSURE INJURY PREVENTION - A LOOK AT PRIMARY CARE

OLIVEIRA, Fabiano Fernandes; ALVARENGA, João Victor Carvalho²; GOMES, Priscila Vieira²; MOREIRA, João Vitor Miranda²; MOREIRA, Renan de Souza²; SANTANA, Déborah Pereira².

¹Mestrando em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Botucatu - SP. Especialista em Enfermagem em Cuidados Pré-Natal pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior de Cruzeiro - SP (ESC) e no Curso Técnico de Enfermagem do Centro Paula Souza - CPS - São Paulo.

² Graduando do Curso de Bacharel em Enfermagem da Escola Superior de Cruzeiro (ESC)- Cruzeiro - SP.

RESUMO:

Este trabalho acadêmico teve como objetivo sintetizar os estudos clínicos sobre lesão por pressão, buscando neles as principais ações preventivas. Elaborou-se uma revisão integrativa através da busca de artigos na biblioteca virtual de saúde, produzidos no período de 2013-2019. Selecionou-se 10 artigos e a análise destes permitiu a construção deste estudo. Os resultados indicaram as principais práticas para prevenção deste tipo de lesão, que podem ser aplicadas pelos enfermeiros da atenção básica em seu dia a dia. Conclui-se que é de extrema importância o profissional utilizar de ferramentas e estratégias tais como a escala de Braden, a educação em saúde e as intervenções de enfermagem, dentre elas a mudança de decúbito e o uso de ácidos graxos essenciais como meios de prevenção da Lesão Por Pressão, promovendo a segurança dos pacientes.

Palavras-chave: Lesão por pressão. Prevenção. Atenção Básica. Segurança do Paciente.

ABSTRACT:

This academic work aimed to synthesize clinical studies on pressure injuries, seeking them the main preventive actions. An integrative review was carried out by searching for articles in the virtual health library, produced in the period 2013-2019. 10 articles were selected and their analysis allowed the construction of this study. The results indicated the main practices for preventing this type of injury, which can be applied by primary care nurses in their daily lives. We conclude that it is extremely important for professionals to use tools and strategies such as the Braden scale, health education and nursing interventions, including changing the position and the use of essential fatty acids as means of preventing Pressure Injury, promoting patient safety.

Keywords: Pressure injury. Prevention. Basic attention. Patient Safety.

INTRODUÇÃO:

A segurança do paciente, nos últimos anos, tem sido motivo de preocupação para gestores, profissionais de saúde, pesquisadores e especialistas. Em 2013, foi instituído no Brasil o Programa Nacional de Segurança do Paciente e dentre suas ações tem-se a implantação de diversos protocolos para variados setores da área da saúde, um deles visando a minimização do risco de lesões por pressão. (GOMES et al., 2017).

Diante disso, lesão por pressão (LPP), é um prejuízo tissular, geralmente sobre uma área de proeminência óssea relacionadas ao pressionamento do tecido por tempo prolongado, ou ocasionada pela pressão associada ao cisalhamento e/ou fricção. (PEREIRA et al., 2014; SOARES et al., 2018).

Neste contexto as altas taxas de prevalência no Brasil, entre 27 e 39,4% dos pacientes são acometidos pela lesão cutânea, nos diversos cenários do cuidado, principalmente os mais frágeis, com mobilidade reduzida, acometidos ao leito e idosos. (FIALHO et al., 2017; RIBEIRO et al., 2019b; ROCHELLE; SOUSA, 2015).

Tendo em vistas essas primícias, a etiologia da lesão por pressão pode ser derivada dos fatores extrínsecos/externos: pressão, umidade, cisalhamento e fricção; e/ou dos intrínsecos/internos: idade avançada, déficit neurológico, nutrição inadequada, incontinência urinária e/ou fecal, uso de medicamentos analgésicos, sedativos ou anestésicos, entre outros. (MENDONÇA et al., 2018; OTTO et al., 2019; ROCHELLE; SOUSA, 2015).

Assim, diferente das demais alterações de pele, a LPP representa um problema de saúde pública que traz ao paciente transtornos físicos e emocionais, além de influenciar na morbidade e mortalidade. No Brasil, um paciente com mobilidade comprometida tem de 41,2% a 59% de risco de desenvolver esse tipo

de lesão, sendo que com os devidos cuidados preventivos ela pode ser evitada em 95% dos casos. (SOARES; HEIDEMANN, 2018).

Dessa forma, as ações desenvolvidas às pessoas acometidas com este tipo de lesão, devem ocorrer na alta e média complexidade, bem como na Atenção Primária à Saúde (APS), sob os cuidados da Equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), que atua para prevenção e reabilitação dos pacientes. (SOARES; HEIDEMANN, 2018).

Desse modo, a atenção domiciliar surgiu como alternativa ao cuidado pós internação hospitalar para pacientes com dificuldade de locomoção até os serviços de saúde, para receberem o atendimento, tornando possível que o residência se transforme em um espaço para o cuidar dentro da atuação da atenção primária. (MORO; CALIRI, 2016).

Neste cenário, compete à atenção básica: prevenção, tratamento de doenças e a assistência em domicílio, visando a segurança do paciente além da garantia do cuidado continuado e parcerias com as redes de apoio. (MORO; CALIRI, 2016).

Ante o exposto, este estudo buscou contribuir com evidências que possam promover a reflexão sobre a prática atual, por intermédio da implementação de intervenções preventivas, e ampliar o conhecimento dos profissionais de saúde referente ao tema da segurança do paciente e a prevenção de lesão por pressão na atenção básica.

Objetivou-se identificar por meio da literatura científica, temas importantes relacionados à assistência de enfermagem frente à segurança do paciente quanto ao risco de desenvolver lesão por pressão, possibilitando contribuir com intervenções específicas a serem implementadas por enfermeiros da atenção básica.

METODOLOGIA:

Optou-se pela revisão integrativa da literatura, por tratar-se de um instrumento que tem a capacidade de integrar e generalizar achados, tratamentos e configuração na pesquisa científica. Além do fato de que as revisões de literatura são essenciais para proporcionar o desenvolvimento de profissionais, além de facilitar a construção de manuais práticos e descobrir, por meio de um conjunto maior de evidências a razão de considerar muitas estratégias equívocas em várias circunstâncias. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Dessa forma, elaborou-se a seguinte questão norteadora deste estudo: quais são os aspectos de caráter relevante que permeiam a assistência em enfermagem frente à segurança do paciente, mais especificamente na prevenção da lesão por pressão e como a atenção básica pode agir nessa situação?

A utilização de tal questão na revisão integrativa possibilita uma síntese do conheci-

mento já produzido e oferece subsídios para a melhoria da assistência à saúde, pois é uma ferramenta essencial no processo de comunicação dos resultados de pesquisa, facilitando a utilização desses na prática clínica.

A presente investigação foi realizada no segundo semestre de 2019, na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando-se descritores: “úlceras por pressão” and “lesão por pressão” and “prevenção” and “atenção básica” or “domicílio”.

Adotou-se, como critérios de inclusão artigos disponíveis no idioma português, publicados entre 2013 e 2019; estudo primário ou piloto e que contemplasse questões relevantes sobre segurança do paciente e prevenção da lesão por pressão na atenção primária.

Excluíram-se: artigos não disponibilizados na íntegra e/ou fora do eixo temático e do idioma adotado para busca; relatos de caso; editoriais e reflexões.

RESULTADOS

Após a combinação de todos os descritores na base de dados citada, e aplicação dos filtros (baseado nos critérios de inclusão) foram identificados inicialmente 77 referenciais, e dos quais foram escolhidos os 30 mais relevantes.

Feita a seleção por título e resumo condi-

zentes com o objetivo deste estudo, analisou-se os artigos na íntegra e 10 foram incluídos para serem as principais referências deste trabalho, excluindo assim os demais artigos, seja por repetição na base de dados, seja por não contemplarem os critérios de inclusão previamente determinados.

Figura 1* – Diagrama da metodologia da pesquisa.

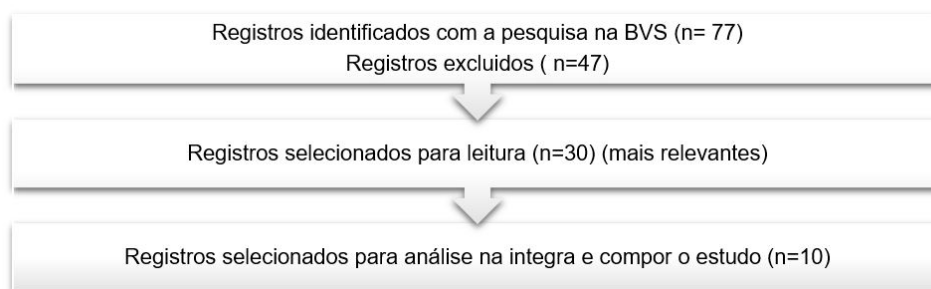


Tabela 1* - Apresentação da síntese de artigos incluídos na revisão integrativa.

TÍTULO	AUTOR(ES)	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÕES
Promoção da saúde e prevenção da lesão por pressão: Expectativas do enfermeiro da Atenção Primária	(SOARES; HEIDEMANN, 2018).	Apresentar a aplicabilidade da Escala de Braden na percepção dos enfermeiros da atenção primária, e identificar as medidas de prevenção, e promoção da saúde de modo evitar o desenvolvimento da lesão por pressão.	Medidas de prevenção com a pele, contemplando inspeção, limpeza, hidratação e a proteção com o uso de dermoprotetores, voltada ao ambiente, roupas de camas limpas e esticadas, dispositivos de redistribuição da pressão (coxins, travesseiros), colchão específico e a adequada. Também foi sugerido o aporte nutricional adequado.	Foi possível compreender a percepção dos enfermeiros da APS sobre a relevância da Escala de Braden, como uma das medidas de prevenção, e práticas de promoção que pode evitar o desenvolvimento da lesão por pressão.
Prática educativa com enfermeiro da Atenção Primária: Não à lesão por pressão	(SOARES et al., 2018).	Analisar, a partir da visão dos enfermeiros da Atenção Primária, as contribuições da prática educativa na prevenção da Lesão por Pressão e promoção da saúde.	Orientar a pessoa e os familiares cuidadores sobre reposicionamento no leito; aporte nutricional adequado, cuidados gerais com a pele, através da supressão de práticas que já não são mais utilizadas, como uso de luvas de procedimento com água na região de calcâneo; massagem vigorosa em área de proeminência óssea e hiperemiada. Utilização da escala de Braden, como prática educativa.	A prática educativa alcançou seu propósito, inovando e renovando o conhecimento dos enfermeiros no cuidado preventivo e promoção da saúde. São essenciais capacitações contínuas, refletindo em ganhos na prática assistencial e científica da Enfermagem.
Mapeamento de cuidados de enfermagem com a NIC para pacientes em risco de úlcera por pressão	(PEREIRA et al., 2014).	Identificar os cuidados de enfermagem prescritos para pacientes em risco de úlcera por pressão (UP) e compará-los com as intervenções da Nursing Interventions Classification (NIC).	Dentre os 32 diferentes cuidados prescritos para os pacientes em risco de UP, o mais frequente foi manter colchão piramidal, seguido por Implementar protocolo assistencial de prevenção de UP, Proteger proeminências ósseas e Realizar mudança de decúbito.	O mapeamento cruzado apontou semelhança entre os cuidados de enfermagem prescritos e as intervenções NIC.

Conhecimento de familiares acerca das úlceras por pressão e de seus direitos à reparação	(RAMOS et al., 2014).	Discutir o conhecimento dos familiares de pessoas internadas com úlceras por pressão acerca de seus direitos à reparação de danos causados pela úlcera.	A atuação do enfermeiro na implementação de medidas preventivas, como a aplicação da escala de Braden, uso de coxins, colchões infláveis e extrapiramidais, placas de hidrocolóide e protetores cutâneos. Os familiares acreditavam que, para prevenir as UP, eles podiam aplicando óleo de girassol, modificando a posição no leito, pedindo ajuda a Deus, não deixar fralda molhada.	Os familiares reconhecerem que a instituição não oferece recursos suficientes, e por isso seus parentes não recebem o cuidado necessário, desconhecem seus direitos de reparação diante da formação de úlceras na hospitalização. O interesse pela segurança do paciente deve motivar os profissionais a cobrar dos setores competentes a aquisição dos recursos necessários à prevenção de UP.
Úlcera por pressão após a alta hospitalar e o cuidado em domicílio	(MORO; CALIRI, 2016).	Identificar o perfil sociodemográfico e de saúde de pacientes que necessitavam de cuidados domiciliares após a alta, o nível de risco para úlcera por pressão por meio da Escala de Braden, e a prevalência de úlcera e o contexto do cuidado domiciliar.	Durante a hospitalização: orientações na mudança de decúbito e sobre hidratação da pele, o uso de colchão caixa de ovo, de ar ou água. Dessa forma, verificamos que as orientações foram centradas em medidas tradicionais e não incorporaram outras ações importantes, como o uso de travesseiros ou coxins para proteção das proeminências ósseas, elevação dos calcâneos e uso de equipamentos para ajudar no reposicionamento e na movimentação. Diretrizes internacionais estabelecem o uso da Escala de Braden, para que a prevenção seja iniciada precocemente.	Nem todos os pacientes em risco realizavam todas as medidas de prevenção corretamente. É necessário melhorar as orientações para o cuidado domiciliar durante a hospitalização e criar mecanismos de comunicação entre os serviços de saúde, garantindo a adequada articulação e facilitando a continuidade do cuidado e a segurança do paciente.

Construção e validação de algoritmo para tratamento da lesão por pressão	(CARVALHO; SALOMÉ; FERREIRA, 2017).	Construir e validar um algoritmo para tratamento da lesão por pressão	Por meio da literatura, construiu-se o algoritmo, o qual foi validado por profissionais com conhecimento em avaliar e tratar pessoas com lesão por pressão, permitindo ao profissional indicar o tipo de limpeza, identificar o estágio da lesão e a conduta terapêutica adequada para promover a cicatrização da lesão por pressão	O algoritmo mostrou confiabilidade para tratamento da lesão por pressão.
Eficácia do curativo hidrocolóide em relação ao filme transparente na prevenção de lesões por pressão	(RODRIGUES et al., 2018).	Identificar as evidências científicas sobre a eficácia do curativo hidrocolóide em relação ao filme transparente na prevenção de lesões por pressão.	Para prevenção de LPP em pacientes susceptíveis, é necessário a aplicação de cobertura protetoras em áreas de maior pressão e de proeminência ósseas. Dentre as abordagens realizadas para evitar tais lesões, vem sendo utilizado diferentes tipos de curativo, que promovem a proteção de pele e redução das forças de fricção e cisalhamento sobre a pele.	As evidências da maioria dos estudos apontam a superioridade do filme transparente em relação ao hidrocolóide na prevenção de lesões, apresenta menor custo de aquisição. Sugere orientação e comunicação entre profissionais de saúde e os cuidadores para uma continuidade do cuidado e segurança do paciente.
Intervenções de enfermeiros na prevenção de lesão por pressão em uma unidade de terapia intensiva	(MANGANELLI et al., 2019).	Caracterizar a população estudada e descrever as intervenções dos enfermeiros para a prevenção de lesão por pressão em Unidade de Terapia Intensiva Adulto.	As intervenções de enfermagem apontadas com maior frequência foram baseadas na avaliação da atividade-mobilidade dos pacientes e o exame físico em sua admissão. Prescrevendo como cuidados preventivos, a manutenção do paciente com pele hidratada, alternância de decúbito, higiene corporal, a utilização de colchão piramidal, utilização de barreiras de proteção nas áreas de proeminências e atentar para pacientes com incontinência urinária e/ou fecal.	Os enfermeiros utilizam intervenções significativas na prevenção da LPP, cuidados simples e eficazes. Porém, ainda existe lacunas na assistência prestada, necessitando de maior respaldo científico por parte dos enfermeiros.

Um desafio no cuidado em enfermagem: Prevenir úlceras por pressão no cliente	(BRANDÃO; MANDELBAUM; SANTOS, 2013).	Refletir sobre a atuação da enfermagem junto ao cliente centrada na prevenção de úlceras por pressão.	Importância da avaliação do paciente; Ações preventivas: suplementos nutricionais, uso de escalas, avaliação dos fatores de risco, mudança de decúbito, hidratação da pele, higiene, uso de películas, colchões específicos, etc.	Implementar programas educacionais, eficientes, direcionados aos profissionais de saúde, garantindo atendimentos humanizados e reduzindo as críticas e processos judiciais contra os profissionais.
Recursos humanos e materiais para a prevenção de lesão por pressão	(TONOLE; BRANDÃO, 2018).	Descrever as recomendações sobre recursos humanos e materiais direcionados para a prevenção de lesão por pressão.	Percebe-se que as recomendações direcionadas para a prevenção são consideradas de baixo custo e podem ser aplicadas tanto em ambiente hospitalar, quanto domiciliares. São eles, a escala de Braden, mudança de decúbito, inspeção da pele, higiene corporal, hidratação cutânea, suporte nutricional e participação do familiar e do paciente.	Em relação a prevenção da LPP, destaca-se, que não há uma recomendação direcionada especificamente para o quantitativo ideal de recursos humanos e materiais descrito em literatura, revelando uma lacuna no conhecimento. Percebendo a necessidade de avaliar os recursos disponíveis para que as ações preventivas sejam realmente implementadas, apesar dos órgãos governamentais direcionarem as intervenções acerca da prevenção de acordo com a avaliação de risco apresentada pelo paciente.

*Elaborado pelos autores.

A análise das referências foi feita por meio da leitura frequente dos dez artigos selecionados e de sua sistematização específica, demonstrada na tabela 1, que é composto por colunas referentes à caracterização dos arti-

gos (título, autor(es), objetivo, principais resultados, conclusão), para facilitar a visualização dos achados, bem como a elaboração dos resultados e das discussões.

DISCUSSÃO:

Diante dos resultados, identificou-se que a lesão por pressão é uma das principais complicações apresentadas por pacientes com

fatores de risco extrínsecos e intrínsecos. (TONOLE; BRANDÃO, 2018). As lesões trazem consequências que impactam sobre as famí-

lias, sociedade e instituição de saúde, além de serem indicadores de qualidade da assistência. (RIBEIRO et al., 2019). Neste panorama é fundamental a atuação do enfermeiro na implementação de medidas preventivas, tais como a aplicação da escala preditiva de risco de Braden. (RAMOS et al., 2014), que tem como objetivo identificar pacientes suscetíveis a LPP, composta por seis subescalas que variam entre escores 6 a 23, que refletem a percepção sensorial, a umidade da pele, o estado nutricional, o grau de atividade e mobilidade, e a exposição à fricção e cisalhamento. (SILVA; RACHED; LIBERAL, 2019).

Assim, com o avanço tecnológico, muitos processos de enfermagem estão sendo informatizados, como exemplo a execução de um aplicativo, baseado em no estudo de Braden, para identificação de risco de desenvolvimento de uma LPP. A praticidade e facilidade de acesso a plataformas digitais é um forte aliado para garantir uma melhor assistência e a segurança do paciente. (SILVA et al., 2016).

Corroborando com estes resultados, a avaliação clínica com utilização de novas tecnologia com a finalidade de prevenção da LPP são elementos da prática do enfermeiro, que visa tornar mínimo os impacto e os riscos da lesão e consequentemente a implementação a intervenção de enfermagem para precaver agravos que podem ser prejudiciais ao estado de saúde e à qualidade de vida dos pacientes. O diagnóstico de enfermagem dos pacientes com risco de LPP é um elemento importante para a utilização das intervenções, com a identificação da necessidade de aprofundar o conhecimento de práticas de enfermagem indicados para um paciente vulnerável a essa lesão. (PEREIRA et al., 2014).

No que tange o cuidado de enfermagem no ambiente domiciliar, inclui principalmente a mudança de decúbito; uso de colchão piramidal; observação das características das lesões; descrição do evento adverso e implementa-

ções dos cuidados com foco na integridade da pele, uso de emolientes para hidratação, utilização de dispositivos para incontinência urinária e reeducação vesical, cuidados higiênicos e alimentação rica em vitaminas e proteínas. (SILVA; DICK; MARTINI, 2012; SOARES; HEIDEMANN, 2018).

Desse modo, quando o paciente desenvolve uma lesão na atenção secundária, após sua alta é importante que haja uma boa comunicação entre as equipes de atendimento, para que as estratégias de saúde, familiares ou cuidadores deem continuidade nos cuidados para evitar a lesão e manter a segurança do paciente. (MORO; CALIRI, 2016; RANGEL; CALIRI, 2008).

Contudo, no que diz respeito ao papel da enfermagem na atenção básica frente ao paciente, ainda sem a lesão, existe a possibilidade de evitar seu desenvolvimento. Baseado nas definições do Ministério da Saúde que norteiam a atenção domiciliar, fica evidente ser a visita domiciliar dos profissionais de saúde um importante momento para aplicação de suas ferramentas avaliativas e curativas, além da educação em saúde aos familiares e principalmente a prescrição de cuidados preventivos. (ALBUQUERQUE et al., 2018; MORO; CALIRI, 2016).

Por ser um indicador de qualidade da assistência da enfermagem, a Lesão por Pressão, faz com que haja mais esforço e dedicação da equipe para estabelecer diretrizes e protocolos que norteiam a prática garantindo dessa forma a prevenção da lesão e a segurança do paciente. (SILVA et al., 2010; SOARES et al., 2018).

Considerou-se uma limitação desta pesquisa de revisão integrativa, a não análise de artigos fora do idioma português e escassez de pesquisas que relacionam a temática da segurança do paciente, voltadas para a atenção básica.

CONCLUSÃO:

Observa-se que como meio de segurança ao paciente, pode-se utilizar a escala de Braden como estratégia preventiva para identificar presença ou risco de desenvolver Lesão por Pressão. Desse modo, feita a identificação do risco que é pertinente ao enfermeiro, inclusive os da atenção básica, deve-se aplicar as intervenções de enfermagem.

Além dessas ações e considerando a atuação do enfermeiro no ambiente domiciliar, é de extrema importância a orientação para família e cuidadores afim de que eles deem continuidade aos cuidados preventivos da LPP, garantindo a segurança, qualidade de vida e o bem estar do paciente.

Na atenção básica e nos domicílios mais carentes os recursos tecnológicos para prevenção e tratamento de lesões, podem ser escassos, então o uso da esca-

la de Braden, realização de mudança de decúbito, uso de ácidos graxos essenciais, massagem de conforto, educação em saúde para manutenção da higiene pessoal, prescrição de intervenções de enfermagem entre outros são excelentes cuidados preventivos e totalmente possíveis de serem aplicados e que favorecem a segurança do paciente.

Em síntese, conclui-se que estas são as principais ações preventivas do aparecimento da lesão por pressão e que estão totalmente disponíveis e adequadas aos recursos da atenção básica para promoção da segurança do paciente.

Desse modo, medidas simples, que se aplicadas corretamente garantem a prevenção da lesão e consequentemente mantém a integridade, o bem estar, a qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, A. M. DE et al. Teste De Conhecimento Sobre Lesão Por Pressão. **Rev enferm UFPE on line**, v. 12, n. 6, p. 1738–50, 2018.
- BRANDÃO, E.; MANDELBAUM, M. H.; SANTOS, I. Um desafio no cuidado em enfermagem: prevenir úlceras por pressão no cliente. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 5, n. 1, p. 3221–3228, 2013.
- CARVALHO, M. R. F. DE; SALOMÉ, G. M.; FERREIRA, L. M. Construção e validação de algoritmo para tratamento da lesão por pressão. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 11, n. supl. 10, p. 4171–4183, 2017.
- FIALHO, L. M. F. et al. Efeitos dos lasers Hélio-Neônio (HeNe) e Arseneto de Gálio (AsGa) associados à educação em saúde com foco na promoção da saúde de portadores de úlcera por pressão. **Rev. Médica de Minas Gerais**, v. 27, n. e-1856, p. 20–26, 2017.
- GOMES, A. T. DE L. et al. A segurança do paciente nos caminhos percorridos pela enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 1, p. 146–154, 2017.
- MANGANELLI, R. R. et al. Intervenções de enfermeiros na prevenção de lesão por pressão em uma unidade de terapia intensiva. **Rev. Enferm. UFSM - REUFSM**, v. 9, n. e41, p. 1–22, 2019.
- MENDONÇA, P. K. et al. Ocorrência e fatores de risco para lesões por pressão em centros de terapia intensiva. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 12, n. 2, p. 303–311, 2018.
- MORO, J. V.; CALIRI, M. H. L. Úlcera por pressão após a alta hospitalar e o cuidado em domicílio. Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem, v. 20, n. 3, p. 1–6, 2016.
- OTTO, C. et al. Fatores De Risco Para O Desenvolvimento De Lesão Por Pressão Em Pacientes Críticos. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 1, p. 7–11, 2019.

PEREIRA, A. G. S. et al. Mapeamento de cuidados de enfermagem com a NIC para paciente em risco de úlcera por pressão. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 48, n. 3, p. 454–461, 2014.

RAMOS, D. O. et al. Conhecimento de familiares acerca das úlceras por pressão e de seus direitos à reparação. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 28, n. 1, p. 23–30, 2014.

RANGEL, E. M. L.; CALIRI, M. H. L. Uso das diretrizes para tratamento da úlcera por pressão por enfermeiros de um hospital geral. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 70–77, 2008.

RIBEIRO, A. M. N. et al. Conhecimento de acadêmicos de enfermagem sobre lesão por pressão. **Rev Rene**, v. 20, n. e41016, 10 jul. 2019b.

ROCHELLE, L.; SOUSA, M. Prevenção e tratamento de úlceras por pressão: análise de literatura brasileira. **Rev Enferm UFPI**, v. 4, n. 3, p. 79–85, 2015.

RODRIGUES, T. S. et al. Eficácia Do Curativo Hidrocolóide Em Relação Ao Filme Transparente Na Prevenção De Lesões Por Pressão. **Enfermagem em Foco**, v. 9, n. 1, p. 3–6, 2018.

SILVA, C. P. C. et al. Construção do Aplicativo para o indicador de úlcera por pressão. **Journal of Health Informatics**, v. 8, n. 4, p. 134–141, 2016.

SILVA, A. L. M. DA; RACHED, C. D. A.; LIBERAL, M. M. C. DE. **A UTILIZAÇÃO DA ESCALA**

DE BRADEN COMO INSTRUMENTO PREDITIVO PARA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO, 2019. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0002-2253-4383>>. Acesso em: 15 ago. 2020

SILVA, R. M. DA et al. A produção científica brasileira sobre cuidados de enfermagem a pacientes portadores de úlceras por pressão. **Revista de enfermagem da UFSM**, v. 1, n. 2, p. 246–253, 2010.

SILVA, M. R. V. E; DICK, N. R. M.; MARTINI, A. C. Incidência de úlcera por pressão como indicador de qualidade na assistência de enfermagem. **Revista de enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 1–29, 2012.

SOARES, C. F. et al. Prática educativa com enfermeiros da atenção primária: não à lesão por pressão. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 3, p. 1–9, 2018.

SOARES, C. F.; HEIDEMANN, I. T. S. B. Promoção da saúde e prevenção da lesão por pressão: expectativas do enfermeiro da atenção primária. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. 1–10, 2018.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Revisão integrativa: o que é e como fazer Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102–108, 2010.

TONOLE, R.; BRANDÃO, E. D. S. Recursos humanos e materiais para a prevenção de lesão por pressão. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 8, p. 2170, 2018.

[RELATO DE EXPERIÊNCIA]

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ESPANHOL NA PERSPECTIVA VYGOTSKYANA

EXPERIENCE REPORT: THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF SPANISH FROM THE VYGOTSKY PERSPECTIVE

OLIVA, Ana Caroline Souza de¹; CARDOSO, Zilmar Santos²

¹Graduanda do curso de Letras/Espanhol pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

²Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/MG

RESUMO

Esse trabalho trata do ensino-aprendizagem do Espanhol analisado na perspectiva vygotskyana. A análise foi realizada nas aulas do projeto NAP – Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania para alunos de Montes Claros, uma das cidades contempladas pelo projeto. Objetivou-se enfocar aspectos interativo-educacionais a partir das teorias do desenvolvimento de Vygotsky, enfatizando relações interpessoais no ensino-aprendizagem do espanhol. Nesta abordagem, a pesquisa se baseou em relatos de experiência em sala de aula do 2º ano do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem, relações interpessoais, teoriavygotskyana.

ABSTRACT

This work deals with the teaching-learning of Spanish analyzed from a Vygotskian perspective. The analysis was carried out in the classes of the NAP project - Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania for students from Montes Claros, one of the cities contemplated by the project. The objective was to focus on interactive-educational aspects based on vygotsky's development theories, emphasizing interpersonal relationships in teaching-learning Spanish. In this approach, the research was based on reports of classroom experience in the 2nd year of high school.

Keywords: Teaching-learning, interpersonal relations, Vygotskian theorie.

INTRODUÇÃO

O presente estudo debruça-se sobre o processo de Ensino-Aprendizagem do Espanhol desenvolvido no Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania - NAP- por meio das teorias do desenvolvimento de Lev Semyonovich Vygotsky. O pensador russo aborda o aprendizado atrelado ao desenvolvimento como estruturas interdependentes que auxiliam no processo de Ensino-aprendizagem

(MESTRES; GOÑI; GALLART, 1999). Para o teórico construtivista, a interação é um fator crucial para a aprendizagem que leva a construção do desenvolvimento, uma vez modulado pela cultura em que se insere na formação histórico-social do indivíduo, sendo assim “a linguagem e o pensamento humano têm origem social. A cultura faz parte do desenvolvimento humano e deve ser integrada ao estudo

e a explicação das funções superiores” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 86).

Por outro lado, a teoria Humanista de Carl Rogers, considera que o ensino precisa se voltar para o discente atendendo as particularidades do indivíduo de maneira que o aprendizado seja organizado e construído por ele de forma autônoma, tendo o professor como uma figura mediadora que não limita seu papel docente no material didático, mas que possibilita contextos para que a aprendizagem seja construída e efetivada (COUTINHO; MOREIRA, 1992).

Nesta perspectiva, baseando-se nas concepções de Paulo Freire (1996) de que ensinar não é transmitir conhecimento, mas propiciar cenários para seu desenvolvimento depreende-se a importância das relações interpessoais que se constroem entre professor e aluno, visto que o discente traz de sua vivência conhecimentos e percepções que atuam na prática educativa. Dessa forma, no olhar vygotskyano:

O sujeito não se reduz a um mero reflexo das estimulações externas nem tão pouco se desenvolve a partir das potencialidades internas, mas se constitui na interação sujeito-objeto por meio principalmente da mediação semiótica. (COUTINHO; MOREIRA, 1992, p. 139)

Compreendendo as funções superiores como um processo mediado por signos que suscitem afetividade e memória voluntária, Vygotsky aponta o processo de internalização como propulsor que atua em favor da cognição do sujeito, como importante aspecto que forma suas percepções e concepções de mundo (COUTINHO; MOREIRA, 1992). Não obstante, conforme Mestres; Goñi e Gallart (1999) o psicólogo coloca o desenvolvimento centrado na interação, nas relações interpessoais as quais o indivíduo se integra na sociedade, cerceado pela cultura da qual é participante, o que desencadeia aprendizado e impulsiona o desenvolvimento. Neste contexto, pensamento e linguagem são tidos como um reflexo decorrente desta inte-

ração, pois, por meio dela, segundo Bock *et.al* (1999) a realidade é apreendida pelo sujeito e o pensamento se embasa nas relações proporcionadas e mediadas pela linguagem que atuam em prol do desenvolvimento. Dessa forma:

A linguagem materializa e dá forma a uma das aptidões humanas: Juntamente com a atividade, o homem desenvolve o pensamento. Através da linguagem, o pensamento objetiva-se, permitindo a comunicação das significações e seu desenvolvimento (BOCK *et al*; 1999, p. 91).

Assim, compreendendo o desenvolvimento como um fator essencialmente social, entendemos que as práticas culturais, nor-teiam e regulam o processo de desenvolvimento, como podemos observar:

As culturas modulam de maneira decisiva os processos de desenvolvimento dos seus membros por meio da organização dessas práticas culturais no momento em que estruturam, organizam e dão suporte explícito às ações possíveis dos indivíduos e às aprendizagens que podem ser realizadas (MESTRESetall 1999, p. 113).

Nessa perspectiva, segundo Coll *et.al* (1995) o desenvolvimento, na perspectiva social e cultural tem sua essência pautada na capacidade de mediação realizada pela prática educacional que constrói no aprendente a criticidade para compreender a sociedade que o cerca. Depreende-se então o estabelecimento da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que Vygotsky aponta como fundamental ao processo de Ensino-aprendizagem. A ZDP corresponde ao nível de desenvolvimento propício para atuação dos processos formativos da escola. Assim a escola é vista como:

[...]os espaços em que a interação com outras pessoas mais capazes pode “prolongar” o nível de desenvolvimento efetivo, de modo que o indivíduo pode avançar até níveis superiores de desenvolvimento com a ajuda de mecanismos de interiorização. (MESTRES *et al*; , 1999, p. 108).

Dessa forma, as relações que são estabelecidas no espaço da sala de aula de discentes com discentes bem como alunos com profes-

sores, são fundamentais para o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado nas aulas de Espanhol ministradas no projeto Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania – NAP- que oferece capacitação monitorada por acadêmicos a fim de que os alunos do Ensino Médio, participantes do projeto, escolham uma língua estrangeira para aprofundamento de estudos, chega-se ao objeto de nossa pesquisa. O NAP atua em prol da preparação dos discentes tendo em vista os conteúdos postulados pelo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, que é um processo seletivo altamente concorrido para ingresso nas universidades públicas, exigindo proficiência numa língua estrangeira. Além deste, o PAES - Programa de Acesso à Educação Superior- vestibular interno da Uni-

montes também requer conhecimentos gerais acerca do idioma. Dessa forma, o estudo concentrou-se na subturma do 2º ano, composta por oito alunos. Destes, dois do sexo masculino e seis do sexo feminino, com faixa etária entre os 16 e 17 anos. Os jovens que foram objetos dessa pesquisa optaram no início do ano letivo pelo Espanhol como língua estrangeira. Os alunos atendidos pelo NAP são oriundos de escolas públicas da cidade de Montes Claros/MG, que se dispuseram a estudar Espanhol orientados pela familiaridade com a língua materna (o português) e o interesse por não terem a disciplina supracitada na escola em que estudam regularmente.

DESENVOLVIMENTO

Baseando-se nas teorias do desenvolvimento de Vygotsky, foram estabelecidas a Zona de Desenvolvimento Proximal que atreladas às particularidades de cada matéria, colocou a turma em diferentes níveis de aprendizado. Este enfoque possibilitou afirmar que alguns estudantes já conheciam algum conhecimento do espanhol ou comparavam o novo tema com algum conhecimento já internalizado na língua portuguesa. A sondagem realizada em sala de aula do NAP acerca do que os alunos conheciam da língua espanhola, partindo de músicas e novelas, providas de situações corriqueiras, até conhecimentos gramaticais possibilitou esboçar o que precisava ser revisado e o que poderia ser implementado às aulas a fim de complementar o cronograma de aulas e adequar metodologias. O Ensino de

Espanhol enveredou-se pela linha interacionista, auxiliado por atividades lúdicas como o diálogo para fixação dos tratamentos formal e informal, comparação entre as rotinas dos discentes para internalização dos dias da semana e de verbos recorrentes no cotidiano da língua espanhola, caracterização do ambiente da sala de aula e dos colegas para prática dos adjetivos, advérbios e afins. Estabelecer a zona de desenvolvimento real proporcionou revisar conteúdos que já haviam sido estudados no ano anterior, como o presente do indicativo dos verbos regulares, para dar prosseguimento aos demais tempos e modos verbais. Para os alunos que não tiveram esse contato, músicas que faziam uso de tais verbos foram sugeridas e analisadas com o intuito de que a compreensão fosse fomentada e efetivada. Mediante

este contexto, o aprendizado se deu de forma significativa tanto pela iniciação aos conteúdos gramaticais, literários e culturais de uma língua até então não estudada, quanto pela interação que as aulas necessitavam para que os objetivos fossem alcançados.

Embora o foco do estudo fosse a prática em solucionar questões do vestibular, desenvolvendo mecanismos de interpretação, o exercício da escrita foi outro ponto fundamental para nivelar o aprendizado dos discentes. Nesse sentido, ouvir músicas em espanhol a exemplo de “Para Tu Amor” do colombiano Juanes, cuja melodia pausada possibilita maior clareza para a transcrição, fomentou a compreensão auditiva, primordial para aprendizagem de um idioma. Isso se verifica na atividade

realizada após discussão acerca da música, por meio de comentários críticos realizado pelos alunos, respaldando-se tanto em aspectos gramaticais com ênfase no emprego do “voseo” amplamente empregado em países hispanoamericanos, quanto interpretação da letra.

Sob esta perspectiva, o aprendizado dos fatores lingüísticos e culturais percorridos a partir da composição, requereu dos discentes identificar em que verso aparecia o “vos” para depois realizar a transcrição e elencar características presentes na letra, do que se tratava, se havia preocupação do eulírico quanto ao futuro e afins. Dessa forma, a compreensão pôde ser suscitada nas relações interpessoais estabelecidas, partindo do contato com a canção até o momento de entrega da atividade proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O retorno dos discentes, perceptível por meio de desempenho e assiduidade, sugerem que a metodologia utilizada com base na teoria Vygotskyana do desenvolvimento foi importante para análise e compreensão de situações em sala de aula. A interação docente com os estudantes exigiu comprometimento mútuo e dedicação sendo realizada de forma dinâmica para que conteúdos fossem internalizados. Nesta perspectiva, a internalização ocorre ao longo do desenvolvimento e se reconstrói constantemente, influenciada por fatores externos que ocasionam mudanças na percepção do sujeito (COUTINHO; MOREIRA, 1992).

De acordo com Coll e Solé (2007) estudar o contexto da sala de aula é fundamental para que ensino e aprendizagem sejam compreendidos. Segundo os autores supracitados, que consideram as estruturas físicas, como quadro e giz, por exemplo, e mentais tais como as afetividades e motivações, possibilitam uma me-

lhor compreensão a respeito deste meio. Nessa perspectiva, o papel exercido pelo professor e consequentemente o realizado pelo aluno tendem a sofrer influências desse contexto. Nesse sentido, o impacto das metodologias utilizadas em sala de aula e a aplicação de recursos didáticos diversos possibilitam resultados mais satisfatórios na aprendizagem.

O relato de experiência percorrido a partir das teorias do desenvolvimento do psicólogo russo no que circunda o processo de ensino-aprendizagem reforça a concepção de que estabelecer a Zona de Desenvolvimento Real para se chegar ao Desenvolvimento Potencial é uma ação necessária, visto que o discente apresenta seus conhecimentos prévios ou os constrói, na Zona de Desenvolvimento Proximal, onde os conhecimentos são internalizados, conduzindo o aprendiz para o desenvolvimento da sua potencialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da experiência advinda das aulas ministradas no NAP, verifica-se a necessidade de se estabelecer a Zona de Desenvolvimento Real de forma a engajar o aluno como um participante ativo na prática educativa. O aprendizado que o aluno já possui bem como o desenvolvimento simultâneo precisa ser valorizado para que ele perceba o contexto em que está inserido e a essencialidade que sua participação representa para que a aprendizagem significativa seja solidificada. Isso significa que não só o discente é imprescindível no processo de construção do conhecimento, como também o papel desencadeado pelo docente que precisa constantemente buscar soluções para os desafios que se configuram ao longo do processo de construção do conhecimento.

Além disso, a sondagem que o professor realiza para identificar os conhecimentos prévios dos discentes, também pode despertar

a curiosidade destes, elemento fundamental para embasar saberes. Neste cenário, a zona de desenvolvimento real é estabelecida a fim de esboçar as metas que nortearão a aprendizagem, compreendidas como a zona de desenvolvimento potencial que juntas constituem a Zona de Desenvolvimento Proximal.

Não obstante, trabalhar com a motivação em sala de aula é tida como uma importante ferramenta que suscita a interação para que o ensino-aprendizagem não seja comprometido. Neste sentido, estabelecer metas e traçar o alcance do conteúdo no cotidiano dos discentes possibilita uma percepção que dá sentido ao aprendizado e desperta o interesse para ir cada vez mais longe. Portanto, num panorama interdisciplinar que agrega conhecimentos, valores, perspectivas e afetividades, as relações interpessoais estarão no viés do aprendizado como também do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onrubia; GALLART, Isabel Solé. Tradução de Cristina Maria de Oliveira. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 210 p.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 356 p.

BOCK, Ana Mêrces Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 492 p.

UNIMONTES, Disponível em: http://www.unimontes.br/arquivos/resolucao/2006/resolucao_cepex073.pdf. Acesso em: 21 fev. de 2019

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da Educação: Um Estudo dos Processos Psicológicos de Desenvolvimento**

to e Aprendizagem Humanos, voltado para a Educação: Ênfase na Abordagens Interacionistas do Psiquismo Humano. Belo Horizonte: LÊ, 1992. 215 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 52 p.

COLL, César; SOLÉ, Isabel. Ensinar e Aprender no Contexto da Sala de Aula. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap. 14. p. 241-260. Tradução de Fátima Murad.

SILVA, Alexandre da; ROCHA, Karla Marques da. Espaços de Aprendizagem: Uma Abordagem a partir da Teoria de Vygotsky. **Revista de Educação do Ideau**, Getúlio Vargas, v. 7, n. 15, p.2-13, 2012. jan. junho.

[DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES]

A Revista Multitexto do CEAD/Unimontes é aberta a acadêmicos, professores e a pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento e, em especial, Educação a Distância, por meio de diálogos interdisciplinares entre as ciências. A revista publica artigos provenientes de projetos de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação.

Os textos são recebidos para as seções Artigos Originais (AO), Artigos de Revisão (AR) e Relatos de Experiência (RE). As normas e definições para cada seção devem ser observadas rigorosamente, conforme:

1. Artigos Originais: são trabalhos resultantes de pesquisas inéditas e de temáticas relevantes à área pesquisada, apresentando os principais resultados de pesquisa, analisados e discutidos por meio de lacuna do conhecimento e revisão. Devem ser apresentados com uma estrutura constituída de Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusão ou Considerações Finais e Referências. Os trabalhos enviados para essa seção devem possuir no máximo 20 laudas ou até 40 mil caracteres (contados os espaços).
2. Artigos de Revisão: são trabalhos que têm por objetivo resumir, analisar, avaliar ou sintetizar trabalhos teóricos e/ou de investigação já publicados. O artigo de revisão deve apresentar as seções Introdução, Revisão da Literatura, Considerações Finais ou Conclusões e Referências. Os trabalhos devem possuir até 15 laudas ou até 30 mil caracteres (contados os espaços).
3. Relatos de Experiência ou Relato de Caso: são publicados relatos de experiência vivenciados pelo próprio autor do trabalho diante de um objeto de estudo ou projeto de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação. Pode ser um relato acadêmico ou profissional relevante à área de estudo. O corpo do texto deve conter as seções Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências. O relato de experiência ou relato de caso deve apresentar, no máximo, 12 laudas ou até 25 mil caracteres (contados os espaços).

Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido publicado em outro periódico científico ou livro. Caso contrário, deve ser apresentada no momento da submissão uma justificativa das razões pelas quais o trabalho deve ser considerado para publicação. As colaborações são publicadas apenas em língua portuguesa. Quanto à autoria, os trabalhos não poderão exceder o número de 7 (sete) autores (isto é, 1 autor principal mais 6 coautores).

As submissões deverão obedecer aos seguintes requisitos:

FORMATAÇÃO

- a. **Formato de apresentação:** os textos deverão se apresentados no programa de edição de textos Microsoft Word (.doc ou .docx com compatibilidade) em formato de papel A4.
- b. **Dimensões:** margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior de 2 cm.
- c. **Título:** fonte Arial, tamanho 14 pontos, caixa alta, negrito e centralizado.
- d. **Autoria:** deve-se apresentar o nome completo dos autores em fonte Arial, tamanho 12, alinhado à direita, seguindo de numeral sobrescrito indicando ordem. Devem ser seguidos, logo abaixo, da apresentação da titulação máxima do autor, vínculo profissional/instituição e cidade/estado com fonte Arial, tamanho de 10 pontos, alinhado à direita. Como por exemplo:

ROCHA, Mariana Santos¹

¹Doutora em Educação pela UFMG. Docente do Departamento de Educação da Unimontes. Montes Claros/MG.

- e. **Resumo:** deve ser preparado de modo informativo e sintético, incluindo objetivo, descrição breve dos métodos empregados, resultados e conclusão ou considerações finais. O título resumo deve ser apresentado em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. O texto do resumo deve estar em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, espaço entrelinhas simples e redigido em parágrafo único e justificado. O resumo deve possuir até 300 palavras.
- f. **Palavras-chave:** Abaixo do resumo, devem ser apresentados de 3 a 5 termos que identifique a temática abordada no trabalho, separados pelo sinal de ponto final.
- g. **Títulos das seções:** observadas os títulos de cada tipo de seção (artigos originais, de revisão e relatos de experiência ou de caso), os títulos devem ser apresentados em fonte Arial, sem numeração precedente, caixa alta, negrito, justificado, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos, respeitando o espaço de 1 parágrafo após o início do texto ou do subtítulo subsequente.
- h. **Subtítulos:** devem ser apresentados abaixo dos títulos de seção com espaço de 1 parágrafo antes e 1 parágrafo depois. A formatação deve ser em fonte Arial, tamanho 12 pontos, caixa alta e baixa, justificado e espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos.
- i. **Corpo do texto:** deve ser apresentado com paragrafação de 1,5 pontos, fonte Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos e justificado.

- j. **Tabelas, figuras, quadros e gráficos:** devem ser apresentados de maneira nítida e legível, precedida de título e número indicativo de ordem e sucedida de fonte (caso não seja de autoria própria). Os títulos devem ser apresentados com a indicação do tipo de recurso (exemplo “Tabela 1 - Perfil da amostra” ou “Figura 1 - O educador Paulo Freire”) e um título correspondente ao seu conteúdo em fonte Arial, tamanho de 12 pontos e centralizados. Já a indicação de fonte deve ser indicada com a palavra Fonte e sua indicação em Arial, tamanho 12 pontos, alinhado à esquerda. Caso seja de origem da internet, deve-se indicar o link e data de acesso com os termos “Disponível em:” e “Acessado em:”. Recomenda-se calorosamente o envio de figuras, gráficos, tabelas e quadros com boa resolução e, se possível, além de constarem no corpo do texto, que sejam enviadas separadamente no momento da submissão (em formato jpeg, png ou similar).
- k. **Citações:** recomenda-se a adequação das citações no texto conforme as normas da NBR 10520/2002.
ABNT. NBR 10520/2002. Informação e documentação. Citação em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- l. **Referências:** As referências devem ser dispostas conforme as indicações da NBR 6023/2002. O título referências deve ser redigido em fonte Arial, tamanho 12, caixa alta, negrito, espaçamento simples e justificado. O texto das referências deve ser redigido em Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento simples, justificado, observando a marcação de negrito específica como indica a NBR 6023/2002. A cada referência, o espaço de 2 parágrafos deve ser concedido.
- m. **Recomendações gerais:** recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes a apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022/2003), apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), apresentação de originais (NBR 12256), norma para datar (NBR 5892) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação de tabulação do IBGE.
- n. **Apêndices e Anexos (se houver):** devem ser precedidos do título anexo ou apêndice com fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. Seu texto (caso não seja de um documento pré-formatado) deverá observar as normas de formatação da apresentação de texto, conforme item i.

ENVIO

As submissões devem ser feitas adotando-se o seguinte procedimento:

- a. Observar as diretrizes de submissão.
- b. Caso o autor seja um novo usuário, cadastrar-se na plataforma de submissão da Revista Multitexto pelo *link* <http://www.ead.unimontes.br/multitexto>.
- c. Submeter o arquivo original conforme especificações e, quando possível, arquivos de imagens, gráficos e tabelas em separado com alta ou média resolução.
- d. Encaminhar o mesmo arquivo para o *e-mail* pesquisa@ead.unimontes.br.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

Quaisquer informações podem ser obtidas pelos contatos da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, responsável pela curadoria e editoração da Revista Multitexto.

Unimontes - Campus Darcy Ribeiro

Centro de Educação a Distância - CEAD

Avenida Ruy Braga, s/n, Prédio 7, 2º piso, sala 10, Pesquisa.

(38) 3229-8303 - revistamultitexto@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br/multitexto

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da
Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes
Volume 8 - número 1 - ago./dez. 2020